

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS

ANDRÊSSA DOS SANTOS GALVÃO

**O *DISCURSO-OUTRO* NO DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF: UMA ANÁLISE
DISCURSIVA DA SUA CARTA DE DEFESA E DO SEU ÚLTIMO
PRONUNCIAMENTO ENQUANTO PRESIDENTA**

Pelotas

2017

ANDRÊSSA DOS SANTOS GALVÃO

**O *DISCURSO-OUTRO* NO DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF: UMA ANÁLISE
DISCURSIVA DA SUA CARTA DE DEFESA E DO SEU ÚLTIMO
PRONUNCIAMENTO ENQUANTO PRESIDENTA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Linguística Aplicada.

Orientadora: Professora Dra. Ercília Ana Cazarin

Pelotas

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G182d Galvão, Andrêssa dos Santos

O discurso-outro no discurso de Dilma Rousseff: uma análise discursiva da sua carta de defesa e do seu último pronunciamento enquanto presidenta. / Andrêssa dos Santos Galvão. – Pelotas: UCPEL, 2017.

97f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Mestrado em Letras, Pelotas, BR-RS, 2017. Orientadora: Ercília Ana Cazarin.

1. heterogeneidade discursiva. 2. discurso-outro. 3. discurso de Dilma. I. Cazarin, Ercília Ana, or. II. Título.

CDD 401.41

ANDRÊSSA DOS SANTOS GALVÃO

**O *DISCURSO-OUTRO* NO DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF: UMA ANÁLISE
DISCURSIVA DA SUA CARTA DE DEFESA E DO SEU ÚLTIMO
PRONUNCIAMENTO ENQUANTO PRESIDENTA**

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Luciana Iost Vinhas – UFPEL

Prof^a. Dr^a. Aracy Ernst – UCPEL

Prof^a. Dr^a. Ercília Ana Cazarin – Orientadora

Pelotas, 7 de dezembro de 2017.

*Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água paralítica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.*



*O curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate.*

Agradecimentos

A minha mãe, por ser fortaleza e por todos os “já é teu/tua”.

Aos meus irmãos, por me auxiliarem das mais diversas formas.

As minhas sobrinhas, por iluminarem meus dias com seus sorrisos gratuitos.

Ao Rodrigo, por ser amigo, companheiro e compreensivo na minha ausência.

A Leonor, por ser amiga e parceira para todas as horas.

A minha orientadora, Ercília, pela acolhida afetuosa e por acreditar em mim.

Aos colegas, pela troca e pela diversão.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Ucpel, por compartilharem saberes valiosos.

A CAPES, pela bolsa concedida.

Resumo

Na presente dissertação analisa-se, no âmbito da Análise de Discurso (AD) de filiação pecheuxtiana, o discurso da presidenta Dilma Vana Rousseff. Toma-se como *corpus* empírico a carta de defesa, enviada, pela então presidenta, ao Senado Federal, em 16 de agosto de 2016; e seu último pronunciamento, enquanto presidenta, antes de sua defesa final, em 29 de agosto do referido ano, com o objetivo central de analisar a heterogeneidade discursiva presente nos referidos documentos. Para cumprir tal objetivo, primeiramente, desenvolve-se uma revisão de pressupostos teóricos da Análise de Discurso que são importantes para a análise que será feita. Em seguida, apresenta-se a noção de condições de produção para a AD e as condições de produção do discurso da presidenta, incluindo o modo como se deu o processo de *impeachment*. Posteriormente, desenvolve-se uma discussão sobre a concepção de heterogeneidade discursiva, trazendo os pressupostos teóricos de Authier-Revuz e autores que se filiam à Análise de Discurso para consubstanciar teórica e metodologicamente a análise. Discutem-se, também, as concepções de formação discursiva e memória discursiva, uma vez que tais noções são fundamentais para a análise. Dando seguimento, analisa-se a heterogeneidade discursiva mostrada (marcada ou não marcada) presente no discurso da presidenta, atentando para: i. as formas de inserção do *discurso-outro*, bem como seu funcionamento discursivo; ii. as relações de força que estão presentes no discurso de Dilma; iii. os efeitos de sentido decorrentes da heterogeneidade discursiva; iv. o funcionamento do imaginário do sujeito do discurso diante do *discurso-outro*.

Palavras-chave: Heterogeneidade discursiva; discurso-outro; discurso de Dilma; formação discursiva; posição-sujeito.

RESUMEN

En la presente disertación analizase, en el ámbito del Análisis de Discurso de filiación pecheuxtiana, el discurso de la presidenta Dilma Vana Rousseff. Tomase como *corpus* empírico la carta de defensa, enviada, por la entonces presidenta, al Senado Federal, el 16 de agosto de 2016; y su último pronunciamiento, en cuanto presidenta, antes de su defensa final, el 29 de agosto de dicho año, con el objetivo central de analizar la heterogeneidad discursiva presente en dichos documentos. Para cumplir tal objetivo, primero, desarrollase una revisión de algunos presupuestos teóricos del Análisis de Discurso que son importantes para el análisis que se hará. A continuación, presentase la noción de condiciones de producción para el Análisis de Discurso y las condiciones de producción del discurso de la presidenta, incluyendo el modo en que se dio el proceso de *impeachment*. Posteriormente, desarrollase una discusión sobre la concepción de heterogeneidad discursiva, trayendo los presupuestos teóricos de Authier-Revuz y autores que se filian al Análisis de Discurso para consubstanciar teórica y metodológicamente el análisis. Además, se discuten las concepciones de formación discursiva y memoria discursiva, ya que tales nociones son fundamentales para el análisis. Dando seguimiento, analizase la heterogeneidad discursiva mostrada (marcada o no marcada) presente en el discurso de la presidenta, atentando para: i. las formas de inserción del discurso-otro, así como su funcionamiento discursivo; ii. las relaciones de fuerza que están presentes en el discurso de Dilma; iii. los efectos de sentido derivados de la heterogeneidad discursiva. ; iv. el funcionamiento del imaginario del sujeto del discurso delante del *discurso-otro*.

Palabras-clave: Heterogeneidad discursiva; discurso-otro; discurso de Dilma; formación discursiva; posición-sujeto.

LISTA DE ABREVIATURAS

AAD – Análise automática do discurso

AD – Análise de Discurso

CP – Condições de produção

D1 – O discurso representativo da posição-sujeito que se inscreve na FD Interna

D2 – O discurso representativo da posição-sujeito que se inscreve na FD Externa

FD – Formação Discursiva

FDI – Formação Discursiva Interna, domínio de saber que comporta o discurso governamental e de seus aliados

FDE – Formação Discursiva Externa, domínio de saber que comporta o discurso não governamental, representativa de forças políticas e sociais que se opõem ao governo Dilma

SD – Sequência discursiva

SUMÁRIO

Considerações iniciais	11
1 A Análise de Discurso	14
2 Campo discursivo e condições de produção	22
2.1 O discurso político.....	23
2.2 Condições de produção em AD.....	24
2.3 Uma breve biografia de Dilma Vana Rousseff.....	26
3 A heterogeneidade discursiva	32
3.1 A heterogeneidade da Formação Discursiva.....	38
4 O interdiscurso e a memória discursiva	42
5 Preparando a análise	45
Recorte 1 – A heterogeneidade discursiva através do discurso relatado	48
Sub-recorte 1.1 – Relações de confronto através do discurso relatado marcado (DRM).....	49
Sub-recorte 1.2 – Relações de confronto através do discurso relatado indireto formal (DRIF).....	56
Sub-recorte 1.3 – Relações de confronto através do discurso relatado indireto informal (DRII).....	60
Recorte 2 – A heterogeneidade discursiva através da operação de negação	63
Sub-recorte 2.1 – O discurso transversal pelo viés da negação.....	65
Sub-recorte 2.2 – O enunciado dividido pelo viés na negação.....	69
Produzindo um efeito de fechamento	74
Referências	77
Anexos	82

Considerações iniciais

Nesta dissertação, analisamos o discurso de autodefesa¹ de Dilma Vana Rousseff², focando na carta³, enviada pela presidenta ao Senado Federal, e seu pronunciamento final, enquanto presidenta, em 16 e 29 de agosto de 2016, respectivamente, e tendo como pano de fundo o processo de *impeachment*, que gerou uma comoção nacional e internacional, visto que, de um lado, defendia-se que a presidenta havia cometido crimes que legitimavam seu afastamento, e de outro, sustentava-se que ela estava sendo vítima de um “golpe” e que o processo era uma via de acesso para um governo ilegítimo.

Durante o processo, a presidenta Dilma foi afastada, em 12 de maio, por 180 dias, e enviou uma carta à Comissão do *impeachment* no Senado, que foi lida pelo seu advogado, Eduardo Cardozo. A carta fazia parte da defesa pela sua permanência na Presidência; e foi ouvida pela Comissão responsável pelo processo.

Em 12 de agosto, o então presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, solicitou a presença de Dilma no Senado Federal, para o julgamento final, que se estendeu até o dia 31 de agosto. Dilma compareceu ao julgamento e, no dia 29 de agosto, após um pronunciamento, respondeu a uma série de perguntas feitas pela acusação e pela defesa.

Durante o processo, uma crise política e econômica se abateu sobre país e foram deflagradas inúmeras prisões de políticos e empresários envolvidos em escândalos de corrupção. Diante desse cenário, consideramos importante refletir sobre os efeitos de sentido produzidos pelo discurso da presidenta. Para tanto, tomamos como *corpus* empírico a carta produzida pela então presidenta, e seu último pronunciamento, com o objetivo geral de analisar a heterogeneidade discursiva presente nesses documentos.

Tendo em vista nosso objetivo geral, pretendemos, ao longo da dissertação, responder às seguintes questões norteadoras:

- O discurso de Dilma Rousseff apresenta marcas de heterogeneidade mostrada?
- Em caso de a questão anterior ser afirmativa, essa heterogeneidade é mostrada

¹ Tomamos como *corpus* empírico duas peças: a carta (escrita) enviada ao Senado, e seu último pronunciamento (escrito), antes de sua defesa final. Assim, quando falamos em discurso de autodefesa, nos referimos a essas duas peças, especificamente. A carta encontra-se no Anexo 1 e o pronunciamento no Anexo 2, desta dissertação.

² Na presente dissertação, optamos por utilizar as formas “presidenta”, “presidenta Dilma” e “Dilma” ao nos referirmos à presidenta Dilma Vana Rousseff.

marcada ou não marcada?

- Como funciona o imaginário do sujeito do discurso diante do *discurso-outro*?
- Que relações de força estão presentes no discurso de Dilma e que efeitos de sentido podemos apreender decorrentes da heterogeneidade discursiva?

Nessa perspectiva, consideramos importante compreender de que modo o discurso de Dilma é atravessado por *outros discursos* que marcam as diferentes posições de sujeito que, por sua vez, se inserem em formações discursivas distintas. Além disso, o embate de forças, travado durante o processo de *impeachment*, fez vir à tona uma discursividade fortemente marcada pelo político, aqui entendido como relações de força que se trava na sociedade (presentes na sociedade) que no nosso entender merece um estudo.

Entendemos que o *impeachment* de Dilma foi um acontecimento histórico que deu início a uma série de eventos que mudou o cenário sócio-político do Brasil, daí a importância de partirmos da carta e do último pronunciamento da presidenta, atentando para a heterogeneidade discursiva presente nos referidos documentos.

Este trabalho justifica-se, também, por ser feita uma reflexão sobre a heterogeneidade discursiva que constitui o discurso representativo do sujeito que se inscreve na formação discursiva interna (FDI) e que se marca pela língua; bem como reafirmar a concepção de sujeito da Análise de Discurso (AD), interpelado ideologicamente e atravessado pelo inconsciente.

Authier-Revuz (2004, p. 12) defende que é no fio do discurso que, real e materialmente, um locutor único produz um certo número de formas, as quais são linguisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso. Essas formas, por sua vez, inscrevem, em sua linearidade, o *outro*. Assim, entendemos que nossa reflexão é significativa, dado que fortalece a concepção de que o discurso de um sujeito não tem origem nele, mas, deriva sentidos da memória discursiva. Para tanto, partimos de Authier-Revuz⁴, pois foi ela que cunhou a noção de heterogeneidade enunciativa. Tal autora filia-se à Teoria da Enunciação, daí utilizarmos, também, os trabalhos sobre a heterogeneidade discursiva desenvolvidos no âmbito da AD, como base para a reflexão que será desenvolvida.

Ao longo desta dissertação, desenvolvemos uma discussão sobre a Análise de

⁴ Parece-nos importante salientar que os estudos desenvolvidos por Authier-Revuz contribuíram de forma significativa para a Análise de Discurso, no que tange a questão da heterogeneidade. Todavia, Authier-Revuz trabalha com a noção de heterogeneidades enunciativas, enquanto a Análise de Discurso preocupa-se com a concepção de heterogeneidade discursiva.

Discurso, atentando para três noções que nos parecem importante em todo trabalho em AD, quais sejam: sujeito, interpretação e sentido. Em seguida, discutimos sobre o Campo discursivo e as condições de produção, tendo como foco o discurso político, as condições de produção em AD e a biografia de Dilma Vana Rousseff. Posteriormente, discorremos sobre a Heterogeneidade discursiva, dando atenção para a heterogeneidade da formação discursiva. No que segue, abordamos as concepções de interdiscurso e memória discursiva, haja vista que são noções que são mobilizadas na análise que se segue. Em seguida, preparamos a análise, visando o *corpus* com o qual trabalhamos, bem como a metodologia desenvolvida durante a análise. A seguir analisamos a heterogeneidade do discurso de Dilma, dividindo nossa análise em dois recortes, os quais se dividem em sub-recortes.

1 A Análise de Discurso

A AD é uma teoria que tem como fundador o filósofo francês Michel Pêcheux e surgiu a partir da relação de três campos epistemológicos, Materialismo Histórico, Linguística e Psicanálise, que o autor chama de “Tríplice Aliança” (2014, p.269). Essa aliança se configurou sob o nome de três autores, Althusser, Saussure e Lacan. Tal configuração culminou na produção de uma Teoria do Discurso.

Pêcheux e Fuchs (1997, p. 163-164) apresentam o quadro epistemológico da AD, reafirmando a articulação entre as três regiões do conhecimento científico citados acima. O Materialismo Histórico deve ser apreendido como “teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias”; a Linguística deve ser entendida como a “teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo”; e a Teoria do Discurso concebida “como teoria da determinação histórica dos processos semânticos”. Os autores ainda chamam atenção para o fato de que essas três regiões são “atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)”.

A AD de Michel Pêcheux, tal como a conhecemos, passou, no decorrer dos tempos, por mudanças e atualizações feitas pelo próprio autor. Além disso, a teoria recebeu (e recebe) contribuições de estudiosos que seguem essa linha de pesquisa, sendo mais desenvolvida no Brasil.

Neste capítulo, não pretendemos dar conta de todas as noções desenvolvidas por Pêcheux e esses estudiosos que o seguem, haja vista que em nossa dissertação trabalhamos num ir e vir entre teoria e prática analítica. Dessa forma, algumas noções, no âmbito da AD, são contempladas nos capítulos adiante, juntamente com a análise. Todavia, acreditamos que existem três conceitos que são basilares para toda e qualquer pesquisa em AD: sujeito, interpretação e sentido. Em outras palavras, não há como conceber uma análise sem levar em conta tais noções.

Orlandi (2015, p. 24), ao falar sobre interpretação, destaca que a AD tem por objetivo compreender “como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”, isto é, há uma relação intrínseca entre essas três noções que não pode ser descartada na análise. Para a autora,

a língua é a materialidade específica do discurso (é a base dos processos discursivos) e o discurso é a materialidade específica da ideologia. Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Se, como tenho afirmado, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, não há sentido sem interpretação, pois a língua se inscreve na

história para significar (ORLANDI, 2002, p. 31)

Daí entendermos que essas noções são de extrema importância, dado que são concepções que sustentam a teoria de Pêcheux e estão na base de qualquer análise. Isso não significa que outras noções teóricas não serão mobilizadas ao longo de nossa análise.

Na AD, a concepção de sujeito é muito cara, tendo em vista o que foi exposto acima. Entendemos que o sujeito não é fonte primeira do que diz e que não controla os sentidos do que diz, já que é determinado ideologicamente e atravessado pelo inconsciente. Assim, trabalhamos com uma noção de sujeito interpelado pela ideologia, historicamente situado e agente de práticas sociais.

Em seus escritos iniciais, Pêcheux (1969⁵) compreende o sujeito como algo distinto de um organismo humano individual, concebendo-o como lugar determinado na estrutura de uma formação social, ou seja, a AD não toma o sujeito enquanto objeto empírico (1997, p. 43). Tal compreensão está filiada a algumas noções de Althusser (1985, p. 98), quando este declara que “... a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”. Essa proposição é retomada por Pêcheux e aprofundada, a partir da noção de assujeitamento, a qual compreende a ilusão de liberdade e de vontade do sujeito. Portanto, a ideologia, além de interpelar o indivíduo em sujeito, o assujeita.

Para Pêcheux (2014, p. 121), não era possível conceber uma teoria materialista dos processos discursivos reproduzindo “como um de seus objetos teóricos, o ‘sujeito’ ideológico como ‘sempre-já-dado’”, ou seja, como um sujeito pleno. Para tanto, era preciso conceber uma “teoria (não-subjetiva) da subjetividade”. Isso quer dizer que o sujeito concebido por Pêcheux possui a ilusão de ser autônomo, quando, na verdade,

é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto, (livremente) sua submissão, para que ele “realize por si mesmo” os gestos e atos de sua submissão. Os sujeitos se constituem pela sua sujeição. Por isso é que “caminham por si mesmos”. (ALTHUSSER, 1985, p. 104; grifos do autor)

Essa teoria não subjetiva da subjetividade, apresentada por Althusser e retomada por Pêcheux, coloca em voga as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, uma vez que relaciona inconsciente (no sentido freudiano) e ideologia (no sentido marxista). Desta forma, o sujeito acredita ser autônomo, intencional e ‘sempre-já-dado’, porém, há “o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico” que se ligam

⁵ Chamamos atenção para o texto intitulado “Análise Automática do Discurso” (AAD), produzida 1969. Sua versão brasileira (1997) foi publicada numa coletânea de textos de Pêcheux e colaboradores, organizada por Gadet e Hak, intitulada “Por uma análise automática do discurso”.

materialmente a fim de constituir esse sujeito (PÊCHEUX, 2014, p.131). Acerca disso, Indursky explica que

o sujeito que o fundador da Teoria da Análise do Discurso convoca é um sujeito que não está na origem do dizer, pois é duplamente afetado. Pessoalmente e socialmente. Na constituição de sua psique, este sujeito é dotado de inconsciente. E, em sua constituição social ele é interpelado pela ideologia. (2008, p. 10)

É a partir desta articulação que o sujeito da AD irá constituir-se e produzir o seu discurso. Decorre daí uma subjetividade não-subjetiva, uma vez que o sujeito não é plenamente consciente, pois é afetado duplamente: pela ideologia e pelo inconsciente. Na esteira desse pensamento, Pêcheux e Fuchs entendem que

a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar interpelação, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção. (1997, p. 166)

Logo, esse sujeito não sabe que é interpelado ideologicamente e atravessado pelo inconsciente, decorrendo daí a ilusão de que é origem do que diz e que controla os sentidos do que produz. Todavia, segundo Pêcheux “os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (2014, p. 147, grifos do autor).

Desta forma, os sentidos produzidos por determinado discurso advém da formação discursiva (FD)⁶ em que é produzido. Essa noção é de extrema importância para a AD, dado que a ideologia que subjaz à FD determina o que pode e deve ser dito em seu interior. Assim, reafirmamos o caráter não intencional do sujeito da AD.

Além disso, Pêcheux (2014, p. 150) formula a noção de *forma-sujeito* que diz respeito ao que regula o dizer das diferentes posições-sujeito que convivem no interior da FD. Dito de outro modo: existe uma forma-sujeito, determinada historicamente, que impõe, por assim dizer, o que é permitido no interior da FD. Para Leandro-Ferreira (2003, p. 192), o sujeito, dessa forma, é pensado “discursivamente como uma posição entre outras”, ou seja, há “um lugar que o sujeito ocupa para ser sujeito do que diz”, em uma conjuntura dada. Porém, o sujeito, segundo essa mesma autora, não sabe que seu discurso é determinado pela forma-sujeito que subjaz à FD, decorrendo daí a ilusão de liberdade. Para a autora, “o efeito da

⁶No sub-capítulo 3.1 desta dissertação, intitulado “A heterogeneidade da formação discursiva”, empreendemos uma discussão mais detalhada acerca da noção de formação discursiva para a Análise de Discurso.

forma-sujeito do discurso é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos o esquecimento nº 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº 2”⁷ (LEANDRO-FERREIRA, 2003, p. 165).

Pêcheux e Fuchs (1997, p. 177) sustentam que o esquecimento nº 2 é da ordem da formulação, ou seja, diz respeito aos *processos de enunciação* e “se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente”. Em contrapartida, o esquecimento nº 1 é da ordem do inconsciente, uma vez que é inacessível, sendo “constitutivo da subjetividade do sujeito”.

Desta forma, há um espaço de “liberdade” que diz respeito à possibilidade de o sujeito mobilizar, no interior da FD, enunciados possíveis. Porém, há uma zona que é inacessível ao sujeito, e que é responsável pela constituição da subjetividade do mesmo. Assim, “o recalque que caracteriza o ‘esquecimento nº 1’ regula, afinal de contas, a relação entre o dito e não-dito no ‘esquecimento nº 2’, onde se estrutura a sequência discursiva” (PÊCHEUX & FUCHS, 1997, p. 178).

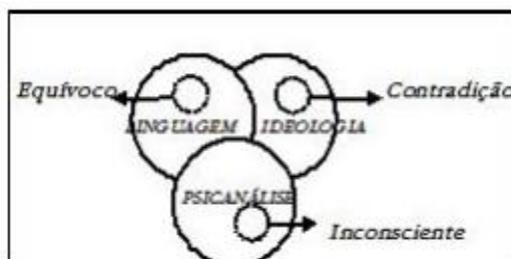
Essa relação entre os esquecimentos, de acordo com Orlandi (2015, p. 34), é *estruturante*, visto que é parte constitutiva do sujeito e dos sentidos. Assim, a ilusão produzida pelos esquecimentos é necessária à produção do sujeito e dos sentidos. Para a autora, “os sujeitos ‘esquecem’ que já foi dito – e este é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos”.

Indursky, por sua vez, compreende que os dois esquecimentos, além de acompanhar o sujeito na produção de seu discurso, “determinam a distinção entre *base linguística* (ilusão-esquecimento nº 1) e *processo discursivo* (ilusão-esquecimento nº 2)” (2013, p. 42; grifos da autora). Assim, é preciso articular esses dois níveis, a fim de compreender a FD que subjaz ao processo discursivo, ou seja, não se deve descartar o exame da base linguística.

Esse sujeito, crendo-se origem do dizer, encontra-se no entremeio da linguagem, da ideologia e do inconsciente, tal como simboliza Leandro-Ferreira (2005, p.189-200) através do nó borromeano:

Figura 1

⁷ As noções de “esquecimento nº 1” e “esquecimento nº 2” são concebidas por Pêcheux e Fuchs (1975) no texto intitulado “A propósito da Análise Automática do discurso: atualização e perspectivas”.



Fonte: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. *O caráter singular da língua na Análise do Discurso*. In: *Organon*, v. 17, nº 35, p. 189-200, 2003.

Para a autora, o sujeito é afetado, simultaneamente, por essas três ordens. Todavia, há sempre um *furo* que é característico de um *ser-em-falta*: o *furo* da linguagem, expresso pelo equívoco; o *furo* da ideologia, representado pela contradição; e o *furo* da Psicanálise, manifestado pelo inconsciente (LEANDRO-FERREIRA, 2005, p. 71; grifos da autora).

Logo, a falta constitui-se como o lugar do possível e do impossível (real da língua), tanto para o sujeito, quanto para a língua, formando-se, assim, uma concepção de sujeito “clivado, assujeitado, submetido tanto ao seu próprio inconsciente, quanto às circunstâncias histórico-sociais que o moldam” (LEANDRO-FERREIRA, 2005, p. 71).

Para a AD, o sujeito é concebido enquanto efeito, tal como vemos abaixo:

Figura 2



Fonte: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. *O caráter singular da língua na Análise do Discurso*. In: *Organon*, v. 17, nº 35, p. 189-200, 2003.

O que vemos representado acima diz respeito ao sujeito enquanto efeito, visto que o mesmo, ao ser constituído pela linguagem, encontra aí a sua morada, decorrendo daí uma marca do sujeito enquanto *efeito de linguagem*. Por ser considerado um sujeito do inconsciente, mostra-se sempre *desejante*. E, ao sofrer a determinação da ideologia, por meio da interpelação, configura-se como *assujeitado* (LEANDRO-FERREIRA, 2005, p.72).

Interessa-nos, sobremaneira, essa concepção de sujeito, desenvolvida ao longo deste capítulo, já que nosso objetivo maior é compreender a heterogeneidade discursiva presente no

discurso de autodefesa de Dilma. Tal como assinala Leandro-Ferreira,

se não houvesse a falta, se o sujeito fosse pleno, se a língua fosse estável e fechada, se o discurso fosse homogêneo e completo, não haveria espaço por onde o sentido transbordar, deslizar, desviar, ficar à deriva. (2005, p. 71)

É pensando nesse espaço que pretendemos compreender como o *discurso-outro* irrompe no discurso de Dilma e apreender os sentidos decorrentes dessa relação, reafirmando a concepção de sujeito defendida na AD. Para tanto, é preciso entender como o sentido é produzido em AD e como se trabalha com a interpretação, dado que o sentido não é único.

Pêcheux e Fuchs (1997, p. 169) afirmam que o sentido de uma sequência só é concebido a partir do momento em que se considera a mesma como pertencente a uma formação discursiva. Portanto, para que seja dotada de sentido, faz-se necessário que a sequência discursiva pertença, necessariamente, a uma FD. A produção de sentido está ligada à relação de paráfrase, visto que, é a partir da relação entre sequências discursivas, no interior de uma família parafrástica, que se constitui o efeito de sentido.

Em Semântica e Discurso, Pêcheux (2014, p. 146-147) compreende que o sentido não está preso às palavras, às proposições e expressões, pois não há transparência de sentido. O que determina o sentido são as posições ideológicas que são postas em “jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas”, que podem mudar de sentido, a partir das “posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Portanto, o sentido, na AD, não existe *a priori*, não está pré-estabelecido a partir de propriedades linguísticas que o determinariam.

Orlandi (2015, p. 28), por sua vez, entende que os sentidos têm relação “com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi”. Dito de outra forma: o sentido relaciona-se com a exterioridade, com as condições de sua produção, não dependendo, exclusivamente, da intenção do sujeito. Desta forma, segundo essa autora (2015, p.58), “os sentidos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos” dos quais o sujeito não tem controle e em que o “trabalho da ideologia e do inconsciente” está sempre presente. Portanto, o sentido, na AD, nunca se apresenta como já dado, transparente, mas, é pensado como contradição e espessura (LEANDRO-FERREIRA, 2003, p. 193).

Leandro-Ferreira (2003, p. 193) defende que a teoria do discurso é também uma teoria da materialidade do sentido, a qual procura dar conta da ilusão necessária do sujeito (senhor da língua e fonte do seu dizer), de tal modo que o sentido nunca é individual e não se

apresenta como já produzido. Logo, a AD se propõe como uma teoria que se detém no processo de produção de sentidos.

Dito isso, o sentido pode deslizar, visto que não é algo dado *a priori*, pois todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, deslocando-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro, assim como afirma Pêcheux:

todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (2008, p. 53).

A interpretação, portanto, é possível porque existe o *outro* na sociedade e na história, com o qual se estabelece uma relação de ligação, identificação ou transferência. Tal relação possibilita a organização das filiações históricas em memórias; e as relações sociais em redes de significantes (PÊCHEUX, 2008, p. 54). Todavia, Pêcheux não sugere “um cálculo dos deslocamentos de filiação, mas, descrições regulares de montagens discursivas” a partir das quais seja possível detectar os momentos de interpretações como atos que irrompem como tomadas de posição.

Para Orlandi (2015, p. 28), não se trata de decodificar mensagens, a partir de dizeres, mas sim de apreender os vestígios que dão margem para a interpretação, ou seja, é preciso compreender os efeitos de sentido produzidos por determinado dizer, o qual, como já mencionado, é produzido a partir de uma posição dada e em condições dadas. Para a autora,

a interpretação é uma injunção. Face a qualquer objeto simbólico, o sujeito se encontra na necessidade de “dar” sentido. O que é dar sentido? Para o sujeito que fala, é construir sítios de significância (delimitar domínios), é tornar possíveis gestos de interpretação. (ORLANDI, 2012, p. 64)

Dado o que nos apresenta a autora, podemos entender que a interpretação relaciona-se com a ideologia e deve ser encarada a partir de duas instâncias: i. como parte da atividade do analista; ii. enquanto parte da atividade linguageira do sujeito. Portanto, há duas formas de interpretação na AD, uma, diz respeito ao analista; a outra, ao sujeito que enuncia.

O sujeito está, de certa forma, condenado a interpretar, pois, no momento que fala, “está em plena atividade de interpretação”, sempre atribuindo sentido às suas palavras em determinadas condições de produção. Todavia, essa interpretação aparece ao sujeito como transparência, pois, apagam-se as condições de produção de seu discurso, bem como a exterioridade que constitui o sentido (ORLANDI, 2012, p. 65).

Nas palavras de Orlandi:

A interpretação, portanto, não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. Também não é livre de determinações. Ela não pode ser qualquer uma e não é igualmente distribuída na formação social. (2012, p. 67)

O que entendemos da citação acima é que os sujeitos são instados a interpretar e que a AD trabalha com uma concepção de ideologia que estabelece que a interpretação é sempre orientada por condições de produção específicas, as quais aparecem como eternas e universais, resultando daí, a ilusão de que o sentido é único e verdadeiro (ORLANDI, 2010, p.25). Isto é dizer que o sujeito, ao falar, está em plena atividade de interpretação, atribuindo sentidos às suas palavras, porém, o faz como se os sentidos já estivessem nas palavras. Ou seja, a atividade de interpretação aparece ao sujeito como transparência, como o sentido lá, como evidente (Orlandi, 2012, p. 65).

É preciso, portanto, que a história intervenha no processo de produção de sentidos, bem como o equívoco, a ambiguidade, a opacidade e a espessura material do significante, o que significa compreender que o sentido sempre pode ser outro.

Quanto à atividade de interpretação do analista, Orlandi (2015, p. 24-25) chama atenção para o fato de que não há método pronto que dê conta de todas as análises, mas sim a construção de uma metodologia⁸, de um dispositivo teórico-analítico. Não há, dessa forma, uma verdade oculta atrás do texto, mas sim, gestos de interpretação que o constituem. É responsabilidade do analista, com seu dispositivo de análise, compreender como o texto organiza esses gestos de interpretação e como produz sentidos. Assim, concordamos que na AD há um batimento entre descrição e interpretação, diferenciando-se da hermenêutica. (PÊCHEUX, 2008, p. 54).

Para que seja possível trabalhar no batimento entre descrição e interpretação, entendemos importante, para a nossa pesquisa, emprendermos uma discussão acerca da noção de campo discurso de referência e do entendimento que se tem em AD sobre condições de produção, atentando para o tipo de discurso com o qual estamos trabalhando e para a biografia de Dilma Rousseff. Portanto, no capítulo que segue, nos dedicamos a tais noções.

⁸ Falamos sobre a metodologia em AD no capítulo cinco desta dissertação.

2 Campo discursivo e condições de produção

Como dito, nossa dissertação toma como *corpus* empírico o discurso de autodefesa de Dilma Rousseff, por ocasião de um processo de *impeachment*. De tal modo, entendemos importante precisar com que tipo de discurso estamos trabalhando, visto que existem particularidades do nosso *corpus* que devem ser levadas em consideração; bem como as condições de produção do discurso em pauta.

Não temos a intenção de cristalizar nosso objeto de estudo, tipologizando-o, mas sim compreender o funcionamento discursivo da materialidade em estudo. Para tanto, acreditamos que é importante compreender o campo discursivo de referência⁹ no qual se inscreve o discurso em pauta. Conforme salienta Cazarin (2004, p. 40) “... em AD, não se concebem características pré-determinadas (cristalizadas) que sirvam para todo e qualquer discurso, pois algumas características são próprias de um e não de outro (s)”. Isto é, não partimos de uma categorização pré-determinada, mas sim compreendemos o funcionamento discursivo do discurso em questão.

Para cumprir tal propósito, é preciso compreender o que se entende na AD por condições de produção (CP) de um discurso e as condições de produção do discurso de Dilma Rousseff, salientando-se que na AD não trabalhamos com o sujeito empírico, mas sim com o lugar ocupado pelo sujeito, isto é, entendido como uma posição-sujeito que se inscreve na FD Interna, aqui representado pela presidenta Dilma. Tais considerações nos permitem compreender os efeitos de sentido produzidos pela inserção do *discurso-outro* no discurso em análise.

Portanto, o que segue dedica-se a abordar questões relativas ao campo discursivo de referência no qual se situa o discurso que analisamos, discorrer sobre a noção de condições de produção em AD e relatar a biografia da presidenta Dilma.

⁹ Tomamos a noção de “campo discursivo” de Maingueneau, o qual a compreende como um espaço em que se confrontam diversos posicionamentos. Tais posicionamentos implicam que, em um mesmo espaço, haja enunciados que se relacionam com a construção e com a preservação de diversas identidades enunciativas, as quais estão em relação de concorrência. Dito de outra forma: o campo discursivo diz respeito ao conjunto de FDs que se encontra em relação de concorrência. (MAINGUENEAU, 2015, p.68)

2.1 O discurso político

De acordo com Cazarin “é o discurso, em sua circulação, que constrói a montagem e delimita o ‘fechamento da cena¹⁰” (2004, p. 47). Para a autora, “... uma característica, que talvez possa ser constante no funcionamento de um discurso do *campo do político*, é o caráter polêmico de feição marcadamente persuasiva” (CAZARIN, 2004, p. 40), Portanto, nessa dissertação, compreendemos que o campo discursivo de referência recai sobre o campo do discurso político.

Acreditamos ser este o caso do discurso que analisamos, uma vez que há um confronto entre FDs, o qual se marca a partir de determinados funcionamentos discursivos. Note-se que o discurso que analisamos é heterogêneo, ou seja, no interior do discurso do sujeito de D1 há marcas que indicam que *outro discurso* aí se encontra. É neste sentido que acreditamos estar diante de um discurso fortemente marcado pelo político. Para Cazarin,

o discurso político é um discurso que não é um saber demonstrável, mas que se dá por real – discurso que, ao mesclar o conhecimento e a falta dele, pode ter suas implicações, suas consequências particulares e intervir na história como uma das atividades inevitáveis da prática política. O próprio desse discurso é, precisamente, sustentar relações multiformes com a ação, servindo, por exemplo, para facilitar a ação política legitimando-a, para realizar objetivos distintos dos proclamados ou para substituir todas suas decisões. (2004, p. 49)

Sobre a política e o político, Indursky (2002, p. 116-117) destaca que a AD não se interessa pela noção de política como área funcional especializada; o que nos interessa, sobremaneira, é mobilizar o político em nossos estudos. Para a autora, o político irá construir-se através dos discursos que circulam no discurso social, este entendido como “o conjunto de discursos dispersos que se encontram em circulação”. Para Indursky,

o político é resultado da trama de diferentes processos discursivos atravessados pelo interdiscurso e recortados por diferentes formações discursivas [...] para a análise do discurso, o que conta não é a política, mas o político. (2002, p. 117)

Dáí a autora enfatizar que não é o caso de afastar ou negar o discurso político, mas mobilizar nos discursos políticos o *político*. (INDURSKY, 2002, p. 117). Logo, se entendemos o político “*como representação* das forças políticas em jogo no discurso, no qual interferem a história e a ideologia como constitutivas” (CAZARIN, 2004, p. 56), é possível

¹⁰ Fazemos referência, aqui, ao que nos diz Indursky sobre a concepção de “cena discursiva”. Para a autora, a *cena discursiva* possui um *sujeito* do discurso que fala pela voz do locutor e utiliza o interlocutor como mediador para chegar ao destinatário, o qual pode estar invisível. (2013, p. 171)

compreender as relações de força que se estabelecem na cena discursiva em que o discurso de Dilma é produzido, marcando, assim, um discurso fortemente afetado pelo político.

Acerca do discurso político, Courtine (2006, p. 75) explica que pensar o modo de enunciação político possibilita a estimativa de que exista uma ordem do discurso que se impõe ao sujeito falante, cujo modo de enunciação encontra-se, dessa forma, sob uma liberdade que é controlada. Assim, é possível compreender que não é uma escolha do sujeito enunciar de tal ou tal modo, ou seja, não é uma escolha, quando o faz, o faz determinado pela ideologia e pelo inconsciente.

Desta forma, compreender o político discursivamente requer refletir sobre a textualização deste, tal como nos afirma Orlandi:

A Análise de Discurso trabalha a textualização do político (J.J. Courtine, 1986) sendo que a apreensão dessa textualização vem de uma análise dos gestos de interpretação inscritos na materialidade do texto. Na medida em que o político é constitutivo, a compreensão, a própria leitura, em Análise de Discurso, é política. (ORLANDI, 1998, p. 74)

Apreender o político discursivamente, portanto, significa que o sentido é sempre dividido. Porém, tal divisão não quer dizer que o discurso é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história (ORLANDI, 1998, p. 74). Acreditamos ser este o caso do discurso de autodefesa de Dilma, tendo em vista que o julgamento da presidenta, que envolveu o midiático e o judiciário, foi o pano de fundo para a escrita da carta e de seu último pronunciamento, sendo possível alocar este discurso no campo do político. Tal discurso, marcado pela tensão entre FDs, possui um caráter polêmico e persuasivo. Desta forma, é importante articular a esta dissertação o que entendemos como condições de produção e quais as condições de produção do discurso de Dilma, a fim de compreendermos como se dá a textualização do político.

2.2 Condições de produção em AD

A noção de condições de produção, já na AAD-69, é considerada, por Pêcheux, como fundamental para a Teoria do Discurso. O autor parte do esquema informacional de Jakobson, pois acredita que o mesmo apresenta a vantagem de colocar em cena os protagonistas do discurso, bem como o referente (PÊCHEUX, 1997, p. 81). Porém, Pêcheux entende que esse esquema considera a mensagem como transmissão de informação, o que o faz preferir o termo

discurso, visto que se trata de um efeito de sentido entre locutores, os quais ocupam “lugares determinados na estrutura da formação social” (PÊCHEUX, 1997, p. 82).

Esses lugares, segundo o autor, “estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo”, ou seja, o que funciona nesses processos é o que o autor chama de “formações imaginárias” as quais designam o papel que os interlocutores atribuem cada um a si e ao outro (PÊCHEUX, 1997, p. 82). As posições dos protagonistas do discurso intervêm, dessa forma, a título de condições de produção do discurso. A substância das formações imaginárias resulta de processos discursivos anteriores, afetadas por condições de produção diferentes, isto é, supõe-se que a percepção que o sujeito tem do *outro* e de *si* é sempre atravessada pelo “já ouvido” e pelo “já dito”, constituindo, assim, a substância das formações imaginárias.

Nos processos discursivos, portanto, há uma série de formações imaginárias que são postas em cena, as quais designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*. Isto é, as imagens que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro. Note-se, porém, que não se trata de um lugar físico, mas sim de uma projeção (PÊCHEUX, 1997, p. 82-83).

Assim, todo processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias, as quais Pêcheux designa conforme o quadro abaixo:

FIGURA 3

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente	
A	$I_A(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_A(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	$I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	$I_B(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: Gadet & Hak, Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux, 3ed, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997

Logo, todo processo discursivo prevê uma antecipação por parte dos sujeitos. Note-se, porém, que o que funciona no discurso não são os lugares físicos, nem os lugares empíricos que os sujeitos ocupam, mas sim suas imagens, as quais resultam de projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições-sujeito no discurso

(ORLANDI, 2015, p. 38). Tais projeções vão significar quando relacionadas ao contexto sócio-histórico e à memória discursiva. Assim, as formações imaginárias constituem as diferentes posições de sujeito que são postas em cena num discurso.

Courtine (2009, p. 50-51), por sua vez, acredita que a definição de condições de produção proposta por Pêcheux não rompe “com as origens psicossociológicas” que vinham sendo delineadas até então. Para o autor “a noção de CP do discurso apresenta um conteúdo ao mesmo tempo empírico e heterogêneo [...] esse conteúdo é igualmente *instável*.”

No entender de Orlandi (2015, p. 28-29), as condições de produção de um discurso “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação” e a memória discursiva. A autora divide as condições de produção em sentido estrito e em sentido amplo, sendo que o primeiro diz respeito às circunstâncias da enunciação, ou seja, ao contexto imediato; enquanto o segundo diz respeito ao contexto sócio-histórico, ideológico. Tal divisão é feita a fim de explicitar tal noção, mas, na análise que se faz, deve-se considerar o todo, e é assim que operamos nesta dissertação.

Dito isso, traçamos um perfil do sujeito que enuncia o discurso em análise, o qual é representativo da formação discursiva interna, atentando para a biografia e o processo de *impeachment* sofrido pela presidenta.

2.3 Uma breve biografia de Dilma Vana Rousseff

Entendemos relevante discutir as condições de produção do discurso em pauta, haja vista o *corpus* empírico com o qual estamos lidando, bem como o sujeito que enuncia tal discurso. Traçamos, portanto, uma breve biografia de Dilma, bem como de sua trajetória enquanto presidenta, a fim de compreendermos determinadas inserções do *discurso-outro* no seu discurso. É a partir dessas condições de produção que o sujeito de D1 toma forma e constitui seu discurso como representativo da FD Interna.

Dilma Vana Rousseff nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 14 de dezembro de 1947¹¹. Filha do advogado Pedro Rousseff e da professora Dilma Jane da Silva; aos 16 anos, durante o Ensino Médio, iniciou sua trajetória militante, indo às ruas protestar contra o golpe militar que depôs João Goulart e participando da luta organizada contra a ditadura.

¹¹Os dados apresentados acima foram retirados do Portal do Brasil, que apresenta uma biografia da presidenta eleita. Fonte: <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/conheca-a-trajetoria-da-presidenta-dilma-rousseff>; e do site BOL Notícias, de autoria de Fernando Rodrigues, que apresenta uma cronologia da vida de Dilma. Fonte: <https://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2010/02/21/veja-cronologia-da-vida-de-dilma-rousseff.jhtm>. Acesso em 6 de janeiro de 2017.

Juntou-se como simpatizante à Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop), a qual se dividia entre a luta armada e o combate à Ditadura de maneira pacífica. Nesta mesma época, Dilma filiou-se ao Comando de Libertação Nacional (Colina)¹².

Em 1968, com o estreitamento do regime militar, Dilma e Galeno, então seu esposo, dormiam em locais separados, a fim de despistar a polícia. Após escapar, em janeiro do ano seguinte, do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), em Belo Horizonte, ela passou a viver na clandestinidade, usando diversos codinomes, como Estela, Luiza, Marina, dentre outros. Abandonou o curso de Economia que havia iniciado, e separou-se de Galeno.

Já em São Paulo, Colina une-se à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), passando a atuar sob o nome de Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR - Palmares). Carlos Araújo, seu então marido, passa a ser um dos dirigentes da nova organização. À época, a VAR-Palmares praticava sua ação mais audaciosa, que ficou conhecida como o roubo do “cofre do Adhemar”. Dilma negou a participação na operação, visto que atuava somente na direção da VAR.

Em setembro de 1969, o grupo se desfez, voltando a existir a VPR. Dilma e Araújo permaneceram na VAR-Palmares, tendo como foco mais ações políticas e menos guerrilhas. Após a prisão de seu ex-marido, Cláudio Galeno, Dilma foi presa e ficou detida pela Operação Bandeirantes (Oban), local onde sofreu torturas, como sessões de palmatórias, choques, chutes e socos, segundo relatos próprios.

Dilma ficou reconhecida como uma grande guerrilheira e principal dirigente da VAR-Palmares. Além disso, ficou conhecida como a “Joana d’Arc da subversão”, visto que foi acusada de participar, diretamente, das ações do grupo, o que, todavia, não foi comprovado. Ficou presa durante quase três anos; primeiramente na Oban e, posteriormente, no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Foi condenada a dois anos e meio de prisão, pelo Supremo Tribunal Federal, porém, já havia cumprido três anos. Quando ministra da Casa Civil, Dilma reivindicou indenização de três Estados - São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais - nos quais fora mantida presa.

¹²As informações a respeito da Militância e da Ditadura foram extraídas de uma entrevista cedida à Folha de São Paulo, intitulada “Aos 19, 20 anos, achava que eu estava salvando o mundo”, Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0504200908.htm>; da matéria “Veja cronologia da vida de Dilma Rousseff” de autoria de Fernando Rodrigues. Fonte: <https://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2010/02/21/veja-cronologia-da-vida-de-dilma-rousseff.jhtm>.; do texto de Catia Seabra para a folha de São Paulo, intitulado “Preso durante a ditadura, Dilma pediu indenização de três Estados; e da matéria “Dilma sanciona lei que cria a Comissão da Verdade”, publicado pela Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/dilma-sanciona-lei-que-cria-a-comissao-da-verdade>. Ambos os textos acessados em 6 de janeiro de 2017.

Após sua soltura, ingressou na faculdade de Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a qual concluiu em 1977. No início da década de 80, auxiliou Leonel Brizola a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), no Rio Grande do Sul. Em 1993, Alceu Collares, ao ser eleito governador, levou-a para a Secretaria Estadual de Energia, Minas e Comunicação.

Em 2000, Dilma filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Quando uma grave crise no abastecimento de energia (2001) abate-se sobre o país, Dilma ganhou destaque, uma vez que o Rio Grande do Sul era um dos poucos estados que não sofria com apagões. Posteriormente, o então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), convidou-a para participar da equipe de transição que prepararia o próximo Governo Federal. Após a posse de Lula, tornou-se ministra de Minas e Energia. Reformulou o ministério (2003-2005) com a criação do chamado marco regulatório, a fim de evitar uma nova crise no abastecimento de energia.

Em 2005, foi escolhida por Lula para chefiar a Casa Civil. Neste ponto, assumiu a direção de iniciativas estratégicas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida. Em 2010, deu um passo importante em direção à Presidência, deixando o Governo a fim de candidatar-se. Em 13 de junho teve sua candidatura oficializada pelo PT.

Sob o *slogan* “Para o Brasil seguir mudando”, em 31 de outubro de 2010, após o segundo turno das eleições, Dilma, aos 63 anos, foi eleita Presidenta da República Federativa do Brasil, somando mais de 55,7 milhões de votos (56,05%)¹³. Foi a primeira mulher a ocupar o cargo de presidenta além de já ter sido a primeira mulher secretária da Fazenda de Porto Alegre, a primeira secretária estadual de Energia, a primeira ministra de Minas e Energia, e a primeira chefe da Casa Civil.

Em seu primeiro mandato como presidenta, Dilma sancionou a Comissão Nacional da Verdade, que foi criada com a finalidade de investigar, em dois anos, as violações de direitos humanos entre os anos de 1946 e 1988, período que inclui a Ditadura Militar. O grupo que foi escolhido pela presidenta obteve depoimentos e documentos, em todo o país, que auxiliaram no esclarecimento das violações de direitos.

Dilma manteve durante seu primeiro mandato a obra de inclusão social e redução de desigualdades inaugurada e desenvolvida durante a gestão de Lula. Buscou em seu mandato

¹³Os dados apresentados neste capítulo foram obtidos a partir do Portal do Brasil, que apresenta uma biografia da presidenta eleita. Fonte: <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/conheca-a-trajetoria-da-presidenta-dilma-rousseff>. Acesso em 6 de janeiro de 2017.

manter programas como o *Bolsa Família* (aprimorado em sua gestão) e *Brasil sem miséria*. Houve contratações de unidades habitacionais do *Programa Minha casa, Minha Vida*, ascensão de 42 milhões de pessoas à classe média, aumento do salário mínimo e criação de empregos formais. Na sua primeira gestão, investiu em Educação, em saúde, em mobilidade urbana, e em programas com a finalidade de melhorar a vida do povo brasileiro. Com um índice de desemprego mais baixo da história, Dilma foi reeleita presidenta da República em segundo turno em 26 de outubro de 2014.

A segunda gestão¹⁴ da presidenta foi marcada pelas medidas assumidas ao ingressar no cargo. A presidenta elegeu como lema de seu governo o seguinte enunciado: “Brasil, pátria educadora”. Em sua posse chamou atenção para o fato de que o crescimento do Brasil dependia da estabilidade e da credibilidade da economia, e que voltaria sua atenção para a manutenção do emprego e para a valorização do salário mínimo. Dentre suas promessas estava a manutenção dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Já no primeiro ano do seu segundo mandato¹⁵, Dilma teve sua popularidade abalada, devido à grave crise econômica que se abateu sobre o país. Para poder pagar os juros da dívida pública, foi proposto um pacote de ajuste fiscal, a fim de reduzir os gastos públicos. Ainda houve ajustes no preço do combustível e da eletricidade, a queda do Produto Interno Bruto (PIB) e a elevação na taxa de desemprego. Todavia, a falta de diálogo entre o governo e o Congresso dificultava um avanço nas medidas para uma maior arrecadação, visto que projetos de lei – pautas-bomba –, que poderiam impactar as contas públicas eram vistos como prioridade.

Além da crise, a Lava Jato¹⁶ prendeu uma série de corruptos, incluindo personalidades próximas à Dilma e seu governo, marcando, assim, uma impressão negativa sobre sua gestão. Este cenário de crise e corrupção culminou em protestos marcados pelo enunciado “Fora Dilma”.

¹⁴ Os dados sobre a segunda posse da presidenta Dilma, foram obtidos a partir de seu discurso de posse. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/480013-INTEGRA-DO-DISCURSO-DE-POSSE-DA-PRESIDENTE-DILMA-ROUSSEFF-NO-CONGRESSO.html>. Acesso em 28 de março de 2017.

¹⁵ As informações referentes ao seu segundo mandato foram retiradas do site BBC Brasil, em matéria sobre os principais fatos do governo da presidenta. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_cronologia_governo_dilma_if. Acesso em 28 de março de 2017.

¹⁶ A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia. Disponível em: <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>. Acesso em 28 de março de 2017.

O cenário encaminhava-se para um processo de *impeachment* que se estendeu até agosto de 2016. Este ano, portanto, foi palco de um acontecimento histórico que mudou o rumo político do Brasil, tendo em vista o *impeachment* sofrido pela presidenta Dilma. Este acontecimento, todavia, não se deu durante o referido ano, pois o processo de impedimento iniciou-se em 2015.

Após inúmeros pedidos de *impeachment*, o documento apresentado ao Congresso, em 2 de dezembro de 2015, que foi protocolado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal, subscrito pelo advogado Flávio Henrique Costa Pereira e apoiado por movimentos como Movimento Brasil Livre (MBL), Vem pra rua e Movimentos contra a corrupção, foi aceito pelo, então presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

No referido documento, os juristas defendiam que a presidenta havia editado decretos não numerados, abrindo crédito suplementar, sem a devida autorização do Congresso Nacional, além de ter praticado as chamadas “pedaladas fiscais”, falseando as contas públicas. Os juristas ainda argumentavam que Dilma teria prejudicado a Petrobras com a compra da refinaria de Pasadena e com a Operação Lava Jato, destacando que

sérias lesões ao orçamento foram perpetradas, seja pela edição de decretos não numerados abrindo crédito suplementar, sem autorização do Congresso Nacional; seja pela prática das chamadas pedaladas fiscais, com inequívoca maquiagem das contas públicas. (Bicudo et al., 2015, p. 11,12)

Após o aceite do processo de impedimento, o presidente da Câmara determinou a criação de uma comissão especial para analisar a denúncia¹⁷. A comissão de 65 deputados, indicados por 24 partidos, elegeu presidente e relator, conforme previsto na Constituição. A presidenta teve dez sessões para apresentar sua defesa, após a instalação da Comissão, a qual, depois de cinco sessões, apresentou um relatório final, no qual constava o aceite ou não do processo de impedimento de Dilma.

¹⁷Os dados sobre o processo de *impeachment* foram obtidos através de matéria produzida pelo site EL PAÍS, intitulada “O passo a passo do impeachment de Dilma em 9 pontos básicos”. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/02/politica/1449093380_156718.html. Acesso em 28 de março de 2017; no site da Câmara do Deputados, em matéria intitulada “Câmara autoriza instauração de processo de impeachment de Dilma com 367 votos a favor e 137 contra”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html>. Acesso em 28 de março de 2017; e no site do Senado Federal, na matéria “Conclusão do processo de impeachment no Senado é o grande destaque da semana”. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/02/conclusao-do-processo-de-impeachment-no-senado-e-o-grande-destaque-da-semana>. Acesso em 28 de março de 2017.

Posteriormente, o processo seguiu para votação, que deveria ter, no mínimo, 342 dos 513 votos favoráveis. Com os votos favoráveis de 367 deputados, o processo avançou para o Senado Federal, o qual deveria julgar a presidenta pelos crimes de que era acusada. No Senado, após 20 horas de sessão e 55 votos a favor e 22 contra, o processo de *impeachment* foi aceito e Dilma afastada por 180 dias. Durante esse período, Michel Temer assumiu como presidente interino.

Em 23 de maio, vieram à tona diálogos gravados¹⁸ entre o então ministro do Planejamento, senador licenciado Romero Jucá (PMDB-BR) e o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, os quais foram gravados em março de 2016. Nos áudios, Jucá e Machado discutem sobre uma “mudança” no Governo Federal com a finalidade de realizar um pacto para “estancar a sangria”. Jucá, nas gravações, acrescenta que um eventual governo de Michel Temer poderia construir um pacto nacional “com o Supremo, com tudo”, fazendo referência às investigações da Lava Jato.

Após o envio da carta de defesa ao Senado e de seu comparecimento durante o julgamento, os senadores votaram pela condenação de Dilma. Com 61 votos a favor e 20 contra, Dilma foi condenada pelo crime de responsabilidade, porém, seus direitos políticos não foram retirados. No mesmo dia, Michel Temer foi empossado no cargo de Presidente da República.

Dado o que precede, neste capítulo, centramos nossa discussão nas condições de produção do discurso em análise, atentando para o histórico do sujeito de D1. Como dito anteriormente, tal discussão mostra-se produtiva, dado que estamos diante de um discurso heterogêneo. Portanto, no capítulo que segue, abordamos a noção de heterogeneidade discursiva, a fim de compreender como tal concepção é vista nos estudos do discurso de filiação pecheuxtiana.

¹⁸ As informações referentes ao áudio foram retiradas da Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em 26 de dezembro de 2017.

3 A heterogeneidade discursiva

Tendo em vista nosso objetivo principal para este estudo, abordamos neste capítulo algumas considerações acerca da noção de heterogeneidade. Primeiramente, trazemos o que defende Jacqueline Authier-Revuz quanto ao tema, visto que foi quem cunhou a noção, atentando para como a autora concebeu sua teoria; posteriormente, discorreremos sobre a noção de heterogeneidade discursiva, no âmbito dos estudos da Análise de Discurso.

Para propor o conceito de “heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso”, Authier-Revuz (1990, p. 26) apoia-se na problemática do dialogismo de Bakhtin e na concepção de sujeito e sua relação com a linguagem, considerando os trabalhos de Freud e sua releitura feita por Lacan. A autora propõe uma “descrição da heterogeneidade mostrada como formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26). Nesta dissertação, nos preocupamos com as formas marcadas e não marcadas da heterogeneidade mostrada.

Bakhtin compreende que o ato de fala, ou mais precisamente a enunciação, não pode ser concebido como um ato individual e nem explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante, pois a enunciação é de natureza social (BAKHTIN, 2006, p. 124). Nas palavras do autor:

A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística. (BAKHTIN, 2006, p. 124)

Portanto, compreende-se a enunciação como um produto que é determinado pelas condições externas ao sujeito e ainda pelos participantes envolvidos na interlocução, não sendo possível ao sujeito falante produzir algo individualmente, pois “a unidade real da língua que é realizada na fala [...] não é a enunciação monológica individual e isolada, mas a interação de pelos menos duas enunciações, isto é, o diálogo” (BAKHTIN, 2006, p. 149). Com base nessas ideias, Authier-Revuz apresenta uma releitura de Bakhtin e articula algumas noções a sua teoria.

Segundo a autora (1990, p. 27), para o dialogismo do círculo de Bakhtin “as palavras são, sempre e inevitavelmente, ‘as palavras de outros’” e a preocupação central da teoria não é o “diálogo face a face”, mas sim uma “dialogização interna do discurso”. Dito de outro modo, o sujeito passa a ter as palavras a partir da voz de outrem, já que “nenhuma palavra é neutra,

mas carregada, ocupada, habitada, atravessada pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada”.

No dialogismo de Bakhtin, de acordo com a autora, existe, em termos de interdiscursividade e de interlocução, a inscrição “das palavras dos outros no discurso” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 68). Isso se dá porque, para Bakhtin, segundo a autora, a interação com o *discurso do outro* é o que possibilita a constituição do discurso; e é somente por essa via que isso é possível.

Para Authier-Revuz (2004, p. 35-36), o que defende Bakhtin é que o homem olha através das “palavras do outro”, isto porque “toda palavra ‘remete a um contexto, ou a vários, nos quais viveu sua existência socialmente subjugada’”. Ou seja, a palavra advém de outro contexto, porém “penetrada pelo sentido dado por outros”.

Assim, Authier-Revuz (2004, p. 36) destaca que o dialogismo é dado como condição de constituição do sentido, pois o discurso se constrói em relação aos outros discursos, sendo os outros discursos “seu exterior constitutivo”. De acordo com a autora,

o lugar “do outro discurso” não é ao lado, mas no discurso. Isso posto como lei constitutiva do tecido de todo discurso, não é surpreendente que um campo tenha, de maneira privilegiada, suscitado o interesse do grupo de Bahktin: o das formas que, no nível sintático, discursivo e literário oferecem representações em discurso do discurso outro. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 37; grifos da autora)

A autora se refere, na citação acima, às formas do discurso relatado, que segundo sua compreensão diz respeito ao “discurso no discurso” e “discurso sobre o discurso”. Para Authier-Revuz (2004, p. 38), o ponto de vista dialógico contribuiu para um esclarecimento sobre as formas sintáticas do discurso relatado, sejam elas o discurso direto, o discurso indireto ou ainda o discurso indireto livre.

Segundo essa autora, é importante, ainda, compreender como a interlocução intervém na *dialogização interior* do discurso, haja vista que

todo discurso é compreendido nos termos do diálogo *interno* que se instaura entre esse discurso e aquele próprio ao receptor; o interlocutor compreende o discurso através do seu próprio discurso. *Visando à compreensão de seu interlocutor*, o locutor *integra*, pois, na *produção de seu discurso*, uma *imagem do “outro discurso”*, aquele que ele empresta a seu interlocutor. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 42; grifos da autora)

Authier-Revuz (2004, p. 44) compreende que a teoria de Bakhtin mostra-se atual, uma vez que “o outro do dialogismo de Bakhtin não é nem um *objeto* exterior do discurso (falar do discurso do outro), nem o *duplo*, não menos exterior do locutor”, ou seja, o *outro* do

dialogismo é uma condição constitutiva do discurso, é “a *condição* discurso, e é uma *fronteira interior*, que marca no discurso a relação constitutiva com o outro” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 46; grifos da autora).

Authier-Revuz ancora sua teoria no dialogismo de Bakhtin por compreender que a articulação mantida entre “os outros discursos” e “o discurso do outro-interlocutor” são de extrema importância para a compreensão da heterogeneidade discursiva.

A autora ainda ancora seu trabalho na Psicanálise, propondo uma visão do sujeito enquanto entidade heterogênea, uma vez que seu discurso é atravessado pelo inconsciente. Esse sujeito é “resultado de uma estrutura complexa, efeito da linguagem: descentrado, dividido, clivado, barrado...” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.28), pois, em seu discurso,

sempre, as palavras, “outras palavras” são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso, através da qual a análise pode tentar recuperar os indícios da “pontuação do inconsciente”. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28).

Logo, ao afirmar que, “constitutivamente, no sujeito e no seu discurso está o Outro” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.29), há um reencontro que não pode ser omitido pelas teorias da enunciação: entre as concepções do inconsciente, do discurso e da ideologia. Isto porque esse sujeito é concebido como fragmentado, faltoso, descentrado.

O *outro*, salienta a autora, “não é um objeto (exterior, *do qual* se fala), mas uma condição (constitutiva, *para* que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 69). Portanto, a heterogeneidade constitutiva é não analisável, não localizável e não representável, dada a sua constituição. A autora salienta que

heterogeneidade constitutiva **do** discurso e heterogeneidade mostrada **no** discurso representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição **dum** discurso e a dos processos não menos reais, de representação, **num** discurso, de sua constituição. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 32; grifos nossos)

Quando se trata da heterogeneidade mostrada, o *outro* se encontra designado como objeto do discurso, através de um mecanismo enunciativo; sua função é manter a ilusão de unidade do discurso. As formas da heterogeneidade mostrada aparecem a partir de marcas, no fio do discurso, “designando o outro localizadamente”. Em outras palavras, “ela corresponde a uma função de negociação - necessária - do sujeito falante com essa heterogeneidade constitutiva” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 72-74).

As formas da heterogeneidade mostrada podem ser marcadas ou não marcadas.

Quando marcadas, percebe-se uma ruptura na ordem sintática; quando não marcadas, o fragmento, que é designado como *outro*, integra-se à cadeia discursiva sem ruptura sintática (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29-34).

Authier-Revuz (2004, p. 12) inicia a discussão sobre a heterogeneidade mostrada marcada falando sobre *o outro* do discurso relatado. Para a autora, as formas sintáticas do discurso direto e do discurso indireto marcam um outro ato de enunciação. No discurso indireto, o locutor comporta-se como um tradutor do *discurso do outro*, fazendo uso de suas palavras, remetendo-o como fonte dos sentidos que ele relata. No discurso direto, o locutor apresenta-se como porta-voz das palavras do *outro*, ou seja, são as palavras deste que ocupam o tempo e/ou o espaço que é recortado na frase.

Para Authier-Revuz (2004, p. 18), um outro tipo marcado da heterogeneidade mostrada que pode ser inscrito no discurso é “o das outras palavras, sob as palavras, nas palavras”. São casos como: o trocadilho; o acróstico; o palíndromo; movimentos bruscos e alternantes do sentido em uma palavra; a justaposição, em cadeia, do um e do *outro*, entre outros casos.¹⁹ Estas formas marcadas da heterogeneidade mostrada são perceptíveis a partir de marcas no discurso, porém, nos interessa também compreender como a autora apreende as formas que não deixam marcas no discurso.

As formas não marcadas da heterogeneidade mostrada - discurso indireto livre, ironia... de um lado, metáforas, jogos de palavras,... de outro lado - representam pelo *continuum*, a incerteza que caracteriza a referência ao *outro*, uma outra forma de negociação com a heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 34).

Desta forma, enquanto as formas marcadas dão lugar ao *discurso do outro* de forma explícita, as formas não marcadas “jogam com a diluição, com a dissolução do outro no um” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 34), podendo ser este *outro* enfatizado ou perdido.

Como mencionado anteriormente, buscamos, também, referentes teóricos, no âmbito da AD, quanto à noção de heterogeneidade discursiva. Não desconsideramos o que defende Authier-Revuz, mas, como afirma Orlandi (1990, p. 40), a autora “trabalha muito com a ‘formulação’[...] e pouco com a ‘constituição’ do sentido, ou seja, com a historicidade do discurso no sentido lato (interdiscurso)”. E é essa a dimensão que também nos interessa.

¹⁹Authier-Revuz (2004, p. 17-20) entende que “a remissão explícita de uma cadeia a uma ‘forma-gênero’ repertoriada, codificando a dupla leitura” diz respeito ao palíndromo, ao acróstico ou ao trocadilho e é uma modalidade explícita a partir da qual o *outro* é marcado na sequência discursiva. A autora ainda elenca outras formas explícitas que marcam o *outro*, como movimentos bruscos e alternantes do sentido em uma palavra; a justaposição, em cadeia do um e do outro; a justaposição-superposição por invasão da palavra-valise; e a realização direta de um avesso lúdico das palavras.

Nesse sentido, concordamos com Indursky (2013, p. 240) quando chama atenção para a necessidade de romper, através da análise, a aparente homogeneidade discursiva, fazendo vir à tona sua heterogeneidade fundante.

Em “A fala dos quartéis e as outras vozes”, Indursky (2013, p. 240) empreende um estudo a fim de verificar se os discursos presidenciais comportam sequências discursivas heterogêneas e qual a relação que tais discursos estabelecem com o exterior específico e diferente. A autora conclui que no intradiscurso estão intimamente entrelaçados interior e exterior. A partir desse entendimento, é possível dizer que no fio do discurso é possível a articulação entre saberes advindos de FDs distintas, as quais podem estabelecer uma relação de aliança ou de antagonismo.

De acordo com Orlandi (1990, p. 39), “a heterogeneidade coloca em pauta o visível (mostrado), que, na perspectiva do discurso, corresponde ao dizível”. Para a autora, o dizível é definido, para o sujeito do discurso, pela relação entre FDs distintas, ou seja, cada domínio de saber determina o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada, em uma conjuntura dada. O complexo das formações discursivas define o universo do dizível, especificando, em suas diferenças, as possibilidades de dizer a partir de determinada posição sujeito (inscrita em uma FD determinada). Assim,

esse jogo de FDs remete o texto à sua exterioridade, isto é, à relação com o interdiscurso, com o Outro. O que chamamos *interdiscurso* é definido justamente como o complexo de FDs, à dominante. Ele representa o domínio do “saber”, da memória da FD. É no *interdiscurso* que se *constitui* o dizer, sendo a noção de *intradiscurso* reservada não à constituição mas à formulação.” (ORLANDI, 1990, p. 39)

Nessa perspectiva, compreendemos que o “outro”, para a AD, corresponde ao discurso-outro, que é da ordem do complexo das formações discursivas, ou seja, do interdiscurso, uma vez que o mesmo corresponde ao “isso fala”, o “sentido já-lá” (Orlandi, 1990, p. 39) – é a partir da relação entre o intradiscurso com o interdiscurso, que o dizer do sujeito é remetido ao Outro constitutivo (interdiscurso), haja vista que todos os dizeres aí estão.

Acerca disso, Mittmann (1999, p. 229), ao estudar a heterogeneidade e função do tradutor, chama atenção para o uso da maiúscula em Outro, uma vez que, segundo a autora, Authier-Revuz usa de forma distinta “outro” e “Outro” (com maiúscula e com minúscula), sendo que o primeiro se refere à presença de um outro sujeito enunciador exterior trazido para dentro do discurso, o qual é identificável a partir de formas mostradas da heterogeneidade; já

o segundo se refere ao interdiscurso funcionando como pré-construído, ou seja, uma forma de heterogeneidade constitutiva não identificável. Daí a autora preferir o uso da minúscula para referir à presença do discurso do autor no texto da tradução.

Segundo Orlandi (1990, p. 40), a heterogeneidade em Authier-Revuz é concebida “como uma mistura ($a+b$), sendo a e b distintos e recuperáveis”. Em contrapartida, na AD, há uma combinação entre a e b , não sendo possível recuperar a origem de ambos. Assim,

são só efeitos que estão lá. Não se detectam os elementos como componentes (a e b); se os reconstrói pelo jogo das diferentes formações discursivas. Logo, a ilusão só é dizível pela teoria e não pelas marcas, pois a heterogeneidade constitutiva não é representável, já que ela é do escopo do interdiscurso. (ORLANDI, 1990, p. 40)

Dessa forma, é possível, a partir do dizível, compreender não o que não se diz, mas o dizer do outro no um, a partir da relação entre as formações discursivas. É nesse jogo entre as FDs que o texto é remetido ao seu exterior, à relação que esse estabelece com o interdiscurso (ORLANDI, 1990, p. 39).

Mittmann destaca que a noção de heterogeneidade discursiva, para a AD, não se limita a descrever as relações internas de costura evidente de vozes, nem ao trabalho cognitivo entre locutor e alocutário na busca da uniformidade, nem a instruções para descrição da enunciação. (MITTMANN, 2005, p. 86). Para a autora,

observar o atravessamento eventual da voz de um *outro* identificável no discurso do *um* só serve à teoria como um passo a mais no caminho para a discussão sobre as condições de produção do discurso, as relações de força, as relações de sentido, os conflitos fronteiriços e as contradições internas das formações. (MITTMANN, 2005, p. 86)

O que nos interessa, sobremaneira, não é marcar onde começa um discurso e onde termina outro, mas sim o que estabelece Mittmann, ao final da citação acima: as condições de produção, as relações de força, as relações de sentido, os conflitos fronteiriços e as contradições internas das formações discursivas que são postas em cena.

Outra autora da AD que trabalha com questões sobre a heterogeneidade discursiva é Solange Gallo. De acordo com ela, a heterogeneidade no nível do discurso é permanente, não podendo ser denegada pelo sujeito. De tal modo, a heterogeneidade é fundamental no processo de constituição do sentido, isto é, o sentido se faz na heterogeneidade (GALLO, 2001, p. 2).

Quem desloca a noção de “denegação” para a AD é Freda Indursky. A autora defende que “se considere **denegação discursiva** aquela negação que incide sobre um elemento do saber próprio à FD que afeta o sujeito do discurso”. Ou seja, a denegação discursiva

“relaciona-se com a interioridade da FD e com o modo como o sujeito com ela se relaciona” (1990, p. 120; grifos da autora). Assim, ao negar algo que é permitido no interior de sua FD, o sujeito mantém tal saber recalcado no interior da mesma, podendo tal saber manifestar-se a partir da negação.

A partir deste entendimento, no sub-capítulo que segue, empreendemos uma discussão acerca da noção de formação discursiva, haja vista a sua importância na delimitação do que pertence à FD na qual se inscreve o sujeito discursivo, bem como o que não pertence. Dito de outra maneira: tal noção é relevante no estudo que empreendemos, uma vez que o *discurso-outro* pode, ou não, pertencer a FD em que Dilma se inscreve.

3.1 A heterogeneidade da formação discursiva

Para compreender a heterogeneidade discursiva no seio da AD, precisamos apreender a concepção de formação discursiva, visto que a própria FD é considerada como heterogênea em relação a si mesma, ou seja, o seu fechamento é instável, não havendo um limite que separe o seu interior e seu exterior (COURTINE & MARANDIN, 2016, p. 39).

Pêcheux traz de Foucault a noção de formação discursiva. Para Foucault (2008, p. 43), na possibilidade de se descrever, entre um certo número de enunciados, um sistema semelhante de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, seja possível definir uma regularidade, poder-se á dizer, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. Desta forma, a FD, para este autor, apresenta-se como um conjunto de enunciados que se ligam e que se relacionam uns com os outros, colocando em cena determinadas regularidades.

Na Análise de Discurso, essa noção é retomada por Pêcheux associada à teoria das ideologias. Assim, Pêcheux chama de formação discursiva

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc). (2014, p. 147)

Desta forma, os sentidos das palavras podem mudar a depender das posições sustentadas por quem as emprega, ou seja, derivam sentido das formações ideológicas em que tais posições se inscrevem. Assim, é possível dizer que na AD, a noção de formação discursiva não é homogênea, pois comporta em seu interior um espaço de transformação.

A concepção de interdiscurso, de acordo com Courtine & Marandin, é muito cara para entendermos como funciona a FD, pois

o interdiscurso consiste em um processo de *reconfiguração incessante* no qual uma FD é levada, em função das posições ideológicas que essa FD represente em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos no seu exterior, para nela produzir a redefinição ou o retorno, para igualmente evocar seus próprios elementos, para organizar sua repetição, mas também para provocar nela o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação. (COURTINE & MARANDIN, 2016, p. 39-40; grifos dos autores)

Isso posto, compreende-se que a FD é heterogênea, bem como o discurso, dado que as fronteiras de uma FD é instável e abrem espaço para que elementos vindos do interdiscurso possam causar deslocamentos, rupturas, ou até mesmo o apagamento de saberes que nela são permitidos.

Falar sobre a heterogeneidade discursiva é tratar do efeito do interdiscurso no interior mesmo de uma série de formulações, que constitui o saber “próprio” de uma FD dada, a partir de elementos que vem do seu exterior. Isto é, a pretensa homogeneidade da FD se dissolve sob a pluralidade nominalista dos “objetos do mundo”, marcando, assim, a heterogeneidade que é constitutiva de uma FD (COURTINE & MARANDIN, 2016, p. 42).

Assim, o sujeito, ao falar, identifica-se com uma FD determinada, reproduzindo os saberes que são permitidos no interior da mesma. Todavia, há um espaço de contradição, visto que a maneira como a posição-sujeito se relaciona com a forma sujeito da FD não é necessariamente homogênea. No seio da FD há distintas posições-sujeito que se relacionam diferentemente com a forma-sujeito que regula esse espaço de dizer, o que reafirma a noção de FD heterogênea.

Segundo Courtine (2016, p. 18-19), uma FD não deve ser pensada como “um único discurso para todos” ou “a cada um o seu discurso”, mas sim como “dois (ou vários) discursos em um só”, pois a contradição é um princípio constitutivo da FD. Os enunciados, segundo o autor, são “os elementos do saber próprios a uma FD [...] uma forma, ou um esquema geral, que governa a ‘repetibilidade’ no seio de uma *rede* de formulações”.

O enunciado, conforme Courtine (2016, p. 18-19), forma-se a partir de dois níveis: o interdiscursivo (eixo vertical) e o intradiscursivo (eixo horizontal). É a partir dessa relação que os objetos do discurso se formam, como pré-construídos. Esses foram formulados em condições de produção determinadas e, ao serem incorporados ao discurso, são produzidos em condições de produção outras.

Segundo esse mesmo autor (COURTINE, 2009, p. 74), o interdiscurso é o lugar onde se constituem, para o sujeito falante (que produz uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada), os objetos de que esse sujeito do discurso se apropria, tornando-os objetos de seu discurso. Já o intradiscurso de uma sequência discursiva são as articulações entre esses objetos, a partir dos quais o sujeito dá uma coerência à sua declaração. Dessa forma,

essa “horizontalização” da dimensão vertical de constituição do enunciado é contemporânea à apropriação por um sujeito enunciador [...], que ocupa um lugar determinado no seio de uma FD, de elementos do saber da FD na enunciação do intradiscurso de uma sequência discursiva, esta em uma situação de enunciação dada. (COURTINE, 2016, p. 24)

O que o autor entende, em outras palavras, é que o sujeito, que ocupa uma posição no interior da FD, apropria-se de saberes advindos do interdiscurso, pela via do eixo da formulação (intradiscurso), e produz sequências discursivas em uma situação de enunciação dada.

Conforme Indursky (2013, p. 239-240), é possível dizer que o sentido de uma sequência discursiva não é produzido somente a partir das relações que esta estabelece com outras sequências discursivas no interior de um discurso dado, mas também se dá a partir da relação que estabelece com sua FD de origem e com o interdiscurso. Essa mesma autora compreende que,

a produção de sentido faz intervir a memória discursiva que lhe está associada, permitindo relacionar sequências formuladas no intradiscurso com seu exterior. Somente ao relacionar uma sequência discursiva com a FD que afeta o sujeito do discurso é possível verificar se essa relação é de identidade ou de antagonismo. (INDURSKY, 2013, p. 240)

Ao compreendermos que a formação discursiva é o lugar em que o sentido se constitui, somos levados por Pêcheux (2014, p. 149) a entendê-la como tendo a função de “dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso que determina essa formação discursiva como tal”, isso quer dizer que há uma *objetividade material* que determina que algo fala antes, em outro lugar e independentemente.

Isso é dizer que a forma-sujeito, ao absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, simula o interdiscurso no intradiscurso, pois o interdiscurso aparece como o puro ‘já-dito’ do intradiscurso, o que corrobora com a unidade (imaginária) do sujeito, de tal forma que pode chegar a confundi-lo, já que se chega ao ponto de não haver demarcação entre o que é dito e

aquilo que advém de outro lugar (PÊCHEUX, 2014, p. 155). Assim, de acordo com Pêcheux,

a

identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma ... enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (2014, p. 150; grifos do autor)

Portanto, compreender a incorporação dos elementos do interdiscurso é de extrema importância para o nosso trabalho, uma vez que não há fronteiras que demarquem o que é dito no discurso de autodefesa da presidenta e o que advém de outro lugar. Somente chegaremos a compreender como o *discurso-outro* irrompe no discurso de Dilma a partir de pistas linguísticas e da categoria da memória discursiva.

Para tanto, entendemos importante aprofundar o que entendemos por interdiscurso, bem como discutir a noção de memória discursiva, compreendendo-a, também, enquanto categoria de análise, dado que a heterogeneidade discursiva pode apresentar-se como mostrada marcada e como mostrada não marcada, sendo necessário, no segundo caso, fazer intervir a memória discursiva.

4 O interdiscurso e a memória discursiva

Para que possamos cumprir o propósito de romper a aparente homogeneidade do discurso de Dilma, e fazer vir à tona a heterogeneidade discursiva presente na materialidade discursiva em questão, faz-se necessário compreender como a memória discursiva intervém em nosso estudo, ou seja, enquanto noção e enquanto categoria de análise; e como entendemos a noção de interdiscurso.

Para Orlandi (2015, p. 29-30), a memória é tratada como interdiscurso, que por sua vez é definido como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. Isso é dizer que essa autora concebe a memória discursiva como o saber discursivo que possibilita todo o dizer, o qual retorna sob a forma de pré-construído. O interdiscurso, portanto, disponibiliza os dizeres que o sujeito se apropria. Nessa perspectiva, há uma relação entre o que se diz e o que se está dizendo, ou seja, há uma relação entre o intradiscurso e o interdiscurso. Sendo o interdiscurso da ordem da constituição e o intradiscurso da ordem da formulação

A noção de memória discursiva é introduzida na AD por Jean-Jacques Courtine. O autor atenta para o fato de que o termo memória discursiva é distinto do que entendemos como memorização psicológica. Isto é, não trabalhamos com a memória enquanto aparato de recuperação cronológica de saberes. Para ele, a noção de memória discursiva “diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (COURTINE, 2009, p. 105).

Courtine elenca uma série de perguntas que nos faz pensar a forma como retornamos a saberes e os utilizamos na luta ideológica de classes, a partir de uma posição dada. Ou seja, há uma memória coletiva que permite, no interior de uma FD, a lembrança, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento de determinados elementos de saber.

Para compreender como se dá a existência de uma FD como memória discursiva e a caracterização de efeitos de memória, Courtine (2009) destaca que é preciso articulá-las aos dois níveis de descrição de uma FD: o nível do enunciado e o nível da formulação. Segundo o autor,

os objetos que chamamos “enunciados”, na formação dos quais se constitui o saber próprio a uma FD, existem no tempo longo de uma memória, ao passo que as “formulações” são tomadas no tempo curto da atualidade de uma enunciação. (COURTINE, 2009, p. 106)

Portanto, a relação entre interdiscurso e intradiscurso que se representa neste efeito discursivo permite que uma formulação-origem retorne na atualidade, designando o que Courtine chama de “efeito de memória”, ou seja, “a memória irrompe na atualidade do

acontecimento”, a partir da articulação entre os dois níveis descritos acima (COURTINE, 2009, p. 105-106).

Esta noção é muito cara aos estudos da AD, pois permite compreender como um saber advindo de outro lugar irrompe no discurso do sujeito. Porém, é preciso entender como Courtine concebe a noção enquanto categoria de análise, isto é, como a categoria da memória discursiva pode ser mobilizada numa análise discursiva.

Para Courtine (2016, p. 47), existe uma “dupla modalidade da repetição quando um indivíduo reformula um enunciado em um discurso efetivamente pronunciado no aqui e agora de uma conjuntura”: uma repetição de elementos em extensão e uma repetição vertical. Para o autor, a repetição de elementos em extensão diz respeito “aos elementos que observamos ao considerar um fragmento de sequência discursiva como determinado por um enunciado e que nele toma lugar”; já a repetição vertical diz respeito àquilo “a partir do que se repete um não sabido, um não reconhecido deslocado e que se desloca no enunciado”. A partir do que propõe Courtine, quanto à repetição, é possível apreender a memória discursiva não só como constructo teórico, mas também enquanto categoria de análise.

Indursky (2011, p. 71) concorda com Courtine quando explica que “a memória de que a AD se ocupa não é de natureza cognitiva, nem psicologizante”, mas sim social. Para a autora, é a partir da noção de regularização que é possível dar conta desta noção, uma vez que um discurso ao ser repetido com persistência através dos tempos, ganha regularização e passa a fazer parte de uma memória coletiva, tornando-se memorável. Neste trabalho, tomamos a noção de memória discursiva, bem como a categoria da memória discursiva a partir das reflexões de Freda Indursky.

Ao retomar a noção de Courtine sobre a memória discursiva, Indursky (2011, p. 86) acrescenta que essa “diz respeito aos enunciados que se inscrevem nas FD, no interior das quais recebe seu sentido”. Portanto, a partir da memória discursiva temos acesso aos sentidos autorizados pela forma-sujeito, no âmbito de uma FD. Em outras palavras: nem todos os sentidos são permitidos no interior da FD, mas, antes, delimitados, refutados, e também esquecidos a partir da memória discursiva. A autora entende que

é a partir da *memória discursiva* que é possível apreender os funcionamentos de *encaixamento do pré-construído, do discurso transversal* e a *articulação* de enunciados discursivos [...] permite reconhecer um acontecimento discursivo, descontínuo e exterior, na continuidade interna. Tal *efeito de memória* reatualiza a heterogeneidade de um discurso que se quer determinado e, por conseguinte, homogêneo. (INDURSKY, 2013, p.58; grifos da autora)

Podemos dizer que a memória discursiva regula a FD, fazendo ressoar aí uma

memória que é coletiva e social, delimitando os sentidos que são autorizados, ideologicamente, a circularem no interior da FD, ou seja, ela não é plena e nem saturada.

Portanto, a partir da memória discursiva é possível compreender quais sentidos são autorizados ideologicamente no interior da FD na qual Dilma se inscreve, bem como quais não o são. A memória discursiva nos permite, ainda, compreender se esses saberes advindos de outras FDs estabelecem uma relação de aliança ou de antagonismo com a FD na qual Dilma se inscreve.

A categoria da memória discursiva, portanto, é de extrema importância para o nosso estudo, haja vista que a heterogeneidade discursiva nem sempre pode ser apreendida a partir de marcas no texto. A partir da memória discursiva, podemos apreender quais saberes advêm da FD na qual Dilma se inscreve; e quais procedem de outras FDs.

A fim de cumprir tal objetivo, no capítulo que segue, procuramos precisar o *corpus* discursivo que operamos, bem como o tratamento que damos ao mesmo, durante a análise, a fim de delinear a estrutura analítica que se segue.

5 Preparando a análise

Neste capítulo, empreendemos uma discussão sobre o *corpus* com o qual estamos trabalhando, bem como sobre a metodologia que utilizamos ao longo de nossa análise. É importante salientar que a AD não trabalha com dados, mas com fatos, uma vez que há a possibilidade de se ocupar do processo de produção da linguagem e não somente com seus produtos. Isto é dizer que é preciso fazer um deslocamento do acontecimento linguístico para o acontecimento discursivo (ORLANDI, 2012, p. 36).

De tal modo, a análise discursiva não se encaixa num paradigma da epistemologia positivista, mas sim no da histórica, trazendo para o âmbito da AD a questão da historicidade. A AD trabalha, assim, com a materialidade da linguagem em seu duplo aspecto, ou seja, a partir da relação indissociável entre o histórico e o linguístico, a qual é fundamental na produção do sujeito, do discurso e dos sentidos. Assim, como afirma Orlandi, “o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído” (ORLANDI, 2012, p. 36-37).

Nesse sentido, a AD foge ao conteudismo, já que não pretendemos compreender o que se diz, mas sim como se diz, a partir de uma posição X ou Y. É preciso compreender, portanto, como se dá o funcionamento discursivo a partir das posições sustentadas por aqueles que enunciam determinado discurso, além de levar em conta as condições históricas e a relação que se estabelece com *outros discursos*.

Para tanto, faz-se necessário compreender o espaço que a AD reserva aos dados para a sua análise. Orlandi (2012, p. 37-38) considera que os dados em AD “são os objetos de explicitação de que se serve a teoria discursiva para se construir como tal”, isto é, “os dados são os discursos”. Porém, esses discursos não são entendidos como objetos empíricos, mas apreendidos como “efeitos de sentidos entre locutores, sendo análise e teoria inseparáveis”.

Todavia, não existem dados enquanto tal, é preciso um gesto teórico sobre os discursos para que estes se constituam como *corpus* de análise, visto que a metodologia em AD não é dada *a priori*, mas articulada à análise discursiva. Para isso, é preciso que o analista construa um dispositivo teórico e, posteriormente, um dispositivo analítico que dê conta da análise.

Nosso trabalho não visa à exaustão, pois a exaustividade que procuramos alcançar diz respeito ao tratamento que daremos aos “fatos da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva” (ORLANDI, 2015 p. 61). Tendo em vista que na Análise de Discurso o analista encontra-se com um material bruto que, como afirma Orlandi (2015, p. 63) deve ser a base para acessarmos ao objeto discursivo, é importante

salientarmos que em nosso trabalho entrelaçamos teoria e análise.

Logo, trabalhamos nos limites da interpretação, sem desconsiderarmos a história, a ideologia e o simbólico, produzindo um dispositivo teórico a fim de não sermos vítimas do efeito de evidência da língua. Assim, como afirma Orlandi (2015, p.60), “não há análise de discurso sem mediação teórica permanente, em todos os passos da análise, trabalhando a intermitência entre descrição e interpretação”. Com isso em mente, construímos nosso dispositivo analítico, particularizando nosso *corpus*, diante de nossas questões norteadoras.

Nossa análise se dá num movimento pendular, num vai e vem entre teoria e análise. Diante dessas considerações e a partir da leitura – (re)leitura – de nosso material de análise, estabelecemos uma metodologia adequada a dar sustentação para descrever com adequação as análises.

Tendo em vista que em AD não há metodologia pronta que dê conta de toda e qualquer análise discursiva, é importante realizarmos um trabalho de leitura e (re)leitura de nosso material bruto, afim de particularizar o que nos interessa. Para tanto, entendemos imperativo que precisemos as noções de *corpus* empírico e *corpus* discursivo, uma vez que, como já referido, é preciso particularizar a materialidade com a qual iremos trabalhar.

Nosso *corpus* empírico diz respeito ao conjunto de enunciados possíveis a partir da carta de defesa, produzida pela presidenta; e, também, do pronunciamento. Estamos, portanto, diante de uma superfície linguística que precisa ser de-superficializada, tornando-se assim, um objeto discursivo. Nesse sentido, estamos diante de um material bruto que precisa ser lapidado, a partir da leitura e (re)leitura, para que possamos operar discursivamente nossa análise, ou seja, configurar o *corpus* discursivo com o qual trabalharemos nas análises.

De tal modo, operamos a partir do nosso *corpus* empírico, tratando de recortar as sequências discursivas com as quais iremos trabalhar. O recorte²⁰ das sequências foi delimitado a partir de regularidades dispersas nos diferentes domínios do nosso *corpus* empírico, tendo em mente nosso objetivo geral e nossos objetivos específicos.

Para tanto, tratamos de recortar tais regularidades e separá-las, a fim de compreender o funcionamento discursivo do Discurso relatado marcado (DRM); do Discurso relatado indireto formal (DRIF), do Discurso relatado indireto informal (DRII); e da Operação de negação.

Para fins de análise, nomeamos de Formação Discursiva Interna (FDI) a região de

²⁰Entendemos que recorte compreende uma unidade discursiva, isto é, fragmento correlacionado de linguagem – e – situação, conforme afirma Orlandi (2011, p. 139-140), isto é, diz respeito a um fragmento de uma situação discursiva. Dito de outra maneira: o recorte é operado a partir de uma construção teórica, do analista, que não é dada *a priori*.

saber que comporta o discurso governamental, e, por conseguinte, o discurso de Dilma; e de Formação discursiva externa (FDE) o domínio de saber que comporta o discurso não governamental representativa de forças políticas e sociais que se opõem ao governo Dilma. Intitulamos o discurso pertencente ao sujeito da FDI de D1; e de D2 o discurso pertencente a sujeitos que se inscrevem na FDE.

Dividimos a análise em dois grandes recortes, que compreendem dois funcionamentos discursivos distintos: A heterogeneidade através do discurso relatado e A heterogeneidade discursiva através da operação de negação. O primeiro recorte compreende três sub-recortes²¹, os quais apresentam funcionamentos linguísticos diversos: Sub-recorte 1.1 – Relações de confronto através do DRM, Sub-recorte 1.2 – Relações de confronto através do DRIF, Sub-recorte 1.3 – Relações de confronto através do DRII; O segundo recorte compreende dois sub-recortes: Sub-recorte 2.1 – O discurso transversal pelo viés da negação, Sub-recorte 2.2 – O enunciado dividido pelo viés da negação. Os sub-recortes compreendem sequências discursivas, as quais estão numeradas e acompanhadas da localização (linhas) na Carta (Anexo 1) e no Pronunciamento (Anexo 2). Assim, elaboramos um quadro-síntese que possibilita visualizar a estrutura da análise:

Recorte 1 – A heterogeneidade discursiva através do discurso relatado
Sub-recorte 1.1 – Relações de confronto através Discurso relatado marcado (DRM)
Sub-recorte 1.2 – Relações confronto através do Discurso relatado indireto Formal (DRIF)
Sub-recorte 1.3 – Relações de confronto através do Discurso relatado indireto informal (DRII)
Recorte 2 – A heterogeneidade discursiva através da operação de negação
Sub-recorte 2.1 – O discurso transversal pelo viés da negação
Sub-recorte 2.2 – O enunciado dividido pelo viés da negação

²¹ Compreendemos que o sub-recorte diz respeito a distintos funcionamentos linguísticos que mostram o mesmo funcionamento discursivo, isto é, no caso de haver mais de uma forma de funcionamento do *discurso-outro*, este será compreendido como sub-recorte.

Recorte 1 – A heterogeneidade discursiva através do discurso relatado

Empreendemos, aqui, uma discussão acerca da heterogeneidade discursiva que irrompe no discurso que analisamos, através do discurso relatado. Indursky (2013, p. 241) entende que “o discurso relatado é apenas o sintoma da natureza essencialmente heterogênea de qualquer discurso”, ou seja, é uma forma de apreensão da fala do *outro*; sendo possível, através dele examinar a heterogeneidade do discurso.

Nesta dissertação, nos apoiamos, metodologicamente, na classificação proposta por Indursky (2013, p. 243), acerca das formas do discurso relatado. A autora salienta, contudo, que não se trata de uma nova nomenclatura.

Indursky (2013, p. 243) elenca três modalidades do discurso relatado: i. discurso relatado marcado (DRM); ii. Discurso relatado indireto formal (DRIF); e iii. discurso relatado indireto informal (DRII). A primeira modalidade caracteriza-se por citar palavras, expressões, enunciados entre aspas; a segunda corresponde, com exatidão, ao discurso indireto; e a terceira modalidade é uma variante da segunda, porém, não possui uma sintaxe passível de formalização, isto é, não apresenta identidade com a sintaxe que caracteriza o discurso indireto.

Note-se que o DRM e o DRIF podem ser apreendidos a partir de marcas no texto, ou seja, estamos diante de formas da heterogeneidade mostrada marcada, ou, como compreende Authier-Revuz (2004, p. 12), são modalidades em que o locutor “*dá lugar* explicitamente ao discurso de um outro em seu próprio discurso”. Já no caso do DRII, temos uma forma mostrada não marcada, haja vista que não há separação entre o que diz o sujeito de D1 e o que diz o sujeito de D2, sendo necessário recorrer à categoria da memória discursiva para compreender como se dá a inserção do *discurso-outro* no discurso em pauta.

Nas análises que se seguem, é possível compreender como tais funcionamentos marcam um confronto entre FDs, dado que a partir de tais modalidades do discurso relatado é possível apreender o *discurso-outro* que é rejeitado pelo sujeito de D1 na busca de sua desqualificação.

Buscamos também compreender os efeitos de sentido produzidos no processo de inserção do *discurso-outro*. De tal modo, nos sub-recortes a seguir apresentamos a análise de sequências discursivas representativas de diferentes maneiras de inserção do *discurso-outro* no discurso em pauta.

Sub-recorte 1.1 – Relações de confronto através do Discurso relatado marcado (DRM)

Neste sub-recorte, analisamos a inserção do *discurso-outro* a partir do discurso relatado marcado. Em tal caso, a heterogeneidade discursiva é explícita, pois o *discurso-outro* é marcado pelas aspas ou por dois pontos introdutórios (INDURSKY, 2013, p. 243-244).

Para fins de análise, consideramos o que defendem Authier-Revuz e Indursky sobre esta forma de inserção do *discurso-outro*, para fundamentar a análise que se segue. Nos casos em questão, acreditamos que o sinal gráfico das aspas chama atenção para fragmentos (palavras, expressões) que vêm de outro lugar. De acordo com Authier-Revuz (2016, p. 201), tal sinal produz um efeito de distância e possui dois valores: a “autonímia” e a “conotação autonímica”. Indursky, por sua vez compreende esse sinal gráfico como marca do “discurso relatado marcado” (INDURSKY, 2013, p. 243).

É importante salientar que os termos “autonímia e “conotação autonímica” surgem, segundo Teixeira (2005, p. 141), a partir da configuração teórica de Rey-Debove, a qual ancora seu trabalho no campo da Semiótica. Authier-Revuz parte da compreensão do que sejam tais noções, e mais tarde define “o objeto que seu estudo privilegia: a modalização autonímica” (TEIXEIRA, 2005, p. 141).

Em “Palavras mantidas a distância”, Authier-Revuz (2016, p. 201) faz uma distinção entre “autonímia” e “conotação autonímica”. Para a autora²², o estatuto autônomo do elemento entre aspas é marcado por uma ruptura sintática ou uma ruptura na combinatória que o acompanha, ou seja, não há uso das palavras, mas sim menção a uma palavra X ou Y. Assim, esse elemento configura-se como um corpo estranho, um objeto mostrado ao receptor, mantendo-se a distância. Nas palavras da autora:

Na autonímia simples, a heterogeneidade que constitui um fragmento mencionado, entre os elementos linguísticos de que faz uso é acompanhada de uma ruptura sintática. O fragmento citado no interior de um discurso relatado direto ou introduzido por um termo metalinguístico [...] nitidamente delimitado na cadeia discursiva, é apresentado como objeto. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29)

Já no caso da conotação autonímica, há o que a autora chama de “uso das palavras com conotação de menção”, em que os elementos são, sintaticamente, integrados à cadeia discursiva. A conotação autonímica, segundo a autora, atua de duas formas: a partir do discurso indireto livre, no qual não há ruptura sintática que indique que o elemento está

²²Optamos por manter num único sub-recorte os casos que Authier-Revuz compreende como conotação-autonímica e autonímia, uma vez que entendemos que tais formas de inserção do *discurso-outro* dão conta do que Freda Indursky compreende como discurso relatado marcado.

integrado ao todo; e a partir de palavras ou sintagmas marcados com aspas de distanciamento (AUTHIER-REVUZ, 2016, p. 202).

A partir do ponto de vista de Indursky (2013, p. 243-244), é possível caracterizar o discurso relatado marcado (DRM) como uma modalidade do discurso relatado, no qual há a citação de palavras, expressões, enunciados entre aspas. Para a autora, o uso das aspas, nas sequências que analisou, indica que foi aberto um espaço no interior do discurso em pauta para palavras, expressões, enunciados, oriundos do *discurso do outro*. As aspas, segundo essa autora, indicam “[...] o encontro entre discursos e estabelecem fronteiras entre suas FD”, a “*presença rejeitada do discurso-outro*” (INDURSKY, 2013, p. 245-246; grifos da autora).

Entendemos que as sequências discursivas (SD) elencadas abaixo se encaixam no que Authier-Revuz chama de “conotação autonímica”; e no que Indursky compreende como “discurso relatado marcado”. Vamos dar atenção a cada uma das SD, e compreender o funcionamento discursivo e o efeito de sentido produzido por essa forma de inserção do *discurso-outro*:

SD1: ... desde o início do meu segundo mandato, medidas, ações e reformas necessárias para o país enfrentar a grave crise econômica foram bloqueadas e as chamadas pautas-bomba foram impostas, sob a lógica irresponsável do “**quanto pior, melhor**”. (CARTA; linhas 71-73)

SD2: ... a força política dos que queriam evitar a continuidade da “**sangria**” de setores da classe política brasileira, motivada pelas investigações sobre a corrupção e o desvio de dinheiro público. (PRONUNCIAMENTO; linhas 164-166)

SD3: Afirma-se que o alegado atraso nos pagamentos das subvenções econômicas devidas ao Banco do Brasil, no âmbito da execução do programa de crédito rural Plano Safra, equivale a uma “**operação de crédito**”, o que estaria vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. (PRONUNCIAMENTO; 248-251)

Note-se que nas sequências discursivas acima não há uma mudança sintática para a inserção do *discurso-outro*, pois se faz uso das palavras do *outro*, acrescentando-o à cadeia sintática, isto é, o elemento aspeado irrompe no discurso do sujeito do discurso sem que haja uma organização sintática que mostre que esse discurso é de outrem. O que nos indica que tal

elemento vem de outro lugar é a marca das aspas, que demarca uma fronteira entre discursos que se inscrevem em FDs distintas.

As formas marcadas da conotação autonímica são casos mais complexos em que a heterogeneidade se mostra. Segundo Authier-Revuz (2004, p.13), o locutor usa as palavras inscritas no fio de seu discurso, mostrando-as e desdobra-se em observador das palavras do *outro*. O fragmento utilizado vem marcado por aspas, por itálico, por uma entonação, e/ou por forma de comentário, recebendo um *estatuto outro* em relação ao resto do discurso.

Ao colocar entre aspas os elementos “quanto pior melhor”, “sangria”, e “operação de crédito”, o sujeito de D1 delimita o que pertence ao seu discurso e o que não pertence, rejeitando o *discurso-outro*. Isso é dizer que há um embate entre posições-sujeito que pertencem a FDs antagônicas. Há uma separação, uma distância, entre aquilo que é dito pelo sujeito de D1 e o que é dito por sujeitos de D2. Segundo Authier-Revuz,

a zona de “contato” entre exterior(es) e interior que mostra as marcas de distancia num discurso é profundamente reveladora desse discurso, de um lado pelos pontos escolhidos para colocar explicitamente fronteiras, limites, demarcações – quer dizer, de que outro é preciso se defender, a que outros é preciso recorrer para se constituir. (1990, p. 31; grifo da autora)

Nesse sentido, nas SD1, SD2 e SD3 compreendemos que há uma relação de confronto entre FDs, pois o sujeito de D1 circunscreve o que é permitido em sua FD, incorporando em seu discurso elementos advindos de outra FD, marcado por aspas, demarcando que o que está dentro das aspas não pertence ao seu discurso, mas sim ao *outro*. Daí haver um embate entre forças antagônicas, ou seja, entre o que é dito a partir da posição-sujeito de D1, com o que é dito em outro lugar a partir de outra posição-sujeito ou, nas palavras de Indursky: “as aspas indicam discordância entre posições de sujeito afetadas por FD antagônicas” (2013, p. 245).

Na SD1 e na SD2, os elementos aspeados compreendem fragmentos de saberes que são interditados na FDI, isto porque, segundo o sujeito de D1, a lógica que predomina na FDE, ou seja, de “quanto pior, melhor” e o termo “sangria” estão em desacordo com a ideologia que subjaz à FDI. Sabemos que tais elementos funcionaram na exterioridade da FD na qual se inscreve o sujeito de D1, de tal modo que há aí a necessidade de marcar com o sinal gráfico que isso vem de outro lugar.

Chamamos atenção para a concepção de formações imaginárias, que surge na AAD69 a partir da discussão que se faz acerca das condições de produção do discurso. Para Pêcheux (1997, p. 82-83), nos processos discursivos há uma série de formações imaginárias que são postas em cena, as quais designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*. Isto

é, as imagens que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do *outro*. Note-se, porém, que não se trata de um lugar físico, mas sim de uma projeção.

Retomando o quadro das formações imaginárias (Pêcheux, 1997, p. 83), é possível responder à seguinte pergunta: “quem é ele para que me fale assim?”. No nosso entender, na SD1 o sujeito de D1 projeta o *outro* como irresponsável, dado o que circula no discurso de D2. E, ao projetar o *outro* como irresponsável, acreditamos ser possível afirmar que o sujeito de D1 se projeta, no seu discurso, como responsável, em oposição ao *outro*.

No caso da SD3, também temos uma relação de confronto entre o que diz o sujeito de D1 e o que está entre as aspas. Note-se que as condições de produção de tal discurso levam em conta a necessidade de comprovar a inocência da presidenta, logo, ao aspear o elemento “operação de crédito” o sujeito de D1 marca que tal saber é interdito na FD na qual se inscreve, visto que se defende que as ações tomadas pela presidenta não equivalem a uma “operação de crédito”. Daí a importância do sujeito de D1 marcar com as aspas o que pertence ao seu discurso e o que não pertence.

Como mencionado anteriormente, o Discurso relatado marcado “*manifesta a presença rejeitada do discurso-outro*” (INDURSKY, 2013, p. 246). Ousamos dizer que apesar de o discurso de Dilma, nas condições de produção em que se dá, rejeitar o *discurso-outro* e buscar a sua desqualificação, marcando-o com as aspas, ainda se vale do mesmo para se defender. Para Authier-Revuz, as aspas indicam que “uma palavra, durante o discurso, é indicada ao receptor como objeto, o lugar de uma *suspensão de responsabilidade*” (2016, p. 203; grifos da autora), ou seja, quando o sujeito usa as aspas, indica que o que está aí não é de sua responsabilidade, podendo, inclusive, utilizar um discurso antagônico para sua defesa.

Voltemos ao que conclui Authier-Revuz sobre as marcas explícitas da heterogeneidade discursiva:

Preso na “impenetrável” estranheza de sua própria palavra, o locutor, quando marca explicitamente por formas da distância – *pontos* de heterogeneidade em seu discurso –, delimita e *circunscreve o outro*, e, fazendo isso, *afirma* que o *outro não está em toda a parte*. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 72; grifos da autora)

Assim, apesar de o sujeito do discurso circunscrever o *outro*, marcando-o com as aspas, é possível dizer que esse sujeito está somente denegando algo que já está dado, ou seja, o fato de que toda fala é fundamentalmente heterogênea.

Os recortes que seguem são entendidos por Authier-Revuz como “autonímia”, ou seja, a designação do *outro* se dá de forma localizada, marcada pelas aspas e com uma ruptura sintática. Indursky, por sua vez, compreende tal funcionamento como DRM:

SD4: O presidente Getúlio Vargas, que nos legou a CLT e a defesa do patrimônio nacional, sofreu uma implacável perseguição; a hedionda trama orquestrada pela chamada “**República do Galeão**”, que o levou ao suicídio. (PRONUNCIAMENTO; linhas 59-61)

SD5: Ouso dizer que em vários momentos este processo se desviou, clamorosamente, daquilo que a Constituição e os juristas denominam “**devido processo legal**”. (PRONUNCIAMENTO; linhas 282-284)

A autonímia ocorre em menor número no discurso em questão, porém, entendemos importante compreender o seu funcionamento discursivo, além de apreender os efeitos de sentido produzidos pela inserção do *discurso-outro* através desta marca.

Note-se que, nos casos acima, há uma ruptura sintática, diferente dos casos anteriormente analisados. Faz-se menção à “República do Galeão” e ao “devido processo legal”, ou seja, esses elementos são introduzidos no fio do discurso sem que se integrem ao todo. O substantivo “chamada”, na SD4, e o verbo “denominam”, na SD5, rompem a ordem sintática, mostrando o objeto, por assim dizer. Tais elementos possuem o que Authier-Revuz chama de “estatuto autônomo” (2016, p. 201), pois o locutor, nesse caso, não faz uso das palavras aspeadas, mas sim menção delas.

Na SD4 o sujeito de D1 faz menção à “República do Galeão”, marcando-o com as aspas de autonímia. É importante compreender o efeito de sentido produzido pelo uso de tal sinal gráfico, uma vez que o mesmo gera um distanciamento entre o que é produzido pelo sujeito e o que vem de outro lugar, de *outro discurso*. Neste caso, o sujeito além de fazer menção, mostra, por assim dizer, o elemento que não faz parte do seu discurso, a partir da organização sintática. Daí Authier-Revuz (2008, p. 111) entender que na autonímia há o que ela chama de “*mostração de palavras*” que são “remetidas ao outro discurso, a *mostração de uma mensagem outra*”.

Lembremos que a “República do Galeão” ficou assim conhecida devido à atuação independente da Base Aérea do Galeão, durante as investigações relativas ao atentado da Toneleros²³. Importa, para este estudo, compreender as condições de produção de tal acontecimento histórico, dado que este elemento irrompe no discurso da presidenta.

²³ Verbete. Galeão, República do. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/galeao-republica-do>. Acesso em 08/08/2017.

De acordo com Queiroz (2014, p. 60-62), durante o segundo mandato de Getúlio Vargas, havia uma situação política instável, um descontentamento por parte das classes militares. Além disso, havia denúncias de corrupção em órgãos federais, culminando na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar fatos da administração federal. Este foi o pano de fundo em que se deu o que ficou conhecido como “Atentado da Rua Toneleros”, que ocasionou a morte do Major Aviador Vaz.

Segundo historiadores, a apuração do crime e as circunstâncias do atentado tiveram influência decisiva no fim do Governo Vargas, que findou com o trágico suicídio do presidente (QUEIROZ, 2014, p. 61). Note-se que em oposição à República do Catete, formou-se a “República do Galeão”, local onde se faziam as investigações²⁴ referentes ao atentado. Tal nome surge devido à autonomia durante as investigações e a amplitude dos poderes que foram conferidos ao grupo que comandava as investigações²⁵.

Fazer essa retomada histórica é importante para compreender os efeitos de sentido produzidos pela inserção do *discurso-outro* no discurso em pauta. Ao aspear o elemento “República do Galeão”, o sujeito de D1 estabelece uma relação de confronto com o que aí está marcado. As aspas indicam que tal nomenclatura está em desacordo com o que é permitido a partir da posição que o sujeito ocupa. Surge, em oposição à República do Catete, o que os jornais apelidaram como “República do Galeão”. Observe-se que, na carta e no pronunciamento, defende-se a legitimidade do governo. Dessa forma, não é permitido ao sujeito de D1 incorporar ao seu discurso o elemento “República do Galeão” sem que haja um distanciamento, marcado pelas aspas, visto que o mesmo surgiu em discordância a um governo eleito democraticamente. Assim, as aspas indicam que o sujeito de D1 enuncia de uma posição-sujeito que não se identifica com tal saber, ou seja, há uma rejeição por parte do sujeito de D1 dos saberes que circulam na FDE.

Na SD5, as aspas marcam a expressão “devido processo legal”, chamando atenção para o fato de que o processo de *impeachment* estaria em desacordo com o que determina a

²⁴ Dado que o atentado vitimou um oficial da Aeronáutica, a oposição transformou o inquérito policial, conduzido pela Polícia Civil, num inquérito policial militar (IPM), que ficou sob responsabilidade da Aeronáutica. (Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/CrisePolitica/Suicidio>. Acesso em 08/08/2017).

²⁵Faziam parte da investigação, de acordo com Queiroz (2014, p. 67), Nelson Barbosa Sampaio (Promotor Militar); Cordeiro Guerra, que acompanhava o inquérito na polícia; 2º Tenente Aldo Sartori (escrivão); e Coronel Aviador Adhemar Scaffa de Azevedo Falcão.

lei. Existe, legalmente, o “princípio do devido processo legal”²⁶, o qual assegura a todos o direito a um processo com todas as etapas previstas pela lei, além de garantias constitucionais.

Desta forma, de acordo com o sujeito de D1, além de o elemento entre aspas explicitar que o mesmo vem de *outro discurso*, neste caso do discurso jurídico, há contradição no interior da FD antagônica, visto que o sujeito acredita haver um desacordo entre o que diz o *discurso-outro* e o que determina a Lei. Para Indursky,

o uso autonímico protege seu usuário, para que não lhe seja imputada a posição ideológica veiculada por tais expressões, ficando resguardadas as diferenças ideológicas entre as duas posições de sujeito, construídas a partir de FD antagônicas. (2013, p. 245).

A autora ainda explica que a autonomia reflete uma grande tensão entre forças em confronto, de tal modo que é preciso “mostrar” o *discurso do outro*, para então rechaçá-lo (INDURSKY, 2013, p. 245-246). Acreditamos ser esse o caso em questão, uma vez que, ao marcar com as aspas de autonomia, o sujeito de D1 delimita uma fronteira entre FDs antagônicas e resguarda-se, não havendo o perigo de lhe ser imputada a ideologia que subjaz à FDE.

É importante salientar que, apesar de a marca das aspas indicar uma fronteira entre o discurso do sujeito de D1 e o discurso de D2, tal marca não garante a fidelidade do que é veiculado. Tal como explicita Authier-Revuz, a marca explícita da heterogeneidade responde à “ameaça que representa, para o desejo de domínio do sujeito falante, o fato de que ele não pode escapar ao domínio de uma fala que, é fundamentalmente heterogênea” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 73-74). Assim, apesar de marcar com as aspas um distanciamento entre o que pertence ao seu discurso e o que pertence ao *discurso do outro*, o sujeito de D1 está denegando, pois, segundo essa mesma autora “É nesse sentido que a heterogeneidade mostrada pode ser considerada como um modo de denegação no discurso da heterogeneidade constitutiva que depende do *outro no um*” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 74; grifos da autora).

Dado o que foi analisado, é possível dizer que, através do DRM, o sujeito de D1 trava um embate de forças que antagonizam entre si, marcando com as aspas que, no intradiscurso, há elementos, fragmentos, que circulam na exterioridade da sua FD. O *discurso-outro*, assim, é inserido no fio do discurso através do DRM, produzindo o efeito de sentido de rejeição e de busca da desqualificação do *discurso-outro*. É no fio do discurso que a heterogeneidade discursiva se marca, ou seja, o confronto entre FDs se dá no intradiscurso. Isso é dizer que

²⁶Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/747/Principio-do-devido-processo-legal>. Acesso em 09/08/2017

elementos advindos do interdiscurso são articulados a saberes próprios da FDI, marcados pelas aspas, as quais delimitam fronteiras entre FDs antagônicas.

Sub-recorte 1.2 – Relações de confronto através do Discurso relatado indireto formal (DRIF)

O discurso relatado indireto formal (DRIF), diz respeito ao discurso indireto, entendido por Authier-Revuz como uma tradução do *discurso-outro*. A autora constata que, nesta modalidade do discurso relatado, “o locutor se comporta como tradutor [...] fazendo uso de suas próprias palavras, ele remete a um outro como fonte do “sentido” dos propósitos que ele relata” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12; grifo da autora). Ademais, tal estrutura do discurso relatado possui uma estrutura homogênea, apresentando uma sintaxe normal da língua (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 150).

Para Cunha & Cintra (2008, p. 652), o discurso indireto é caracterizado pela incorporação de uma informação que vem de outro lugar, isto é, o sujeito que faz uso das palavras do outro se contenta em transmitir ao leitor apenas o conteúdo do que fora relatado, sem nenhum respeito à forma linguística que teria sido realmente empregada. Para o autor, “o emprego do discurso indireto pressupõe um tipo de relato de caráter predominantemente informativo e intelectual”.

Indursky, por sua vez, entende que o discurso relatado indireto formal “corresponde, com exatidão, ao discurso indireto” (INDURSKY, 2013, p. 243), ou seja, acredita que neste funcionamento discursivo não há compromisso com a textualidade, mas sim uma paráfrase do *discurso do outro*. Para a autora, “[...] o DRIF, ao fundar-se sobre a reformulação das palavras do *outro*, produz o *efeito de homogeneidade*.” (INDURSKY, 2013, p. 247; grifos da autora), desfazendo-se, assim, a ficção da fidelidade textual, uma vez que o discurso apresenta-se sob a modalidade da reformulação, ou seja, não produz, necessariamente, o sentido pretendido pelo sujeito de D2.

Neste tipo de funcionamento discursivo, o sujeito apropria-se de um saber que funciona na exterioridade de sua FD, incorporando-o ao seu discurso, porém, não há compromisso com a textualidade do que foi dito, daí o sujeito poder relatar parcialmente o *discurso do outro*, bem como dar outra versão do mesmo. Para Indursky (1990, p.119), quando o sujeito mobiliza enunciados produzidos por outros enunciadorees, estabelece com eles “relações ideologicamente determinadas de identidade, similaridade, divergência,

conflito, antagonismo etc.”, isto é, ao relatar o *discurso do outro*, a relação com o mesmo pode ser dar de maneiras diversas.

Para Cazarin (1998, p. 65), o DRIF constitui-se a partir de um processo de parafraseagem e não mantém compromisso com o que foi dito pelo *outro*, abrindo espaço ao sujeito do discurso para inseri-lo a seu modo. O DRIF, portanto, não tem como finalidade reproduzir o *discurso-outro*, mas sim referi-lo. Assim, o sujeito do discurso tem a possibilidade de interpretar, fazendo uma leitura própria do *outro discurso*, podendo, inclusive, distorcê-lo (CAZARIN, 1998, p.89-90).

Interessa-nos, portanto, compreender o funcionamento discursivo do DRIF no discurso em análise, bem como os efeitos de sentido produzidos por tal forma de inserção do *discurso-outro*. Para tanto, selecionamos três sequências discursivas que serão analisadas, tendo em vista tais objetivos.

SD6: No passado, com as armas, e hoje, com a retórica jurídica, pretendem novamente *atentar contra a democracia e contra o Estado do Direito*. Se alguns rasgam o seu passado e negociam as benesses do presente, que respondam perante a sua consciência e perante a história pelos atos que praticam. (PRONUNCIAMENTO; linhas 36-39)

SD7: O que pretende o governo interino, se transmutado em efetivo, *é um verdadeiro ataque às conquistas dos últimos anos* (PRONUNCIAMENTO; linhas 113-114).

SD8: Disseram *que as eleições haviam sido fraudadas, pediram auditoria nas urnas, impugnaram minhas contas eleitorais*, e após a minha posse, *buscaram de forma desmedida quaisquer fatos que pudessem justificar retoricamente um processo de impeachment*. (PRONUNCIAMENTO; linhas 131-134)

O DRIF, no entender de Indursky, possui uma sintaxe passível de formalização – SN dizer que X – sendo possível substituir o verbo dizer por afirmar, fazer crer, alegar, desejar, pretender, espalhar, propagar, os quais funcionam como verbos introdutórios do discurso relatado (INDURSKY, 2013, p. 248). De tal modo, é possível dizer, a partir das sequências dispostas acima, que tal funcionamento ocorre no discurso em análise, mais precisamente no Pronunciamento feito pela presidenta.

Em alguns casos, o *outro* é designado por formas verbais que indeterminam seu referente, sendo necessário recorrer à categoria da memória discursiva para apreendê-lo. É o caso da SD6, em que o verbo “pretendem” indica que estamos diante de um sujeito indeterminado. Note-se que o advérbio “novamente” nos dá uma pista, de que tal pretensão – *atentar contra a democracia e contra o Estado de Direito* – já ocorreu em outras condições de produção. Podemos recuperar tais condições de produção a partir da própria sequência discursiva – *No passado, com as armas* – sendo possível remeter o *discurso-outro* aos Golpes de Estado sofridos por presidentes anteriores. Note-se que as condições de produção do discurso de Dilma são distintas – *e hoje, com a retórica jurídica* – porém, o *discurso-outro* ainda remete para um discurso de direita.

Esta fórmula chama atenção para saberes que circulam na exterioridade da FD na qual se inscreve o sujeito de D1, mas não somente isso, coloca em par de igualdade acontecimentos do passado e do presente, trazendo à tona um forte embate entre forças antagonicas, ou seja, rechaçando o que ocorreu no passado e o que se pretende no presente.

Na sequência que segue (SD7), o sujeito de D1 traz para o fio do discurso um saber que é ideologicamente interdito na sua FD, e que circula, no discurso da oposição. A pretensão “um verdadeiro ataque às conquistas dos últimos anos” vai contra o que defende o sujeito de D1, ou seja, antagoniza, ideologicamente, com os saberes que circulam na FDI. Assim, além de retomar saberes que circulam na FDE, o sujeito de D1 rejeita-os. É dizer, conforme ele relata o *discurso do outro*, por meio de um DRIF, produz um efeito de sentido de rejeição, dado que tais saberes antagonizam com o que é permitido circular na sua FD.

Chamamos atenção para a projeção que o sujeito de D1 faz do *outro*, que no nosso entender, funcionam de maneira semelhante em duas sequências analisadas aqui. O verbo “atentar” (SD6) e o substantivo “ataque” (SD7) nos dão pistas de que, no imaginário de D1 o *outro* é um “malfeitor”, dado que ataca “a Democracia e o Estado de Direito” e “as conquistas dos últimos anos”.

A SD8 apresenta a forma verbal “disseram”, que nos indica que há, novamente, uma indeterminação do referente. Desta forma, é preciso recorrer à categoria de memória discursiva para atribuir tal discurso à determinada FD. Tais saberes, que são incorporados ao fio do discurso de D1, chamam atenção para saberes que circularam na FD da oposição, por ocasião das eleições de 2014.

Como dito anteriormente, tal funcionamento discursivo diz respeito ao que Authier-Revuz compreende como discurso indireto. Para essa autora essa forma do discurso relatado é

entendida como uma paráfrase discursiva, em que há “uma simples descrição/caracterização do conteúdo do discurso outro sem exigência de equivalência” (AUTHIER-REVUZ, 2008, p. 111), isto é, não há garantias de que o sujeito de D1 relata com fidelidade o *discurso do outro*.

Portanto, compreendemos que ao trazer para o fio do discurso o que circulou na FD da oposição, o sujeito de D1 o faz na tentativa de defender-se, ou, como afirma Indursky:

Não sendo sempre possível ocultar o discurso do outro este passa a ser representado pelo DRIF, dando margem a interpretações e paráfrases que o mencionam, não sem distorções mais ou menos graves, chegando mesmo a ponto de desfigurá-lo. (2013, p. 248)

As sequências discursivas analisadas apresentam o DRIF, como marca de heterogeneidade discursiva mostrada marcada. A análise nos mostra que tal funcionamento discursivo é apreensível a partir da seguinte fórmula: SN dizer que X, como define Indursky (2013, p. 248). Não há linearidade quanto ao verbo introdutor do DRIF, podendo tal modalidade apresentar verbos diversos. Apesar disso, o efeito de sentido produzido por esta modalidade do discurso relatado, no discurso em análise, é o de rejeição, ou seja, o sujeito de D1 se vale do *discurso-outro* para rejeitá-lo e refutá-lo, evidenciando um confronto no interior dos enunciados analisados²⁷. Além disso, podemos concluir que essas sequências discursivas produzem um efeito de denúncia *do discurso do outro*, uma vez que coloca em xeque saberes que circulam no interior da FDE.

Ousamos dizer que o discurso de que se ocupa o sujeito de D1 pode romper com a textualidade do que foi dito pelo sujeito de D2. Acreditamos que o processo de parafraseagem (CAZARIN, 1998, p. 65), característico do DRIF, não garante que o sentido “pretendido” pelo sujeito de D2 foi mantido pelo sujeito de D1, uma vez que o *discurso-outro* é inserido no discurso de D1 em outras condições de produção.

A análise ainda nos mostra que o sujeito de D1, ao incorporar no intradiscurso o *discurso-outro*, o faz para confrontar o que diz o *outro*, isto é, há uma relação de antagonismo entre o que diz o *outro* e o que diz o sujeito de D1. Nos casos analisados, portanto, para afirmar o seu discurso e a ideologia que subjaz a sua FD, o sujeito de D1 precisa incorporar ao seu discurso o que diz o *outro*. Acreditamos que a partir do DRIF o sujeito de D1 rejeita o que diz o *outro* para defender-se, ao mesmo tempo em que precisa do *discurso do outro* para afirmar o que pertence ou não a sua FD

²⁷ Não queremos, aqui, generalizar um efeito de sentido, bem como a relação que se estabelece a partir do DRIF. É possível que em outro discurso, em outras condições de produção, um sujeito enunciativo do discurso se aproprie do *discurso-outro*, produzindo efeito de sentido diverso. Porém, no caso que analisamos, tal funcionamento discursivo produziu um efeito de sentido de rejeição e uma relação de confronto.

Sub-recorte 1.3 – Relações de confronto através do Discurso relatado indireto informal (DRII)

Neste sub-recorte, analisamos o funcionamento discursivo do discurso relatado indireto informal (DRII), entendido como uma forma não marcada da heterogeneidade mostrada. Discutimos sobre os efeitos de sentido produzidos pela inserção do *discurso-outro* a partir desta modalidade do discurso relatado. Para tanto, nos valemos do que entende Indursky acerca do mesmo.

Para Indursky, o DRII, assim como o DRIF, “não tem compromisso com a materialidade do texto-origem” (INDURKY, 2013, p. 248), ou seja, o sujeito do discurso pode relatar parcialmente o *discurso do outro*, podendo traduzir e trair as ideias veiculadas no outro discurso. À diferença do DRIF, o DRII não apresenta uma sintaxe passível de formalização, uma vez que não possui uma sintaxe previsível. Assim, o *discurso do outro* pode ser relatado por meio de narrativas sucintas, apresentando uma sintaxe bastante variada. (INDURSKY, 2013, p. 248-249).

Ao falar sobre a falta de marcas que indicariam a presença mostrada do outro no discurso, Authier-Revuz (1998, p. 145) destaca que “uma alusão pode [...] não ser reconhecida; mas tal segmento pode também ser identificado, interpretado pelo receptor como vindo de outro lugar, eco de um outro discurso...”, ou seja, no discurso do sujeito algo ressoa, chamando atenção para algo que fora produzido anteriormente, em outras condições de produção.

Em “A fala dos quartéis e as outras vozes”, Indursky (1998, p. 250-252) elenca uma série de formas sintáticas que funcionam como DRII: construções relativas; sintagmas verbais; sintagmas nominais; frases verbais e frases nominais. Elencamos, abaixo, três sequências discursivas que serão analisadas:

SD9: Houve *um esforço obsessivo para desgastar o governo*, pouco importando os resultados danosos impostos à população. (CARTA; linhas 74-75)

SD10: A ameaça mais assustadora desse processo de impeachment sem crime de responsabilidade é *congelar por inacreditáveis 20 anos todas as despesas com saúde, educação, saneamento, habitação. É impedir que, por 20 anos, mais crianças e jovens tenham acesso às escolas; que, por 20 anos, as pessoas possam ter melhor atendimento à*

saúde; que, por 20 anos, as famílias possam sonhar com a casa própria.
(PRONUNCIAMENTO; linhas 122-127)

SD11: *Quem se acumplicia ao imoral e ao ilícito, não tem respeitabilidade para governar o Brasil. Quem age para poupar ou adiar o julgamento de uma pessoa que é acusada de enriquecer às custas do Estado brasileiro e do povo que paga impostos, cedo ou tarde, acabará pagando perante a sociedade e a história o preço do seu descompromisso com a ética.*
(PRONUNCIAMENTO; linhas 189-193)

Indursky (2013, p. 248) entende que o DRII pode, apesar da falta de previsibilidade, funcionar como tradutor ou, até mesmo, como traidor do *discurso do outro*, assim como o DRIF. À diferença do DRIF, o DRII, como dito, não possui uma sintaxe passível de formalização. Assim, é necessário recorrer à categoria da memória discursiva para encontrar um referente para esse discurso.

O *discurso do outro* pode ser representado por meio de frases nominais (INDURSKY, 2013, p. 252). É o caso da SD1, a qual não possui forma verbal portadora de marcas de pessoa, número, modo e tempo. Tal funcionamento discursivo do DRII, de acordo com a autora, representa “pré-construídos que podem ser submetidos a uma *transformação metodológica*”, a qual nos permitirá reconhecer um possível *discurso do outro*, tendo como base a memória discursiva. A sequência discursiva atribuída ao sujeito de D1 está marcada como “a”, enquanto a sequência “b” marca um possível enunciado que circula na FDE. Vejamos como se dá essa transformação, no caso da SD9:

SD9a: Há um esforço obsessivo para desgastar o governo.

SD9b: Precisamos nos esforçar para que haja um desgaste do governo.

A partir desta transformação, é possível apreender que o DRII não reproduz com fidelidade o *discurso do outro*. Este, sequer é referenciado no discurso do sujeito de D1, uma vez que não há marca de pessoa na sequência em análise, sendo necessário recorrer à memória discursiva para remeter o discurso a um domínio de saber. Nesse caso, a própria transformação metodológica nos permite remeter esse discurso à FD da oposição, que é rejeitado pelo sujeito de D1, dado que tal discurso antagoniza com os saberes próprios à FDI.

Na SD10, a inserção do *discurso-outro*, apresenta-se a partir de frases verbais, trazendo para o fio do discurso saberes que dizem respeito à ideologia que subjaz à FDE.

Porém, tais saberes compreendem ações que serão tomadas, ou seja, ainda não se concretizaram. As frases verbais “congelar por inacreditáveis 20 anos todas as despesas com saúde, educação, saneamento, habitação”; “impedir que, por 20 anos, mais crianças e jovens tenham acesso às escolas”; “que, por 20 anos, as pessoas possam ter melhor atendimento à saúde”; “que, por 20 anos, as famílias possam sonhar com a casa própria.”. A partir da memória discursiva, podemos atribuir tal discurso aos saberes da FDE, uma vez que os mesmos funcionaram e funcionam na exterioridade da FDI, mais precisamente, na FD da oposição.

No que segue (SD11), temos um DRII que irrompe no fio do discurso a partir de uma construção relativa “*Quem se acumplicia ao imoral e ao ilícito*”; “*Quem age para poupar ou adiar o julgamento de uma pessoa que é acusada de enriquecer às custas do Estado brasileiro e do povo que paga impostos*”. De acordo com Indursky (2013, p. 250), tal construção indica que “a posição [S] é preenchida por um constituinte referencialmente indeterminado”, permitindo que o enunciado do *outro* seja relatado, sem que esse seja linguisticamente determinado. É possível entender que o sujeito de D1 projeta o *outro* como desonesto, tendo em vista as características atribuídas a esse discurso. Assim, podemos dizer que, além de rejeitar tal discurso, o sujeito de D1 utiliza tais saberes para defender-se, ao mesmo tempo em que se protege, haja vista que não determina seu referente. Ademais,

essa rejeição abre espaço para a reorientação do discurso-outro. Isto pode ser observado através do funcionamento discursivo que permite ao sujeito do discurso, a apresentação de um outro ponto de vista, isto é, de um outro discurso próprio de sua FD. (CAZARIN, 1998, p. 92)

Nos casos analisados, podemos dizer que a partir do DRII o sujeito de D1 incorpora ao seu discurso saberes que funcionaram na exterioridade da sua FD. Esse, o faz a fim de defender-se, marcando no interior do enunciado um confronto. Apesar de o DRII não apresentar marcas explícitas de heterogeneidade discursiva, a partir da categoria da memória discursiva, é possível atribuir determinados elementos que irrompem no intradiscurso como pertencentes à FDE. Desta forma, o sujeito de D1 rejeita o que circula na FDE e determina quais saberes são ideologicamente permitidos no interior de sua FD.

Recorte 2 – A heterogeneidade discursiva através da operação de negação

No que segue, o *discurso-outro* irrompe por meio de uma operação de negação. Note-se que nos casos analisados este funcionamento discursivo implica dois funcionamentos discursivos que muito nos interessam, quais sejam: o discurso transversal e o enunciado dividido. Dessa forma, o sujeito do discurso opera, via negação, dois funcionamentos discursivos que trazem para o fio do discurso o *discurso do outro*.

Em “A fala dos quartéis e as outras vozes”, Indursky (2013, p. 261) assinala que a partir da negação é possível “investigar a presença do pré-construído como vestígio mais ou menos evidente do interdiscurso no discurso presidencial”, ou seja, há uma “internalização de enunciados oriundos de outros discursos”. No entender da autora, trata-se de “um discurso que se constrói na base de uma relação polêmica e de antítese em relação com o *outro*.” (INDURSKY, 2013, p. 265). Logo, a partir dessa construção é possível apreender o *discurso-outro* no interior do discurso em análise. Segundo a autora,

quando o sujeito do discurso pode e deve dizer o que diz a partir do seu lugar social, ele o faz por uma predicação afirmativa, identificando seu dizer com o saber da FD que o afeta. Já quando sua predicação é negativa, esta pode caracterizar três operações de negação discursiva diversas: a negação externa... a negação interna... e a negação mista. (INDURSKY, 2013, p. 264)

Nesta pesquisa, interessa-nos a operação de negação do tipo externa²⁸, visto que esta ocorre de maneira expressiva no discurso em pauta. Nessa modalidade, há a ocorrência do que Indursky (2013, p. 266-267) chama de “*negação do discurso do outro*”, em que a *marca de negação é explícita*, enquanto o *discurso do outro é implícito*. É o que a autora compreende como “discurso da implicitação”, pois D1 constitui-se a partir de tal modalidade da negação, uma vez que, ao negar D2 (que está implicitado), transforma o *discurso do outro* em seu contrário e o incorpora.

A negação, segundo Cazarin (1998, p. 97), apresenta-se como um tipo de “heterogeneidade discursiva mostrada marcada”, pois

o **não** funciona como marca de que no interdiscurso existe um enunciado afirmativo próprio da FD2, possível de ser recuperado através da categoria da memória discursiva. O sujeito do discurso recupera, no interdiscurso, o discurso-outro, insere-o no seu discurso de forma negativa, o que lhe abre espaço à apresentação de um outro discurso, próprio de sua FD. (CAZARIN, 1998, p. 97)

²⁸ De acordo com Indursky (2013, p. 266), a modalidade de negação externa apresenta dois tipos diversos: negação do *discurso do outro* e negação do pré-construído do *discurso do outro*. No nosso estudo, ocorre a negação do *discurso do outro*, daí discutirmos somente esse tipo de negação externa.

A recuperação do *discurso-outro*, portanto, se dá pelo viés da negação, a qual possibilita que se apresente um outro enunciado, o qual corresponde a pré-construídos que são articulados ao discurso em pauta sob a modalidade do discurso transverso.

Para falar sobre a noção de pré-construído, Pêcheux retoma a concepção de Henry, o qual a entende como algo que “remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado.” (PÊCHEUX, 2014, p. 89).

Segundo Courtine,

o interdiscurso funciona [...] como um *discurso transverso*, a partir do qual se realiza a articulação com o que o sujeito enunciator dá coerência “ao fio de seu discurso”: o intradiscurso de uma sequência discursiva aparece nessa perspectiva como um efeito do interdiscurso sobre si próprio. (2009, p. 75; grifos do autor)

Assim, o interdiscurso fornece os objetos dos quais o sujeito se apropria, atravessando a enunciação de uma sequência discursiva e conectando entre si esses objetos, apagando, assim, as marcas de sua procedência. De acordo com Indursky (2013, p. 271-272), apesar da aparente homogeneidade que tal funcionamento discursivo produz, é possível, a partir da operação de negação do *discurso do outro*, um discurso veicular em seu interior dois enunciados contrários, afetados por FDs contrárias, isto é, a partir de tal modalidade de negação o enunciado apresenta-se dividido.

Este funcionamento discursivo traz para o fio do discurso o *discurso-outro* e coloca em confronto discursos antagônicos que funcionam num mesmo enunciado, ou seja, irrompe no discurso de Dilma, também, pelo viés do enunciado dividido, uma vez que esse põe em cena discursos de diferentes FDs. Isto é, a partir da concepção do que seja um enunciado dividido, é possível compreender o embate entre discursos antagônicos, os quais colocam em cena o *discurso-outro*.

Para Courtine (2009, p. 193), a expressão $P\bar{X}$ materializa, no interdiscurso, a

Y

fronteira dos domínios de saber próprios a FDs antagônicas, ou seja, indica a linha divisória entre o formulável e o não formulável de acordo com os processos discursivos em cuja articulação contraditória tal fronteira se materializa. Desta forma, essa linha divisória, determina os elementos do saber de uma FD, mas também, de uma FD antagônica.

Com base nesse entendimento, Courtine nomeou essa estrutura como “enunciado dividido” (COURTINE, 2009, p. 194), ou seja, existem elementos que assumem um valor antagônico no interior do processo discursivo, não podendo ser comutáveis, visto que

convivem em confronto no mesmo enunciado. Tais elementos antagônicos estão dispersos no interdiscurso, e só podem ser apreendidos a partir da categoria da memória discursiva, permitindo, assim, que se acione a conjuntura histórico-social em que ocorreu o discurso em pauta (CAZARIN, 1998, p. 93).

Cazarin (1998, p. 93), ao analisar a heterogeneidade discursiva mostrada (marcada ou não) no discurso político de L. I. Lula da Silva, elenca uma série de marcas linguísticas que evidenciam o confronto entre FDs antagônicas, tais como: “não é X...mas é Y; não...frase afirmativa; jamais...frase afirmativa; nunca...frase afirmativa; não é só X...é Y; se é verdade que X... também é verdade que Y”. É nesta perspectiva que pretendemos operar nosso *corpus* analítico, buscando marcas que indiquem um confronto entre FDs, a partir do enunciado dividido, marcando, assim, a heterogeneidade discursiva do discurso em pauta.

Sub-recorte 2.1 – O discurso transversal pelo viés da negação

Neste sub-recorte, nos ocupamos em compreender como a operação de negação do *discurso do outro* traz consigo um discurso transversal. Dado que estamos nos ocupando de um discurso de autodefesa, é perceptível a recorrência da negação na tentativa desse sujeito desqualificar o *discurso-outro* para comprovar sua inocência.

Abaixo, apresentamos três sequências discursivas extraídas do discurso da presidenta:

SD12: Um momento que *não tolera omissões, enganos, ou falta de compromisso com o país.* (CARTA; linhas 84-85)

SD13: *Não traio os compromissos que assumo, os princípios que defendo ou os que lutam ao meu lado.* (PRONUNCIAMENTO; linhas 18-19)

SD14: Hoje, quatro décadas depois, *não há prisão ilegal, não há tortura*, meus julgadores chegaram aqui pelo mesmo voto popular que me conduziu à Presidência. (PRONUNCIAMENTO; linhas 316-318)

A fim de analisar essas sequências discursivas, isolamos o *discurso-outro*, visto que esse não é explicitado. Para tal, “é preciso *transformar metodologicamente a negação em afirmação*”, como propõe Indursky (2013, p. 268; grifos da autora), uma vez que, somente assim o discurso do sujeito de D2, que está implícito em D1, pode ser tangenciado. Tais

transformações, salientamos, resultam em enunciados similares aos que circulam na FDE. Vejamos:

SD12: Dilma tolera omissões, enganos, ou falta de compromisso.

SD13: Dilma trai os compromissos que assume, os princípios que defende, bem como os que lutam ao seu lado.

SD14: Prisão ilegal e tortura são permitidos.

Na SD12, o sujeito nega o discurso de D2, tangenciando o que é permitido circular no interior de sua FD. Ao negar, o *discurso-outro*, esse atravessa transversalmente o discurso de D1. Nessa perspectiva, “Omissões, enganos ou falta de compromisso” são saberes interditados ideologicamente no interior da FDI, isto é, o sujeito de D1 traz para o seu discurso, via negação, saberes que circulam na FDE. São pré-construídos que se articulam ao discurso de D1, por meio de um discurso transverso. Dessa forma, o discurso de D1 traz consigo um discurso ao qual se opõe. Segundo Cazarin, neste funcionamento discursivo

o discurso-outro é inserido, no discurso da FD1, mas, como consiste naquilo que é interditado nessa FD, aí comparece através de uma operação de negação e não é explicitado. Trata-se de uma negação do discurso-outro, na qual a sd não apresenta de forma explícita dois enunciados antagônicos como ocorre no enunciado dividido. (1998, p. 105)

Na SD13, por exemplo, temos um discurso que circulou na exterioridade da FDI, bem como a ideologia que está na base da FDI. Ao negar o *discurso do outro* (SD13), o sujeito de D1 afirma quais são os dizeres ideologicamente pertencentes à sua FD. Dito de outra maneira: o *discurso-outro* faz eco no discurso de D1, atravessando-o transversalmente. Temos, portanto, “a internalização transversa” do *discurso-outro* (INDURSKY, 2013, p. 270). Isso porque, segundo Indursky, a operação de negação coloca em pauta o que chama de “jogo dos contrários”, já que “revela a *presença transversa do discurso do outro*” (INDURSKY, 2013, p. 270; grifos da autora). Nesse sentido, a negação coloca em confronto discursos pertencentes a FDs antagônicas, discursos que são inconciliáveis. Isto é dizer que o sujeito, ao refutar um elemento do saber de outra FD, refuta, também, um elemento que é exterior ao saber de sua FD (INDURSKY, 1990, p. 119).

Ao negar o discurso de D2, o sujeito de D1, além de afirmar o que circula na FDI, projeta-se no discurso como comprometido. Nosso entendimento é de que o sujeito de D1 nega o *discurso do outro* e afirma-se como um sujeito que tem compromisso; respondendo, assim, à seguinte pergunta: “quem sou eu para que ele me fale assim”.

Se como entende Cazarin (2004, p. 49), o discurso político a fim de facilitar a ação política, pode legitimá-la, podemos concluir que estamos diante de um discurso fortemente afetado pelo político, visto que o sujeito de D1 desqualifica o que diz o sujeito de D2 e afirma que os saberes que circulam na FDI são legítimos.

Na SD14, temos uma referência a um *discurso-outro* de extrema importância, haja vista o histórico da presidenta Dilma. Entre os anos de 1970 e 1972, Dilma foi mantida em cárcere e sofreu tortura, por determinação da Ditadura instaurada. Na sua carta ao Senado e durante sua defesa, a presidenta faz referência a este período. Aqui, há uma negação que determina o que pode e deve ser dito (ou o que não pode e não deve ser dito) no âmbito de sua FD.

Neste caso, temos a negação do discurso da Ditadura que, apesar de ter suas ações finalizadas há 31 anos, ainda ressoa na atualidade. O que percebemos é que o discurso da FDI baseia-se em Leis que foram outorgadas após a Ditadura e ainda na experiência vivida pelo sujeito do discurso. Logo, “prisões ilegais” e “tortura” são saberes provenientes de uma FDE que antagonizam com saberes da FDI, daí a necessidade de negar esses saberes e tangenciar o que é permitido no âmbito da FDI.

Ao negar o Discurso da Ditadura, o sujeito de D1 chama atenção para saberes que somente são permitidos em uma FD que apoia a Ditadura. Chegamos a esta conclusão pela categoria da memória discursiva, a partir da qual retornamos a esses saberes. Essa negação ainda nos leva a compreender como o sujeito de D1 é afetado pela história da Ditadura, uma vez que carrega em seu corpo as marcas da violência sofrida; e isto irrompe no fio do discurso, sendo negado e relegado a outra FD que não a sua. Desta forma, “aquilo que é afirmado na FD externa transforma-se em “não-dito” na FD interna” (CAZARIN, 1998, p. 106), ou seja, a instauração do discurso da FDI se dá à medida que o sujeito de D1 repudia o dito da FDE, que se materializa no discurso a partir de uma operação de negação.

Indursky entende que “o sujeito, ao construir seu discurso, *incorpora* enunciados pré-construídos”, os quais ao serem introduzidos no intradiscurso, causam o esquecimento de que foram incorporados e produzem o “efeito de ali se originarem”. Trata-se de saberes já-ditos em *outro discurso*, em outro lugar, que ressoa no discurso do sujeito, ou seja, “o *discurso-*

outro entra de viés no discurso do sujeito, tangenciando-o e nele fazendo eco de algo que foi dito em outro lugar”. Para essa mesma autora, a negação instaura a polêmica no interior do discurso, uma vez que

a polêmica aí se instaura porque tais pontos de vista representam posições de sujeito determinadas por FD antagônicas [...] em AD, a relação polêmica não se estabelece diretamente entre dois sujeitos, mas entre duas posições de sujeito que representam FD antagônicas. (INDURSKY, 1990, p.119)

Nos casos analisados, a operação da negação lineariza um pré-construído sob a modalidade do discurso transverso. Ou seja, “retoma um pré-construído que foi objeto de asserção em outro lugar e que, no discurso que dele se apropria, ressoa metonimicamente, como um implícito” (INDURSKY, 2011, p. 70). Isto é, o *discurso-outro* que circula na FDE articula-se ao discurso de D1, produzindo um efeito de homogeneidade discursiva. Portanto,

o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita. Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior”. (PÊCHEUX, 2014, p. 154)

Isto é dizer que o discurso-transverso atravessa o discurso do sujeito de D1, dando uma aparência de homogeneidade ao seu discurso, de unidade. Pode-se dizer que o sujeito de D1 se apropria de saberes advindos do interdiscurso, articulando-os ao seu discurso, causando a impressão de terem sido produzidos ali, e não em outro lugar.

Acreditamos, ainda, que o sujeito de D1 precisa refutar, a partir da operação de negação, o *discurso do outro*, o dito de D2. Ao fazê-lo traz do interdiscurso, via discurso transverso, saberes da FDE. É negando tal discurso, que o sujeito de D1 afirma-se como pertencente a uma FD antagônica, bem como marca que há confronto entre seu discurso e o que está implícito no seu discurso. Nas palavras de Indursky:

o *discurso-outro*, não podendo ser dito pelo sujeito de D1, passa a constituir o indizível desse discurso que permanece, para sempre, *recalcado em seu interdiscurso específico*. É o discurso da implicitação. Ou seja, D1 constitui-se na modalidade negativa, negando D2, que está implicado. Seu funcionamento transforma o *discurso do outro* em seu contrário e como tal o incorpora. (2013, p. 267)

Segundo Authier-Revuz (1990, p. 33), “as formas marcadas da heterogeneidade mostrada asseguram esse “eu [...] dando corpo ao discurso”, a partir das fronteiras que demarcam, dando forma, ainda, ao sujeito do discurso. Isto é, ao negar o *discurso do outro*, o sujeito de D1 dá corpo ao seu discurso, e ao que pertence a sua FD.

Nessa perspectiva, a operação da negação do *discurso do outro* causa o efeito de homogeneidade discursiva, uma vez que esta modalidade de inserção do *discurso-outro* traz consigo pré-construídos que são articulados ao seu enunciado sob a modalidade do discurso transversal, causando a impressão de que foram produzidos ali. Isto é dizer que o sujeito esquece que já foi dito e crê-se fonte do sentido, porém, seu discurso faz eco de algo que fora dito antes, em outro lugar, em outras condições de produção. Tal compreensão nos leva a entender o discurso da presidenta como heterogêneo.

Sub-recorte 2.2 – O enunciado dividido pelo viés da negação

No sub-recorte anterior, analisamos o *discurso-outro* pelo viés do discurso transversal, ou seja, o *discurso do outro* dissimulado no interior do discurso da presidenta. Interessa-nos, aqui, compreender como o *discurso-outro* se lineariza pelo viés da negação, colocando em confronto enunciados pertencentes a FDs antagônicas, isto é, ainda estamos diante da operação de negação do *discurso do outro*, porém, nos casos que analisamos a seguir, há uma reversão do *discurso-outro* para a FDI, via enunciado dividido. Abaixo, elencamos quatro sequências discursivas que serão analisadas.

SD15: No presidencialismo previsto em nossa Constituição, não basta a desconfiança política para afastar um Presidente. Há que se configurar crime de responsabilidade. (CARTA; linhas 15-16)

SD16: Não é legítimo, como querem os meus acusadores, afastar o chefe de governo pelo “conjunto da obra”. Quem afasta o presidente pelo “conjunto da obra” é o povo, e só o povo, nas eleições. (CARTA; linhas 18-20)

SD17: Não luto pelo meu mandato por vaidade ou por apego ao poder, como é próprio dos que não tem caráter, princípios ou utopias a conquistar. Luto pela democracia, pela verdade e

pela justiça. Luto pelo povo do meu país, pelo seu bem-estar. (PRONUNCIAMENTO; linhas 42-45)

SD18: O que está em jogo no processo de impeachment não é apenas o meu mandato. O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição. (PRONUNCIAMENTO; linhas 92-93)

Na SD15, percebemos uma marca de negação explícita que, segundo Indursky (2013, p. 266-267), diz respeito à negação do tipo externa. Assim como no sub-recorte anterior, o *discurso do outro* não é explicitado, para percebê-lo é preciso isolá-lo, transformando a negação em afirmação. Dito de outra maneira: o funcionamento discursivo é outro, mas o efeito de sentido produzido é o mesmo da negação do discurso do outro. Assim, é necessário tangenciar o *discurso-outro* que está implicitado. Para fins de análise, faremos o que orienta Indursky (2013, p. 268), transformando em afirmação o que é negado.

FDE: A desconfiança política basta para afastar um presidente.

FDI: Para afastar uma presidenta é preciso a configuração de crime de responsabilidade.

Assim, temos o surgimento de um discurso pertencente à FDE, que é negado pelo sujeito de DI. Note-se que após a negativa há uma afirmação, a qual acreditamos ser pertencente à FDI. Temos, então, a forma “Não basta X... É preciso Y”, configurando um enunciado dividido.

De acordo com Indursky (2013, p. 272), sob a aparente unidade, o enunciado dividido coloca em pauta dois enunciados contrários afetados por FDs antagônicas, que indicam posições de sujeito inconciliáveis. Assim, a partir da modalidade do enunciado dividido, temos duas FDs que antagonizam entre si, marcadas pela forma “não ... frase afirmativa”, isto é, a negação do discurso advindo da FDE e a afirmação do discurso proveniente da FDI. Portanto, temos FDs que antagonizam entre si, marcando uma tensão no interior do enunciado. De acordo com Cazarin (1998, p. 97), neste funcionamento discursivo “o sujeito do discurso recupera, no interdiscurso, o discurso-outro, insere-o no seu discurso de forma negativa, o que lhe abre espaço à apresentação de um outro discurso, próprio de sua FD”.

A SD16 apresenta-se, também, sob a modalidade do enunciado dividido. Porém, neste caso, além da negação do *discurso do outro*, há o uso das aspas, que segundo Authier-Revuz

(2004, p. 13) indica um fragmento que “recebe, em relação ao resto do discurso, um estatuto outro.”. Portanto, as aspas, indicam que algo vem de fora, de outro lugar, ou seja, do interdiscurso. Vejamos como se desdobra esse discurso:

FD Externa: Afastar o chefe de governo pelo conjunto da obra é legítimo.

FD Interna: Afastar o chefe de governo pelo “conjunto da obra” é inconstitucional.

A partir dessa transformação metodológica, é possível dizer que o discurso de D2, irrompe, transversalmente o discurso de D1, a partir da operação de negação. Assim, o sujeito de D1 busca desqualificar o discurso de D2 e afirmar o seu. Segundo Cazarin (1998, p. 97), tal funcionamento discursivo marca-se por uma operação de afirmação/negação/afirmação, ou seja, temos saberes que são afirmados na FDE, e negados na FDI, havendo, ainda, uma reversão desses saberes para o que é permitido circular na FDI. Assim, é preciso que o sujeito de D1 desqualifique o *discurso do outro* para afirmar o seu. E, ao afirmar o seu discurso, o sujeito delimita o que é permitido circular no interior da sua FD, bem como a ideologia que lhe subjaz.

Compreendemos, ainda, que, o sujeito de D1, apesar de antagonizar com o que circula na FDE, delimita o espaço em que tal elemento pode ser mobilizado, bem como quem pode mobilizá-lo, ou seja, somente o povo, tem o direito de afastar um presidente pelo “conjunto da obra”. É dizer: tal saber tem legitimidade a depender das condições de produção. Ao marcar com as aspas o elemento “conjunto da obra” o sujeito de D1 marca uma fronteira entre o que é permitido circular no interior de sua FD, porém, acreditamos que, no fio do discurso, tal elemento ganha aparência de legitimidade a depender das condições de sua produção.

O sujeito de D1 além de desqualificar o *discurso-outro* também o refuta. Veja-se o caso da SD17, em que a operação de negação aparece a partir da seguinte forma: “Não luto por X, (mas) luto por Y”. Ao transformarmos em afirmação esse enunciado, podemos perceber o surgimento de um outro. Vejamos:

FDE: Dilma luta por seu mandato por vaidade ou apego ao poder.

FDI: Dilma luta pela democracia, pela verdade, pela justiça, pelo povo e pelo seu bem-estar.

Neste caso, temos, novamente, um enunciado dividido, ou seja, a existência, no intradiscurso, de enunciados contrastivos, pertencentes a FDs antagônicas. No mesmo

enunciado, podemos identificar, ainda, posições de sujeito contrárias, dado que o *discurso-outro* comporta uma série de questões que antagonizam com o discurso da FDI.

Lutar por vaidade ou por apreço ao poder não pode estabelecer uma relação de aliança com o que vem posteriormente: democracia, justiça, verdade e bem-estar do povo. Desta forma, podemos dizer que, apesar da aparente unidade do enunciado, este apresenta em seu interior saberes provenientes de FDs antagônicas. Ao utilizar a negação, o sujeito de D1 faz uma reversão dos saberes da FDE para a FDI, evidenciando um conflito e uma tensão no interior do enunciado. Ademais, compreendemos que o sujeito de D1 se projeta no discurso como democrático, isto é, afirma-se como um sujeito que preza determinadas características que se opõe ao que diz o sujeito de D2.

Na sequência que segue (SD18), temos um enunciado dividido que se apresenta sob a seguinte fórmula: não é apenas X... é Y. De acordo com Cazarin (1998, p.98), é “uma outra forma de dizer um enunciado dividido, através da qual o sujeito do discurso busca mostrar a insuficiência do discurso da FD externa”. Vejamos como se desdobra esse enunciado:

FDE: O que está em jogo no processo de impeachment é apenas o mandato da presidente Dilma.

FDI: O que está em jogo no processo de impeachment é o meu mandato, o respeito às urnas, à vontade soberana do povo e à Constituição.

O sujeito de D1 afirma que o que está em jogo, não é somente o que afirma o sujeito de D2 “o mandato da presidente”, mas também “o respeito às urnas, à vontade soberana do povo e à Constituição”. Nesse tipo de construção do enunciado dividido há a possibilidade de o sujeito de D1, “lançar mão de uma construção linguística que lhe permite fazer acréscimos a esse discurso” (CAZARIN, 1998, p. 99).

Desta forma, o sujeito de D1, desqualifica o discurso de D2, julga-o insuficiente, e o contrapõe. Nessa perspectiva, coloca-se em pauta o que de fato “está em jogo”, marcando que o discurso que circula na FDE não é único nem definitivo. Cazarin assinala que “a partir da colocação de Y, X é considerado “pobre”, insuficiente, perdendo o caráter de exclusividade” (CAZARIN, 1998, p. 100). Acreditamos que, a partir dessa construção do enunciado dividido, o efeito de sentido produzido é o de crítica ao caráter restritivo do *discurso-outro*, ou seja, não há uma rejeição total desse, mas sim a sua desqualificação, por esse se mostrar insuficiente. Tal funcionamento discursivo instaura a polêmica no interior do enunciado, marcando assim, uma tensão entre forças antagônicas, ou seja, um forte embate entre FDs que antagonizam entre si.

Neste sub-recorte, acreditamos ser possível dizer que o sujeito de D1 confronta os saberes provenientes da FDE. Para tanto, a partir da operação de negação, rejeita o *discurso-outro*, desqualificando-o e reorientando o discurso para o que, a partir de sua posição-sujeito, é permitido circular ou não na sua FD.

Produzindo um efeito de fechamento

Nesta dissertação, nosso principal objetivo era analisar a heterogeneidade discursiva presente em dois documentos representativos do discurso da presidenta Dilma. Para tanto, tomamos como *corpus* empírico a carta enviada pela presidenta ao Senado Federal e seu pronunciamento final, enquanto presidenta, em 16 e 29 de agosto de 2016, respectivamente.

Tendo em vista nosso objetivo principal, pretendíamos responder às seguintes questões norteadoras: i. O discurso de Dilma Rousseff apresenta marcas de heterogeneidade mostrada?; ii. Em caso de a questão anterior ser afirmativa, essa heterogeneidade é mostrada marcada ou não marcada?; iii. Como funciona o imaginário do sujeito do discurso diante do *discurso-outro*?; e iv. Que relações de força estão presentes no discurso de Dilma e que efeitos de sentido podemos apreender decorrentes da heterogeneidade discursiva?.

Nessa perspectiva, analisamos determinadas formas de inserção do *discurso-outro* no discurso em pauta, isto é, alguns funcionamentos discursivos a partir dos quais o *discurso-outro* irrompe no discurso representativo da posição-sujeito que se inscreve na FD Interna (FDI).

Foi possível concluir que o discurso de Dilma apresentou tanto formas mostradas marcadas da heterogeneidade discursiva, quanto uma forma não marcada. O sujeito do discurso projeta o *outro* e a si de maneiras distintas em seu discurso, estabelecendo uma relação de confronto entre FDs. Entendemos, portanto, que tal discurso apresenta-se como heterogêneo e se constitui a partir de *outros discursos*.

Como formas marcadas da heterogeneidade mostrada, identificamos o discurso relatado marcado; o discurso relatado indireto formal e a operação de negação. Verificamos, no caso da forma não marcada da heterogeneidade mostrada, o discurso relatado indireto informal. Em nossa análise, o discurso representativo da posição-sujeito que se inscreve na FD Interna (D1), inscreve-se na Formação Discursiva Interna, representativa do discurso governamental (FDI); por outro lado, o discurso representativo da posição-sujeito que se inscreve na FD Externa (D2), pertence à Formação Discursiva Externa, representativa do discurso não governamental (FDE).

Para operar a partir das formas da heterogeneidade mostrada, dividimos nossa análise em dois grandes recortes discursivos: A heterogeneidade discursiva através do discurso relatado e A heterogeneidade discursiva através da operação de negação. O primeiro recorte compreendeu três sub-recortes distintos: Relações de confronto através do discurso relatado

marcado; Relações de confronto através do DRIF; e Relações de confronto através do DRII. O segundo recorte abordou dois sub-recortes: O discurso transverso pelo viés da negação e O enunciado dividido através da negação.

Concluimos que os funcionamentos discursivos analisados são marcados por um forte embate entre forças antagônicas, isto é, uma relação de confronto entre FDs antagônicas (FDI-FDE). Porém, para cada funcionamento discursivo, essa relação se lineariza de maneira distinta, ou seja, funciona, discursivamente, de forma diversa.

No DRM, o discurso de D1 é marcado por um sinal gráfico, produzindo um efeito de sentido de rejeição e de desqualificação do *discurso do outro*. Daí a necessidade de o sujeito de D1 marcar com as aspas o que não pertence à sua FD. No caso do DRIF, a fórmula SN dizer X, traz para o fio do discurso o *discurso-outro* que é rejeitado e denunciado pelo sujeito de D1. Já no caso do DRII, não temos marcas explícitas que indiquem que aí há um *outro discurso*, sendo necessário recorrer à categoria da memória discursiva. Neste funcionamento discursivo, temos efeitos de sentido de rejeição, de desqualificação e de denúncia do *discurso-outro*.

Ao marcar através do discurso relatado o que pertence e o que não pertence ao seu discurso, o sujeito de D1 coloca em xeque o que pertence ao *outro*, ou seja, são lados e visões de mundo que são postos em cena. O sujeito de D1 tenta, a todo o momento, desconstruir o discurso de D2 colocando em xeque a ideologia que lhe subjaz, ou seja, buscando desqualificar o discurso que circula na FDE. Além disso, ao circunscrever o que pertence à FDE, o sujeito de D1 afirma seu discurso, o qual antagoniza com o discurso da FDE.

A operação de negação lineariza um pré-construído no discurso de D1. No primeiro sub-recorte, o *discurso-outro* atravessa transversalmente o discurso de D1, a partir de uma negação explícita; já no segundo recorte, além de o *discurso-outro* atravessar o discurso de D1, temos enunciados contrastivos num mesmo enunciado, caracterizando um enunciado dividido. Portanto, à diferença do sub-recorte 1.1, o sub-recorte 2.2 lineariza, num único enunciado, discursos que antagonizam entre si.

A operação de negação mostrou-nos que este funcionamento discursivo coloca em confronto FDs antagônicas, estabelecendo um forte embate entre forças que antagonizam entre si. Tal funcionamento discursivo produz um efeito de sentido de rejeição do *discurso do outro*, além de um efeito de homogeneidade discursiva, uma vez que o *discurso do outro* não está explícito, sendo recuperável a partir de uma transformação metodológica.

Quanto ao funcionamento do imaginário do sujeito do discurso diante do *discurso-outro*, concluímos que o sujeito de D1, por vezes, projeta o *outro* como irresponsável (DRM); malfeitor (DRIF); e desonesto (DRII). Por outro lado, projeta-se como comprometido (O discurso transversal pelo viés da negação); e democrático (e O enunciado dividido através da negação). Tais projeções não são generalizáveis, isto é, não ocorrem em todas as sequências discursivas, porém, acreditamos que a partir das condições de produção do discurso em pauta, é importante salientar como funciona o imaginário de D1 diante do *discurso-outro*, haja vista que o discurso em pauta é uma tentativa de defender-se do *outro* e afirmar a inocência de Dilma.

Apesar de tal discurso ser heterogêneo, é importante chamar atenção para a ilusão que o sujeito do discurso tem sobre a homogeneidade de seu discurso. Isso porque, ao relatar o *discurso do outro* ou negá-lo, há uma ilusão de que o discurso de que se ocupa o sujeito de D1 é homogêneo. Todavia, entendemos que toda fala é fundamentalmente heterogênea, uma vez que o sujeito do discurso recorre ao *discurso do outro* para constituir o seu.

No discurso que analisamos, concluímos que o político se apresenta sob a forma da divisão, ou seja, sob a aparente unidade do discurso há discursos se confrontando, marcando um forte embate entre forças, as quais disputam um espaço num cenário político. Daí afirmarmos que o discurso de Dilma é fortemente afetado pelo político.

Entendemos que a análise que fizemos é um recorte, delimitado a partir de um olhar interpretativo. Assim, é possível que um outro analista, em outras condições de produção, trabalhe com o mesmo *corpus* e produza efeitos de sentido distintos. No nosso entender, esta dissertação possibilitou uma compreensão acerca da heterogeneidade do discurso de Dilma, destacando-se o forte embate de forças travado durante o processo de *impeachment*.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: *Cad. Est. Ling.*, Campinas, (19): 25-42, jul./dez. 1990.

_____. *Palavras incertas*: as não coincidências do dizer. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

_____. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: *Entre a transparência e a opacidade*: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo. In: *Calidoscópio*. Vol. 6, nº 2, p. 107-119, mai/ago 2008.

_____. Palavras mantidas a distância. In: *Materialidades discursivas*. Org: Bernard Conein... [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

BAHKTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

CAZARIN, Ercília Ana. *Heterogeneidade discursiva*: relações e efeitos de sentido instaurados pela inserção do discurso-outro no discurso político de L. I. Lula da Silva. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

_____. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula (1978-1998)*; Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político*: as derivas da fala pública. Tradutores: Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. *Análise do discurso político*: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. In: *Revista de estudos do discurso, imagem e som*. Vol. 1, nº 1, 2016.

_____. Marandin, Jean-Marie. Que objeto para a Análise de Discurso?. In: *Materialidades discursivas*. Org. Bernard Conein [et.al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5ªed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GALLO, Leda Solange. Autoria: questão enunciativa ou discursiva?. In: Revista *Linguagem em (Dis)curso*. Vol. 1, nº 2, jan/jun. 2001.

INDURSKY, Freda. Polêmica e Denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, Vol. 19, jul./dez. 1990.

_____. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso no/do sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. In: *Rev. ANPOLL*, nº 12, p. 111-131, jan./jun. 2002.

_____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Org: Evandra Grigoletto e Ercília Ana Cazarin. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

_____. A memória na cena do discurso. In: *Memória e história na/da Análise do Discurso*. Org: Indursky, Freda; Mittmann, Solange; Ferreira, Maria Cristina. Campinas, Mercado das Letras, 2011.

_____. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Tese de Doutorado, Campinas, 1992, publicada pela Editora da UNICAMP, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MITTMANN, Solange. Heterogeneidade constitutiva, contradição histórica e sintaxe. In: *Desenredo*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras/ Universidade de Passo Fundo. Vol. 1, nº 1. Passo Fundo: Ed. Da Universidade de Passo Fundo, 2005.

_____. Heterogeneidade e função do tradutor. In: *Cadernos de tradução*. v. 1, nº 4, 1999.

ORLANDI, Eni, P. *Terra à vista!* : discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

_____. Discurso e argumentação: um observatório do político. In: *Fórum Linguístico*, Florianópolis, nº 1 (73-81), jul-dez, 1998.

_____. A Análise de Discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. In: *Cad.Est.Ling.*, Campinas, (42): 21-40, Jan./Jun. 2002.

_____. Análise de Discurso. In: *Introdução às ciências da linguagem – Discurso e Textualidade*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6ª ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. O caráter singular da língua na Análise do Discurso. In: *Organon*, v. 17, nº 35, p. 189-200, 2003.

_____. Linguagem, Ideologia e Psicanálise. In: *Estudos da Lingua(gem)*, Vitória da Conquista, nº 1, p. 69-75, jun. 2005.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Tradução Bethânia S. Mariani...[et.al.]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1997.p. 61-162.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Bethânia S. Mariani... [ET.al.]. . In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.).*Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1997. p.163- 252.

QUEIROZ, Péricles Aurélio Lima. IPM “República do Galeão”: uma abordagem histórica e jurídica. In: *Revista do Ministério Público Militar*. Ano 39, nº 24. Brasília: Procuradoria-Geral de Justiça Militar, 2014.

TEIXEIRA, MARLENE. Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso. 2ªed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

Sites:

BBC BRASIL. *Da 'faxina ética' ao processo de impeachment: relembre os principais fatos do governo Dilma até o momento.* In: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_cronologia_governo_dilma_if>. Acesso em: 28 de março de 2017.

BICUDO et al. Denúncia contra Dilma Vana Rousseff. In: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/03/politica/1449161619_984402.html>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

BOL NOTÍCIAS. *Veja cronologia da vida de Dilma Rousseff.* In: <<https://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2010/02/21/veja-cronologia-da-vida-de-dilma-rousseff.jhtm>>. Acesso em: 6 de janeiro de 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Câmara autoriza instauração de processo de impeachment de Dilma com 367 votos a favor e 137 contra.* In: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html>>. Acesso em 28 de março de 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Íntegra do discurso de posse da presidente Dilma Rousseff no Congresso.* In: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/480013-INTEGRA-DO-DISCURSO-DE-POSSE-DA-PRESIDENTE-DILMA-ROUSSEFF-NO-CONGRESSO.html>>. Acesso em: 6 de janeiro de 2017.

CARTA CAPITAL. *Dilma sanciona lei que cria a Comissão da Verdade.* In: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/dilma-sanciona-lei-que-cria-a-comissao-da-verdade>>. Acesso em: 6 de janeiro de 2017.

DIREITONET. *Princípio do devido processo legal.* Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/747/Principio-do-devido-processo-legal>>. Acesso em 09/08/2017>. Acesso em 9 de agosto de 2017.

EL PAÍS. *O passo a passo do impeachment de Dilma em 9 pontos básicos*. In: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/02/politica/1449093380_156718.html>. Acesso em: 28 de março de 2017.

ESTADÃO. *Leia a íntegra da carta de Dilma Rousseff*. In: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadao/leia-a-integra-da-carta-de-dilma-rousseff/>>. Acesso em: 18 de agosto de 2016.

FGV CPDOC. *O cerco se fecha: A República do Galeão e o suicídio de Vargas*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/CrisePolitica/Suicidio>>. Acesso em: 08 de agosto de 2017.

FOLHA DE S. PAULO. *Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato*. In: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em: 26 de dezembro de 2017.

FOLHA DE S. PAULO. *Memória da ditadura: Aos 19, 20 anos, achava que eu estava salvando o mundo*. In: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0504200908.htm>>. Acesso em: 6 de janeiro de 2017.

GOVERNO DO BRASIL. *Conheça a trajetória da presidenta Dilma Rousseff*. In: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/conheca-a-trajetoria-da-presidenta-dilma-rousseff>>. Acesso em: 6 de janeiro de 2017.

HOMOLITERATUS. *A pedra no meio do caminho de João Cabral de Melo Neto*. In: <<http://homoliteratus.com/a-pedra-no-meio-do-caminho-de-joao-cabral-de-melo-neto/>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Caso Lava Jato: entenda o caso*. In: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

SENADO NOTÍCIAS. *Conclusão do processo de impeachment no Senado é o grande destaque da semana*. In: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/02/conclusao-do-processo-de-impeachment-no-senado-e-o-grande-destaque-da-semana>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

SENADO NOTÍCIAS. *Veja a íntegra do discurso*. In: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso>>. Acesso em: 19 de setembro de 2016

ANEXOS

Anexo 1

Mensagem da Presidenta da República Dilma Rousseff

AO SENADO FEDERAL E AO POVO BRASILEIRO

Brasília, 16 de agosto de 2016

1 Dirijo-me à população brasileira e às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores para
2 manifestar mais uma vez meu compromisso com a democracia e com as medidas necessárias
3 à superação do impasse político que tantos prejuízos já causou ao País.

4 Meu retorno à Presidência, por decisão do Senado Federal, significará a afirmação do Estado
5 Democrático de Direito e poderá contribuir decisivamente para o surgimento de uma nova e
6 promissora realidade política.

7 Minha responsabilidade é grande. Na jornada para me defender do impeachment me
8 aproximei mais do povo, tive oportunidade de ouvir seu reconhecimento, de receber seu
9 carinho. Ouvi também críticas duras ao meu governo, a erros que foram cometidos e a
10 medidas e políticas que não foram adotadas. Acolho essas críticas com humildade e
11 determinação para que possamos construir um novo caminho.

12 Precisamos fortalecer a democracia em nosso País e, para isto, será necessário que o Senado
13 encerre o processo de impeachment em curso, reconhecendo, diante das provas irrefutáveis,
14 que não houve crime de responsabilidade. Que eu sou inocente.

15 No presidencialismo previsto em nossa Constituição, não basta a desconfiança política para
16 afastar um Presidente. Há que se configurar crime de responsabilidade. E está claro que não
17 houve tal crime.

18 Não é legítimo, como querem os meus acusadores, afastar o chefe de Estado e de governo
19 pelo “conjunto da obra”. Quem afasta o Presidente pelo “conjunto da obra” é o povo e, só o
20 povo, nas eleições.

21 Por isso, afirmamos que, se consumado o impeachment sem crime de responsabilidade,
22 teríamos um golpe de estado. O colégio eleitoral de 110 milhões de eleitores seria substituído,
23 sem a devida sustentação constitucional, por um colégio eleitoral de 81 senadores. Seria um
24 inequívoco golpe seguido de eleição indireta.

25 Ao invés disso, entendo que a solução para as crises política e econômica que enfrentamos
26 passa pelo voto popular em eleições diretas. A democracia é o único caminho para a
27 construção de um Pacto pela Unidade Nacional, o Desenvolvimento e a Justiça Social. É o
28 único caminho para sairmos da crise.

29 Por isso, a importância de assumirmos um claro compromisso com o Plebiscito e pela
30 Reforma Política.

31 Todos sabemos que há um impasse gerado pelo esgotamento do sistema político, seja pelo
32 número excessivo de partidos, seja pelas práticas políticas questionáveis, a exigir uma
33 profunda transformação nas regras vigentes.

34 Estou convencida da necessidade e darei meu apoio irrestrito à convocação de um Plebiscito,
35 com o objetivo de consultar a população sobre a realização antecipada de eleições, bem como
36 sobre a reforma política e eleitoral.

37 Devemos concentrar esforços para que seja realizada uma ampla e profunda reforma política,
38 estabelecendo um novo quadro institucional que supere a fragmentação dos partidos, moralize
39 o financiamento das campanhas eleitorais, fortaleça a fidelidade partidária e dê mais poder
40 aos eleitores.

41 A restauração plena da democracia requer que a população decida qual é o melhor caminho
42 para ampliar a governabilidade e aperfeiçoar o sistema político eleitoral brasileiro.
43 Devemos construir, para tanto, um amplo Pacto Nacional, baseado em eleições livres e
44 diretas, que envolva todos os cidadãos e cidadãs brasileiros. Um Pacto que fortaleça os
45 valores do Estado Democrático de Direito, a soberania nacional, o desenvolvimento
46 econômico e as conquistas sociais.

47 Esse Pacto pela Unidade Nacional, o Desenvolvimento e a Justiça Social permitirá a
48 pacificação do País. O desarmamento dos espíritos e o arrefecimento das paixões devem
49 sobrepor-se a todo e qualquer sentimento de desunião.

50 A transição para esse novo momento democrático exige que seja aberto um amplo diálogo
51 entre todas as forças vivas da Nação Brasileira com a clara consciência de que o que nos une é
52 o Brasil.

53 Diálogo com o Congresso Nacional, para que, conjunta e responsabilmente, busquemos as
54 melhores soluções para os problemas enfrentados pelo País.

55 Diálogo com a sociedade e os movimentos sociais, para que as demandas de nossa população
56 sejam plenamente respondidas por políticas consistentes e eficazes. As forças produtivas,

57 empresários e trabalhadores, devem participar de forma ativa na construção de propostas para
58 a retomada do crescimento e para a elevação da competitividade de nossa economia.

59 Reafirmo meu compromisso com o respeito integral à Constituição Cidadã de 1988, com
60 destaque aos direitos e garantias individuais e coletivos que nela estão estabelecidos. Nosso
61 lema persistirá sendo “nenhum direito a menos”.

62 As políticas sociais que transformaram a vida de nossa população, assegurando oportunidades
63 para todas as pessoas e valorizando a igualdade e a diversidade deverão ser mantidas e
64 renovadas. A riqueza e a força de nossa cultura devem ser valorizadas como elemento
65 fundador de nossa nacionalidade.

66 Gerar mais e melhores empregos, fortalecer a saúde pública, ampliar o acesso e elevar a
67 qualidade da educação, assegurar o direito à moradia e expandir a mobilidade urbana são
68 investimentos prioritários para o Brasil.

69 Todas as variáveis da economia e os instrumentos da política precisam ser canalizados para o
70 País voltar a crescer e gerar empregos.

71 Isso é necessário porque, desde o início do meu segundo mandato, medidas, ações e reformas
72 necessárias para o país enfrentar a grave crise econômica foram bloqueadas e as chamadas
73 pautas-bomba foram impostas, sob a lógica irresponsável do “quanto pior, melhor”.

74 Houve um esforço obsessivo para desgastar o governo, pouco importando os resultados
75 danosos impostos à população. Podemos superar esse momento e, juntos, buscar o
76 crescimento econômico e a estabilidade, o fortalecimento da soberania nacional e a defesa do
77 pré-sal e de nossas riquezas naturais e minerárias.

78 É fundamental a continuidade da luta contra a corrupção. Este é um compromisso inegociável.
79 Não aceitaremos qualquer pacto em favor da impunidade daqueles que, comprovadamente, e
80 após o exercício pleno do contraditório e da ampla defesa, tenham praticado ilícitos ou atos de
81 improbidade.

82 Povo brasileiro, Senadoras e Senadores,

83 O Brasil vive um dos mais dramáticos momentos de sua história. Um momento que requer
84 coragem e clareza de propósitos de todos nós. Um momento que não tolera omissões,
85 enganos, ou falta de compromisso com o país.

86 Não devemos permitir que uma eventual ruptura da ordem democrática baseada no
87 impeachment sem crime de responsabilidade fragilize nossa democracia, com o sacrifício dos
88 direitos assegurados na Constituição de 1988. Unamos nossas forças e propósitos na defesa da
89 democracia, o lado certo da História.

90 Tenho orgulho de ser a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Tenho orgulho de dizer
91 que, nestes anos, exerci meu mandato de forma digna e honesta. Honrei os votos que recebi.
92 Em nome desses votos e em nome de todo o povo do meu País, vou lutar com todos os
93 instrumentos legais de que disponho para assegurar a democracia no Brasil.
94 A essa altura todos sabem que não cometi crime de responsabilidade, que não há razão legal
95 para esse processo de impeachment, pois não há crime. Os atos que pratiquei foram atos
96 legais, atos necessários, atos de governo. Atos idênticos foram executados pelos presidentes
97 que me antecederam. Não era crime na época deles, e também não é crime agora.
98 Jamais se encontrará na minha vida registro de desonestidade, covardia ou traição. Ao
99 contrário dos que deram início a este processo injusto e ilegal, não tenho contas secretas no
100 exterior, nunca desviei um único centavo do patrimônio público para meu enriquecimento
101 pessoal ou de terceiros e não recebi propina de ninguém.
102 Esse processo de impeachment é frágil, juridicamente inconsistente, um processo injusto,
103 desencadeado contra uma pessoa honesta e inocente. O que peço às senadoras e aos senadores
104 é que não se faça a injustiça de me condenar por um crime que não cometi. Não existe
105 injustiça mais devastadora do que condenar um inocente.
106 A vida me ensinou o sentido mais profundo da esperança. Resisti ao cárcere e à tortura.
107 Gostaria de não ter que resistir à fraude e à mais infame injustiça.
108 Minha esperança existe porque é também a esperança democrática do povo brasileiro, que me
109 elegeu duas vezes Presidenta. Quem deve decidir o futuro do País é o nosso povo.
110 A democracia há de vencer.

Dilma Rousseff

Anexo 2

1 Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski
2 Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal Renan Calheiros, Excelentíssimas
3 Senhoras Senadoras e Excelentíssimos Senhores Senadores, Cidadãs e Cidadãos de meu
4 amado Brasil,

5 No dia 1o de janeiro de 2015 assumi meu segundo mandato à Presidência da República
6 Federativa do Brasil. Fui eleita por mais 54 milhões de votos. Na minha posse, assumi o
7 compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, bem como o de observar as leis,
8 promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência
9 do Brasil. Ao exercer a Presidência da República respeitei fielmente o compromisso que
10 assumi perante a nação e aos que me elegeram. E me orgulho disso. Sempre acreditei na
11 democracia e no Estado de direito, e sempre vi na Constituição de 1988 uma das grandes
12 conquistas do nosso povo. Jamais atentaria contra o que acredito ou praticaria atos contrários
13 aos interesses daqueles que me elegeram. Nesta jornada para me defender do impeachment
14 me aproximei mais do povo, tive oportunidade de ouvir seu reconhecimento, de receber seu
15 carinho. Ouvi também críticas duras ao meu governo, a erros que foram cometidos e a
16 medidas e políticas que não foram adotadas. Acolho essas críticas com humildade. Até
17 porque, como todos, tenho defeitos e cometo erros. Entre os meus defeitos não está a
18 deslealdade e a covardia. Não traio os compromissos que assumo, os princípios que defendo
19 ou os que lutam ao meu lado. Na luta contra a ditadura, recebi no meu corpo as marcas da
20 tortura. Amarguei por anos o sofrimento da prisão. Vi companheiros e companheiras sendo
21 violentados, e até assassinados. Na época, eu era muito jovem. Tinha muito a esperar da vida.
22 Tinha medo da morte, das sequelas da tortura no meu corpo e na minha alma. Mas não cedi.
23 Resisti. Resisti à tempestade de terror que começava a me engolir, na escuridão dos tempos
24 amargos em que o país vivia. Não mudei de lado. Apesar de receber o peso da injustiça nos
25 meus ombros, continuei lutando pela democracia. Dediquei todos esses anos da minha vida à
26 luta por uma sociedade sem ódios e intolerância. Lutei por uma sociedade livre de
27 preconceitos e de discriminações. Lutei por uma sociedade onde não houvesse miséria ou
28 excluídos. Lutei por um Brasil soberano, mais igual e onde houvesse justiça. Disso tenho
29 orgulho. Quem acredita, luta.

30 Aos quase setenta anos de idade, não seria agora, após ser mãe e avó, que abdicaria dos
31 princípios que sempre me guiaram. Exercendo a Presidência da República tenho honrado o

32 compromisso com o meu país, com a Democracia, com o Estado de Direito. Tenho sido
33 intransigente na defesa da honestidade na gestão da coisa pública. Por isso, diante das
34 acusações que contra mim são dirigidas neste processo, não posso deixar de sentir, na boca,
35 novamente, o gosto áspero e amargo da injustiça e do arbítrio. E por isso, como no passado,
36 resisto. Não esperem de mim o obsequioso silêncio dos covardes. No passado, com as armas,
37 e hoje, com a retórica jurídica, pretendem novamente atentar contra a democracia e contra o
38 Estado do Direito. Se alguns rasgam o seu passado e negociam as benesses do presente, que
39 respondam perante a sua consciência e perante a história pelos atos que praticam. A mim cabe
40 lamentar pelo que foram e pelo que se tornaram. E resistir. Resistir sempre. Resistir para
41 acordar as consciências ainda adormecidas para que, juntos, finquemos o pé no terreno que
42 está do lado certo da história, mesmo que o chão trema e ameace de novo nos engolir. Não
43 luto pelo meu mandato por vaidade ou por apego ao poder, como é próprio dos que não tem
44 caráter, princípios ou utopias a conquistar. Luto pela democracia, pela verdade e pela justiça.
45 Luto pelo povo do meu País, pelo seu bem-estar. Muitos hoje me perguntam de onde vem a
46 minha energia para prosseguir. Vem do que acredito. Posso olhar para trás e ver tudo o que
47 fizemos. Olhar para a frente e ver tudo o que ainda precisamos e podemos fazer. O mais
48 importante é que posso olhar para mim mesma e ver a face de alguém que, mesmo marcada
49 pelo tempo, tem forças para defender suas ideias e seus direitos. Sei que, em breve, e mais
50 uma vez na vida, serei julgada. E é por ter a minha consciência absolutamente tranquila em
51 relação ao que fiz, no exercício da Presidência da República que venho pessoalmente à
52 presença dos que me julgarão. Venho para olhar diretamente nos olhos de Vossas
53 Excelências, e dizer, com a serenidade dos que nada tem a esconder que não cometi nenhum
54 crime de responsabilidade. Não cometi os crimes dos quais sou acusada injusta e
55 arbitrariamente. Hoje o Brasil, o mundo e a história nos observam e aguardam o desfecho
56 deste processo de impeachment. No passado da América Latina e do Brasil, sempre que
57 interesses de setores da elite econômica e política foram feridos pelas urnas, e não existiam
58 razões jurídicas para uma destituição legítima, conspirações eram tramadas resultando em
59 golpes de estado. O Presidente Getúlio Vargas, que nos legou a CLT e a defesa do patrimônio
60 nacional, sofreu uma implacável perseguição; a hedionda trama orquestrada pela chamada
61 “República do Galeão”, que o levou ao suicídio. O Presidente Juscelino Kubitscheck, que
62 construiu essa cidade, foi vítima de constantes e fracassadas tentativas de golpe, como ocorreu
63 no episódio de Aragarças. O presidente João Goulart, defensor da democracia, dos direitos
64 dos trabalhadores e das Reformas de Base, superou o golpe do parlamentarismo mas foi

65 deposto e instaurou-se a ditadura militar, em 1964. Durante 20 anos, vivemos o silêncio
66 imposto pelo arbítrio e a democracia foi varrida de nosso País. Milhões de brasileiros lutaram
67 e reconquistaram o direito a eleições diretas. Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e
68 feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política nos vemos diante do
69 risco de uma ruptura democrática. Os padrões políticos dominantes no mundo repelem a
70 violência explícita. Agora, a ruptura democrática se dá por meio da violência moral e de
71 pretextos constitucionais para que se empreste aparência de legitimidade ao governo que
72 assume sem o amparo das urnas. Invoca-se a Constituição para que o mundo das aparências
73 encubra hipocritamente o mundo dos fatos.

74 As provas produzidas deixam claro e incontestado que as acusações contra mim dirigidas são
75 meros pretextos, embasados por uma frágil retórica jurídica. Nos últimos dias, novos fatos
76 evidenciaram outro aspecto da trama que caracteriza este processo de impeachment. O autor
77 da representação junto ao Tribunal de Contas da União que motivou as acusações discutidas
78 nesse processo, foi reconhecido como suspeito pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
79 Soube-se ainda, pelo depoimento do auditor responsável pelo parecer técnico, que ele havia
80 ajudado a elaborar a própria representação que auditou. Fica claro o vício da parcialidade, a
81 trama, na construção das teses por eles defendidas. São pretextos, apenas pretextos, para
82 derrubar, por meio de um processo de impeachment sem crime de responsabilidade, um
83 governo legítimo, escolhido em eleição direta com a participação de 110 milhões de
84 brasileiros e brasileiras. O governo de uma mulher que ousou ganhar duas eleições
85 presidenciais consecutivas. São pretextos para viabilizar um golpe na Constituição. Um golpe
86 que, se consumado, resultará na eleição indireta de um governo usurpador. A eleição indireta
87 de um governo que, já na sua interinidade, não tem mulheres comandando seus ministérios,
88 quando o povo, nas urnas, escolheu uma mulher para comandar o país. Um governo que
89 dispensa os negros na sua composição ministerial e já revelou um profundo desprezo pelo
90 programa escolhido pelo povo em 2014. Fui eleita presidenta por 54 milhões e meio de votos
91 para cumprir um programa cuja síntese está gravada nas palavras “nenhum direito a menos”.
92 O que está em jogo no processo de impeachment não é apenas o meu mandato. O que está em
93 jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição. O que está
94 em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos da população, das pessoas mais
95 pobres e da classe média; a proteção às crianças; os jovens chegando às universidades e às
96 escolas técnicas; a valorização do salário mínimo; os médicos atendendo a população; a
97 realização do sonho da casa própria. O que está em jogo é o investimento em obras para

98 garantir a convivência com a seca no semiárido, é a conclusão do sonhado e esperado projeto
99 de integração do São Francisco. O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil,
100 o pré-sal. O que está em jogo é a inserção soberana de nosso País no cenário internacional,
101 pautada pela ética e pela busca de interesses comuns. O que está em jogo é a auto-estima dos
102 brasileiros e brasileiras, que resistiram aos ataques dos pessimistas de plantão à capacidade do
103 País de realizar, com sucesso, a Copa do Mundo e as Olimpíadas e Paraolimpíadas. O que está
104 em jogo é a conquista da estabilidade, que busca o equilíbrio fiscal mas não abre mão de
105 programas sociais para a nossa população. O que está em jogo é o futuro do País, a
106 oportunidade e a esperança de avançar sempre mais. Senhoras e senhores senadores, No
107 presidencialismo previsto em nossa Constituição, não basta a eventual perda de maioria
108 parlamentar para afastar um Presidente. Há que se configurar crime de responsabilidade. E
109 está claro que não houve tal crime. Não é legítimo, como querem os meus acusadores, afastar
110 o chefe de Estado e de governo pelo “conjunto da obra”. Quem afasta o Presidente pelo
111 “conjunto da obra” é o povo e, só o povo, nas eleições. E nas eleições o programa de governo
112 vencedor não foi este agora ensaiado e desenhado pelo Governo interino e defendido pelos
113 meus acusadores. O que pretende o governo interino, se transmutado em efetivo, é um
114 verdadeiro ataque às conquistas dos últimos anos. Desvincular o piso das aposentadorias e
115 pensões do salário mínimo será a destruição do maior instrumento de distribuição de renda do
116 país, que é a Previdência Social. O resultado será mais pobreza, mais mortalidade infantil e a
117 decadência dos pequenos municípios. A revisão dos direitos e garantias sociais previstos na
118 CLT e a proibição do saque do FGTS na demissão do trabalhador são ameaças que pairam
119 sobre a população brasileira caso prospere o impeachment sem crime de responsabilidade.
120 Conquistas importantes para as mulheres, os negros e as populações LGBT estarão
121 comprometidas pela submissão a princípios ultraconservadores. O nosso patrimônio estará em
122 questão, com os recursos do pré-sal, as riquezas naturais e minerárias sendo privatizadas. A
123 ameaça mais assustadora desse processo de impeachment sem crime de responsabilidade é
124 congelar por inacreditáveis 20 anos todas as despesas com saúde, educação, saneamento,
125 habitação. É impedir que, por 20 anos, mais crianças e jovens tenham acesso às escolas; que,
126 por 20 anos, as pessoas possam ter melhor atendimento à saúde; que, por 20 anos, as famílias
127 possam sonhar com casa própria. Senhor Presidente Ricardo Lewandowski, Sras. e Srs.
128 Senadores, A verdade é que o resultado eleitoral de 2014 foi um rude golpe em setores da
129 elite conservadora brasileira. Desde a proclamação dos resultados eleitorais, os partidos que
130 apoiavam o candidato derrotado nas eleições fizeram de tudo para impedir a minha posse e a

131 estabilidade do meu governo. Disseram que as eleições haviam sido fraudadas, pediram
132 auditoria nas urnas, impugnam minhas contas eleitorais, e após a minha posse, buscaram de
133 forma desmedida quaisquer fatos que pudessem justificar retoricamente um processo de
134 impeachment. Como é próprio das elites conservadoras e autoritárias, não viam na vontade do
135 povo o elemento legitimador de um governo. Queriam o poder a qualquer preço. Tudo
136 fizeram para desestabilizar a mim e ao meu governo. Só é possível compreender a gravidade
137 da crise que assola o Brasil desde 2015, levando-se em consideração a instabilidade política
138 aguda que, desde a minha reeleição, tem caracterizado o ambiente em que ocorrem o
139 investimento e a produção de bens e serviços. Não se procurou discutir e aprovar uma melhor
140 proposta para o País. O que se pretendeu permanentemente foi a afirmação do “quanto pior
141 melhor”, na busca obsessiva de se desgastar o governo, pouco importando os resultados
142 danosos desta questionável ação política para toda a população. A possibilidade de
143 impeachment tornou-se assunto central da pauta política e jornalística apenas dois meses após
144 minha reeleição, apesar da evidente improcedência dos motivos para justificar esse
145 movimento radical. Nesse ambiente de turbulências e incertezas, o risco político permanente
146 provocado pelo ativismo de parcela considerável da oposição acabou sendo um elemento
147 central para a retração do investimento e para o aprofundamento da crise econômica. Deve ser
148 também ressaltado que a busca do reequilíbrio fiscal, desde 2015, encontrou uma forte
149 resistência na Câmara dos Deputados, à época presidida pelo Deputado Eduardo Cunha. Os
150 projetos enviados pelo governo foram rejeitados, parcial ou integralmente. Pautas bombas
151 foram apresentadas e algumas aprovadas. As comissões permanentes da Câmara, em 2016, só
152 funcionaram a partir do dia 5 de maio, ou seja, uma semana antes da aceitação do processo de
153 impeachment pela Comissão do Senado Federal. Os Srs. e as Sras. Senadores sabem que o
154 funcionamento dessas Comissões era e é absolutamente indispensável para a aprovação de
155 matérias que interferem no cenário fiscal e encaminhar a saída da crise. Foi criado assim o
156 desejado ambiente de instabilidade política, propício a abertura do processo de impeachment
157 sem crime de responsabilidade. Sem essas ações, o Brasil certamente estaria hoje em outra
158 situação política, econômica e fiscal.

159 Muitos articularam e votaram contra propostas que durante toda a vida defenderam, sem
160 pensar nas consequências que seus gestos trariam para o país e para o povo brasileiro.
161 Queriam aproveitar a crise econômica, porque sabiam que assim que o meu governo viesse a
162 superá-la, sua aspiração de acesso ao poder haveria de ficar sepultada por mais um longo
163 período. Mas, a bem da verdade, as forças oposicionistas somente conseguiram levar adiante

164 o seu intento quando outra poderosa força política a elas se agregou: a força política dos que
165 queriam evitar a continuidade da “sangria” de setores da classe política brasileira, motivada
166 pelas investigações sobre a corrupção e o desvio de dinheiro público. É notório que durante o
167 meu governo e o do Pr Lula foram dadas todas as condições para que estas investigações
168 fossem realizadas. Propusemos importantes leis que dotaram os órgãos competentes de
169 condições para investigar e punir os culpados. Assegurei a autonomia do Ministério Público,
170 nomeando como Procurador Geral da República o primeiro nome da lista indicado pelos
171 próprios membros da instituição. Não permiti qualquer interferência política na atuação da
172 Polícia Federal. Contrariei, com essa minha postura, muitos interesses. Por isso, paguei e pago
173 um elevado preço pessoal pela postura que tive. Arquitetaram a minha destituição,
174 independentemente da existência de quaisquer fatos que pudesse justificá-la perante a nossa
175 Constituição. Encontraram, na pessoa do ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo
176 Cunha o vértice da sua aliança golpista. Articularam e viabilizaram a perda da maioria
177 parlamentar do governo. Situações foram criadas, com apoio escancarado de setores da mídia,
178 para construir o clima político necessário para a desconstituição do resultado eleitoral de
179 2014. Todos sabem que este processo de impeachment foi aberto por uma “chantagem
180 explícita” do ex-Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, como chegou a reconhecer em
181 declarações à imprensa um dos próprios denunciantes. Exigia aquele parlamentar que eu
182 intercedesse para que deputados do meu partido não votassem pela abertura do seu processo
183 de cassação. Nunca aceitei na minha vida ameaças ou chantagens. Se não o fiz antes, não o
184 faria na condição de Presidenta da República. É fato, porém, que não ter me curvado a esta
185 chantagem motivou o recebimento da denúncia por crime de responsabilidade e a abertura
186 deste processo, sob o aplauso dos derrotados em 2014 e dos temerosos pelas investigações. Se
187 eu tivesse me acumpliciado com a improbidade e com o que há de pior na política brasileira,
188 como muitos até hoje parecem não ter o menor pudor em fazê-lo, eu não correria o risco de
189 ser condenada injustamente. Quem se acumplicia ao imoral e ao ilícito, não tem
190 respeitabilidade para governar o Brasil. Quem age para poupar ou adiar o julgamento de uma
191 pessoa que é acusada de enriquecer às custas do Estado brasileiro e do povo que paga
192 impostos, cedo ou tarde, acabará pagando perante a sociedade e a história o preço do seu
193 descompromisso com a ética. Todos sabem que não enriqueci no exercício de cargos públicos,
194 que não desviei dinheiro público em meu proveito próprio, nem de meus familiares, e que não
195 possuo contas ou imóveis no exterior. Sempre agi com absoluta probidade nos cargos
196 públicos que ocupei ao longo da minha vida. Curiosamente, serei julgada, por crimes que não

197 cometi, antes do julgamento do ex-presidente da Câmara, acusado de ter praticado
198 gravíssimos atos ilícitos e que liderou as tramas e os ardis que alavancaram as ações voltadas
199 à minha destituição. Ironia da história? Não, de forma nenhuma. Trata-se de uma ação
200 deliberada que conta com o silêncio cúmplice de setores da grande mídia brasileira. Viola-se a
201 democracia e pune-se uma inocente. Este é o pano de fundo que marca o julgamento que será
202 realizado pela vontade dos que lançam contra mim pretextos acusatórios infundados.

203 Estamos a um passo da consumação de uma grave ruptura institucional. Estamos a um passo
204 da concretização de um verdadeiro golpe de Estado. Senhoras e Senhores Senadores, Vamos
205 aos autos deste processo. Do que sou acusada? Quais foram os atentados à Constituição que
206 cometi? Quais foram os crimes hediondos que pratiquei? A primeira acusação refere-se à
207 edição de três decretos de crédito suplementar sem autorização legislativa. Ao longo de todo o
208 processo, mostramos que a edição desses decretos seguiu todas as regras legais. Respeitamos
209 a previsão contida na Constituição, a meta definida na LDO e as autorizações estabelecidas no
210 artigo 4º da Lei Orçamentária de 2015, aprovadas pelo Congresso Nacional. Todas essas
211 previsões legais foram respeitadas em relação aos 3 decretos. Eles apenas ofereceram
212 alternativas para alocação dos mesmos limites, de empenho e financeiro, estabelecidos pelo
213 decreto de contingenciamento, que não foram alterados. Por isso, não afetaram em nada a
214 meta fiscal. Ademais, desde 2014, por iniciativa do Executivo, o Congresso aprovou a
215 inclusão, na LDO, da obrigatoriedade que qualquer crédito aberto deve ter sua execução
216 subordinada ao decreto de contingenciamento, editado segundo as normas estabelecidas pela
217 Lei de Responsabilidade Fiscal. E isso foi precisamente respeitado. Não sei se por
218 incompreensão ou por estratégia, as acusações feitas neste processo buscam atribuir a esses
219 decretos nossos problemas fiscais. Ignoram ou escondem que os resultados fiscais negativos
220 são consequência da desaceleração econômica e não a sua causa. Escondem que, em 2015,
221 com o agravamento da crise, tivemos uma expressiva queda da receita ao longo do ano –
222 foram R\$ 180 bilhões a menos que o previsto na Lei Orçamentária. Fazem questão de ignorar
223 que realizamos, em 2015, o maior contingenciamento de nossa história. Cobram que, quando
224 enviei ao Congresso Nacional, em julho de 2015, o pedido de autorização para reduzir a meta
225 fiscal, deveria ter imediatamente realizado um novo contingenciamento. Não o fiz porque
226 segui o procedimento que não foi questionado pelo Tribunal de Contas da União ou pelo
227 Congresso Nacional na análise das contas de 2009. Além disso, a responsabilidade com a
228 população justifica também nossa decisão. Se aplicássemos, em julho, o contingenciamento
229 proposto pelos nossos acusadores cortaríamos 96% do total de recursos disponíveis para as

230 despesas da União. Isto representaria um corte radical em todas as dotações orçamentárias dos
231 órgãos federais. Ministérios seriam paralisados, universidades fechariam suas portas, o Mais
232 Médicos seria interrompido, a compra de medicamentos seria prejudicada, as agências
233 reguladoras deixariam de funcionar. Na verdade, o ano de 2015 teria, orçamentariamente,
234 acabado em julho. Volto a dizer: ao editar estes decretos de crédito suplementar, agi em
235 conformidade plena com a legislação vigente. Em nenhum desses atos, o Congresso Nacional
236 foi desrespeitado. Aliás, este foi o comportamento que adotei em meus dois mandatos.
237 Somente depois que assinei estes decretos é que o Tribunal de Contas da União mudou a
238 posição que sempre teve a respeito da matéria. É importante que a população brasileira seja
239 esclarecida sobre este ponto: os decretos foram editados em julho e agosto de 2015 e somente
240 em outubro de 2015 o TCU aprovou a nova interpretação. O TCU recomendou a aprovação
241 das contas de todos os presidentes que editaram decretos idênticos aos que editei. Nunca
242 levantaram qualquer problema técnico ou apresentaram a interpretação que passaram a ter
243 depois que assinei estes atos. Querem me condenar por ter assinado decretos que atendiam a
244 demandas de diversos órgãos, inclusive do próprio Poder Judiciário, com base no mesmo
245 procedimento adotado desde a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2001?
246 Por ter assinado decretos que somados, não implicaram, como provado nos autos, em nenhum
247 centavo de gastos a mais para prejudicar a meta fiscal? A segunda denúncia dirigida contra
248 mim neste processo também é injusta e frágil. Afirma-se que o alegado atraso nos pagamentos
249 das subvenções econômicas devidas ao Banco do Brasil, no âmbito da execução do programa
250 de crédito rural Plano Safra, equivale a uma “operação de crédito”, o que estaria vedado pela
251 Lei de Responsabilidade Fiscal. Como minha defesa e várias testemunhas já relataram, a
252 execução do Plano Safra é regida por uma lei de 1992, que atribui ao Ministério da Fazenda a
253 competência de sua normatização, inclusive em relação à atuação do Banco do Brasil. A
254 Presidenta da República não pratica nenhum ato em relação à execução do Plano Safra.
255 Parece óbvio, além de juridicamente justo, que eu não seja acusada por um ato inexistente. A
256 controvérsia quanto a existência de operação de crédito surgiu de uma mudança de
257 interpretação do TCU, cuja decisão definitiva foi emitida em dezembro de 2015. Novamente,
258 há uma tentativa de dizer que cometi um crime antes da definição da tese de que haveria um
259 crime. Uma tese que nunca havia surgido antes e que, como todas as senhoras e senhores
260 senadores souberam em dias recentes, foi urdida especialmente para esta ocasião. Lembro
261 ainda a decisão recente do Ministério Público Federal, que arquivou inquérito exatamente
262 sobre esta questão. Afirmou não caber falar em ofensa à lei de responsabilidade fiscal porque

263 eventuais atrasos de pagamento em contratos de prestação de serviços entre a União e
264 instituições financeiras públicas não são operações de crédito. Insisto, senhoras senadoras e
265 senhores senadores: não sou eu nem tampouco minha defesa que fazemos estas alegações. É o
266 Ministério Público Federal que se recusou a dar sequência ao processo, pela inexistência de
267 crime. Sobre a mudança de interpretação do TCU, lembro que, ainda antes da decisão final,
268 agi de forma preventiva. Solicitei ao Congresso Nacional a autorização para pagamento dos
269 passivos e defini em decreto prazos de pagamento para as subvenções devidas. Em dezembro
270 de 2015, após a decisão definitiva do TCU e com a autorização do Congresso, saldamos todos
271 os débitos existentes. Não é possível que não se veja aqui também o arbítrio deste processo e
272 a injustiça também desta acusação. Este processo de impeachment não é legítimo. Eu não
273 atentei, em nada, em absolutamente nada contra qualquer dos dispositivos da Constituição
274 que, como Presidenta da República, jurei cumprir. Não pratiquei ato ilícito. Está provado que
275 não agi dolosamente em nada. Os atos praticados estavam inteiramente voltados aos interesses
276 da sociedade. Nenhuma lesão trouxeram ao erário ou ao patrimônio público. Volto a afirmar,
277 como o fez a minha defesa durante todo o tempo, que este processo está marcado, do início ao
278 fim, por um clamoroso desvio de poder. É isto que explica a absoluta fragilidade das
279 acusações que contra mim são dirigidas. Tem-se afirmado que este processo de impeachment
280 seria legítimo porque os ritos e prazos teriam sido respeitados. No entanto, para que seja feita
281 justiça e a democracia se imponha, a forma só não basta. É necessário que o conteúdo de uma
282 sentença também seja justo. E no caso, jamais haverá justiça na minha condenação. Ouso
283 dizer que em vários momentos este processo se desviou, clamorosamente, daquilo que a
284 Constituição e os juristas denominam de “devido processo legal”. Não há respeito ao devido
285 processo legal quando a opinião condenatória de grande parte dos julgadores é divulgada e
286 registrada pela grande imprensa, antes do exercício final do direito de defesa.

287 Não há respeito ao devido processo legal quando julgadores afirmam que a condenação não
288 passa de uma questão de tempo, porque votarão contra mim de qualquer jeito. Nesse caso, o
289 direito de defesa será exercido apenas formalmente, mas não será apreciado substantivamente
290 nos seus argumentos e nas suas provas. A forma existirá apenas para dar aparência de
291 legitimidade ao que é ilegítimo na essência. Senhoras e senhores senadores, Nesses meses, me
292 perguntaram inúmeras vezes porque eu não renunciava, para encurtar este capítulo tão difícil
293 de minha vida. Jamais o faria porque tenho compromisso inarredável com o Estado
294 Democrático de Direito. Jamais o faria porque nunca renuncio à luta. Confesso a Vossas
295 Excelências, no entanto, que a traição, as agressões verbais e a violência do preconceito me

296 assombraram e, em alguns momentos, até me magoaram. Mas foram sempre superados, em
297 muito, pela solidariedade, pelo apoio e pela disposição de luta de milhões de brasileiras e
298 brasileiros pelo País afora. Por meio de manifestações de rua, reuniões, seminários, livros,
299 shows, mobilizações na internet, nosso povo esbanjou criatividade e disposição para a luta
300 contra o golpe. As mulheres brasileiras têm sido, neste período, um esteio fundamental para
301 minha resistência. Me cobriram de flores e me protegeram com sua solidariedade. Parceiras
302 incansáveis de uma batalha em que a misoginia e o preconceito mostraram suas garras, as
303 brasileiras expressaram, neste combate pela democracia e pelos direitos, sua força e
304 resiliência. Bravas mulheres brasileiras, que tenho a honra e o dever de representar como
305 primeira mulher Presidenta do Brasil. Chego à última etapa desse processo comprometida
306 com a realização de uma demanda da maioria dos brasileiros: convocá- los a decidir, nas
307 urnas, sobre o futuro de nosso País. Diálogo, participação e voto direto e livre são as melhores
308 armas que temos para a preservação da democracia. Confio que as senhoras senadoras e os
309 senhores senadores farão justiça. Tenho a consciência tranquila. Não pratiquei nenhum crime
310 de responsabilidade. As acusações dirigidas contra mim são injustas e descabidas. Cassar em
311 definitivo meu mandato é como me submeter a uma pena de morte política. Este é o segundo
312 julgamento a que sou submetida em que a democracia tem assento, junto comigo, no banco
313 dos réus. Na primeira vez, fui condenada por um tribunal de exceção. Daquela época, além
314 das marcas dolorosas da tortura, ficou o registro, em uma foto, da minha presença diante de
315 meus algozes, num momento em que eu os olhava de cabeça erguida enquanto eles escondiam
316 os rostos, com medo de serem reconhecidos e julgados pela história. Hoje, quatro décadas
317 depois, não há prisão ilegal, não há tortura, meus julgadores chegaram aqui pelo mesmo voto
318 popular que me conduziu à Presidência. Tenho por todos o maior respeito, mas continuo de
319 cabeça erguida, olhando nos olhos dos meus julgadores. Apesar das diferenças, sofro de novo
320 com o sentimento de injustiça e o receio de que, mais uma vez, a democracia seja condenada
321 junto comigo. E não tenho dúvida que, também desta vez, todos nós seremos julgados pela
322 história. Por duas vezes vi de perto a face da morte: quando fui torturada por dias seguidos,
323 submetida a sevícias que nos fazem duvidar da humanidade e do próprio sentido da vida; e
324 quando uma doença grave e extremamente dolorosa poderia ter abreviado minha existência.
325 Hoje eu só temo a morte da democracia, pela qual muitos de nós, aqui neste plenário, lutamos
326 com o melhor dos nossos esforços. Reitero: respeito os meus julgadores. Não nutro rancor por
327 aqueles que votarão pela minha destituição.

328 Respeito e tenho especial apreço por aqueles que têm lutado bravamente pela minha
329 absolvição, aos quais serei eternamente grata. Neste momento, quero me dirigir aos senadores
330 que, mesmo sendo de oposição a mim e ao meu governo, estão indecisos. Lembrem-se que,
331 no regime presidencialista e sob a égide da nossa Constituição, uma condenação política exige
332 obrigatoriamente a ocorrência de um crime de responsabilidade, cometido dolosamente e
333 comprovado de forma cabal. Lembrem-se do terrível precedente que a decisão pode abrir para
334 outros presidentes, governadores e prefeitos. Condenar sem provas substantivas. Condenar
335 um inocente. Faço um apelo final a todos os senadores: não aceitem um golpe que, em vez de
336 solucionar, agravará a crise brasileira. Peço que façam justiça a uma presidenta honesta, que
337 jamais cometeu qualquer ato ilegal, na vida pessoal ou nas funções públicas que exerceu.
338 Votem sem ressentimento. O que cada senador sente por mim e o que nós sentimos uns pelos
339 outros importa menos, neste momento, do que aquilo que todos sentimos pelo país e pelo
340 povo brasileiro. Peço: votem contra o impeachment. Votem pela democracia. Muito obrigada.
341 Da Assessoria da Presidente da República afastada

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)